



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 033 - SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2007 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR	Suplentes de Secretário
1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB	1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
	3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
	4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2007

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições,

RESOLVEM

alterar a composição da Comissão Mista Especial, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007, que passará a ser composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados, e igual número de suplentes, para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, com prazo de funcionamento até o dia 22 de dezembro de 2007, considerando a Exposição do Líder do Partido Verde, em anexo.

Congresso Nacional, 22 de março de 2007



SEN. RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal



DEP. ARLINDO CHINAGLIA
Presidente da Câmara dos Deputados

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 33ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE MARÇO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 471, 472, 475, 479, 482, 483, 486, 494, 496, 509, 513 e 515, de 2006, tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. 06423

1.2.2 – Offícios

Nº 19/2007, de 21 do corrente, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação da criação da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática. 06424

Nº 35/2007, de 21 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 06425

Nº 36/2007, de 21 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 06425

Nº 50/2007, de 21 do corrente, da Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, de substituição de membro na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. 06426

Nº 51/2007, de 21 do corrente, da Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Sociais. *Designação do Senador Magno Malta, para compor, como suplente, a referida Comissão.* 06426

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 228, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona. 06426

1.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 24, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Expedito Júnior, que cria o Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras. 06427

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que acrescenta o art. 32-A à Lei nº 6.515, de 23 de dezembro de 1977, para determinar que, após a averbação do divórcio, as certidões de registro indiquem o estado civil de solteiro. 06432

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas. 06433

Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre-RS. 06439

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica. 06442

Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 06445

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências. 06471

Projeto de Resolução nº 10, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que inclui ar-

tigo no Regimento Interno do Senado Federal estabelecendo procedimentos para abertura das sessões. 06473

Projeto de Resolução nº 11, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafos ao art. 99, estabelecendo que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor os fundamentos e a forma de execução da política monetária. 06474

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 10 e 11, de 2007, lidos anteriormente. 06477

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre a situação catastrófica da segurança pública no país. Defesa da redução da maioridade penal. 06477

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Informações a respeito do balanço da participação do Ministério do Meio Ambiente na concessão de licenças ambientais e no cumprimento mínimo da legislação brasileira. Registro do transcurso, hoje, do Dia Mundial da Água. 06479

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro da passagem, hoje, do Dia Mundial da Água, que tem como tema “Lidando com a escassez da Água”. 06482

SENADOR MÃO SANTA – Reflexão sobre a falta de garantia, por parte do governo, de dar acesso aos brasileiros à educação, saúde e segurança. 06484

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Defesa da produção de biocombustíveis, especialmente o etanol. 06486

SENADOR ALVARO DIAS – Necessidade de revisão, pelo Ministério da Saúde, da portaria sobre a relação de doenças crônicas com direito à gratuidade de medicamentos. Apelo ao STF pelo julgamento do mérito de ação civil pública, que obriga a distribuição de remédios a pacientes renais crônicos. 06488

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Saudação pelos 20 anos da Polícia Florestal do Mato Grosso do Sul. Alerta para os desafios futuros na área do meio ambiente, especialmente a disponibilidade mundial de água potável. 06490

SENADOR JOAQUIM RORIZ – Balanço sobre a atuação de S.Exa. como Governador do Distrito Federal. 06492

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro da realização, no próximo sábado, da 1ª

Caminhada pela Educação no Brasil, no centro de Fortaleza. 06499

SENADOR NEUTO DE CONTO – Manifestação pela passagem, hoje, do Dia Nacional da Água. 06501

SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários sobre notícia publicada no **Correio Braziliense**, que traz conclusões de auditoria do TCU, realizada na Controladoria-Geral da União, que comprova que este órgão tem agido politicamente no exercício de suas funções. 06507

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Destaque para o programa antiviolença implantando pela Prefeitura de Serra, município do Espírito Santo. 06509

SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com o crescente aumento da criminalidade no Estado do Pará. 06512

SENADOR EFRAIM MORAIS – Encaminha requerimento de pesar pelo falecimento do político paraibano Geraldo Cantalice de Queiroz e, requerimento solicitando realização de sessão especial destinada a homenagear o Grupo Bandeirantes e Rádio Bandeirantes pelos 70 anos de suas atividades. 06515

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 229, de 2007, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Serra Branca – PB, Geraldo Cantalice de Queiroz. 06515

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR IDELI SALVATTI – Sugestão que comitiva do Senado Federal vá ao Rio de Janeiro para homenagear os 100 anos de Niemeyer. 06516

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Protesto contra decisão da Câmara dos Deputados de não instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo. 06516

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Solicita realização de sessão especial no próximo 19 de abril, para homenagear os 47 anos de Brasília e os 100 anos de Oscar Niemayer. Registro da passagem do “Dia Mundial da Água”. Anuncia apresentação de projeto para beneficiar produtor rural que proteger os rios. 06520

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Registro da passagem do “Dia Mundial da Água”. Alerta para os riscos ao meio ambiente provocados pelo aquecimento global. Defesa de esforço urgente em prol da água e da sua distribuição. 06524

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre o “Dia Mundial da Água”, que transcorre no dia de hoje e alerta para precariedade das condições de vida dos amazônidas. 06526

SENADOR JAYME CAMPOS – Comentários sobre o “Dia Mundial da Água”. Defesa da exploração racional dos recursos naturais do planeta.

06528

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Solicita a transcrição de carta recebida do Sr. Samuel Furtado, que transcreve artigo de autoria do jornalista Hugo Braga, do jornal **Correio Braziliense**, de 22 de março, sob o título de “TCU suspeita que CGU protege cidades petistas”. Defesa da derrubada do veto à Emenda 3, da Super-Receita. Parabeniza a Escola de Pedro dos Santos da pequena comunidade de Purupuru, no Município de Carreiro Castanho, no Amazonas, pelo lançamento do Projeto SOS – Igarapé.

06529

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Regozijo pela regulamentação da Lei de Gestão de Flores-tas Públicas.

06536

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Considerações sobre a passagem do “Dia Mundial da Água”. Reivindica recursos do governo federal para a duplicação da BR-040, ao norte de Minas Gerais.

06537

SENADOR MARCONI PERILLO – Sugestão de esforço conjunto do setor público e privado, de todos os segmentos da sociedade, para discutir a temática ambiental, em defesa da preservação do meio ambiente.

06539

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 230, de 2007, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Prefeito do município de Ipororó-BA, Sr. Eujácio Viana Simões.

06542

Nº 231, de 2007, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Asdrúbal Brandão.

06542

Nº 232, de 2007, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito do município de Nazaré-BA, Sr. Isaac Peixoto.

06542

Nº 233, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulações à União Européia, pelo cinquentenário da assinatura dos Tratados de Roma.

06543

Nº 234, de 2007, de autoria do Senador Efraim Moraes e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear a Rádio Bandeirantes pelo transcurso dos 70 anos do início de suas atividades.

06545

Nº 235, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos alunos da Escola Pedro dos Santos, da pequena

comunidade de Purupuru, no Município de Carreiro Castanho-AM, pelo lançamento do Projeto SOS-IGARAPÉ.

06546

Nº 236, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Celi Menezes Bomfim, ocorrido no Rio de Janeiro.

06546

Nº 237, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Médico Valdir de Aquino Ximenes, pelo lançamento da obra “O Quinto Livro”, no dia 20, em Brasília.

06546

Nº 238, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o 47º aniversário de Brasília.

06547

1.2.11 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 227, de 2007, lido em sessão anterior. **Aprovado.**

06547

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 333, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira, dia 27.**

06548

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 334, de 2006, que autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa a efetuar doação de área ao Governo do Estado do Amazonas, objeto de ocupação, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, para atender ao interesse público social. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**

06548

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 336, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de trezentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, para os

fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06548

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06548

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06548

Item 6 (Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006). **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06549

Item 7 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06549

Item 8 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacio-

nal, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06549

Item 9 (Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007). **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06549

Item 10 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06549

Item 11 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica). (Sobrestando a pauta a partir de: 11.3.2007) **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06549

Item 12 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06550

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.** 06550

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a reda-

ção da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06550

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06550

Item 16

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06550

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06550

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06550

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06551

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06551

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea **b** do inciso III do art.

3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho). **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06551

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06551

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação transferida para a próxima terça-feira.**..... 06551

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “*A platéia continua a esperar*”, publicada na revista **Exame**, edição de 14 do corrente..... 06551

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*Ex-Embaixador em Washington aponta ditadura em Caracas e ataca Itamaraty*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 de fevereiro último..... 06553

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Executivo congela R\$ 16,4 bi do Orçamento, metade na área social*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 de fevereiro último. 06555

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “*Risco de crises na América Latina é real*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 2 do corrente..... 06556

SENADORA MARISA SERRANO – Registro da matéria intitulada “*Foco no ICMS será entrave, diz secretário*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 do corrente. 06557

SENADOR MARIO COUTO – Registro da matéria intitulada “*No Senado, ex-embaixador reforça críticas ao Itamaraty*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 28 de fevereiro último. 06558

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “*Estaremos perdidos*”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 24 de janeiro último. 06559

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 22-3-2007

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 33ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, Antonio Carlos Valadares,
Neuto de Conto e Cícero Lucena.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/3/2007 07:32:43 até 22/3/2007 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	

Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 73 Senadores

[Assinatura]

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2006** (nº 2.310/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Liberdade de Barra do Guarita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2006** (nº 2.311/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Verde é Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuí, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2006** (nº 2.339/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social – ACCS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2006** (nº 2.108/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do João XXIII a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2006** (nº 2.192/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2006** (nº 2.194/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2006** (nº 2.261/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Mirandiba – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2006** (nº 2.324/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Município de Bom Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2006** (nº 2.332/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do Bairro Salgado Filho e Região Norte de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2006** (nº 2.325/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Nativa – Rádio Arara Azul FM para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parauapebas, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2006** (nº 2.355/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2006** (nº 2.359/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência FM Lucélia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of nº 19/2007 – CCT

Brasília, 21 de março de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou a criação da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF, com 5 (cinco) membros titulares e o mesmo número de suplentes, com o objetivo de discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2007 – CCT

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCI, a criação da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF, com 5 (cinco) membros titulares e o mesmo número de suplentes, com o objetivo de discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

Justificação

A recém-criada Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCI – tratará de matéria importantíssima para o desenvolvimento econômico e social do País: a prestação de serviços mediante o uso de informática ao cidadão e à sociedade.

A matéria envolve computadores, suas redes, o software que os faz funcionar, dispositivos de comunicação, a telefonia fixa e móvel, a telefonia via rede de computadores, a transmissão de sinais de rádio digital, a televisão via rede de computadores, e outras aplicações da informática.

Para maior profundidade na análise destas matérias, entendo que é do maior interesse dessa Casa Legislativa a criação de uma subcomissão no âmbito da CCT, a Subcomissão Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF.

Assim, estabeleceremos o acompanhamento constante das iniciativas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, na prestação de serviços ao cidadão mediante o uso de informática conhecidas como e-Gov ou Governo Eletrônico.

Estará incluído também na CCTSINF o acompanhamento dos esforços do Poder Judiciário de tornar mais ágil a Justiça brasileira, na aplicação da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

E naturalmente discutiremos também as propostas e programas do Poder Legislativo de tornar disponíveis ao cidadão e à sociedade as matérias legislativas em tramitação e a divulgação do que é discutido nas Comissões Técnicas das duas Casas do Parlamento.

Na CCTSINF a discussão da informática terá como objeto os dispositivos, redes e sistemas onde é aplicada, do software que os tornam disponíveis para uso e dos protocolos neles implementados, de maneira que permitam o contínuo aperfeiçoamento da compatibilidade, interconectividade e interoperabilidade dos dispositivos. Poderão ser discutidas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da International Organization for Standardization (ISO), da Open Systems Interconnection (OSI), do Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE) e outras normas nacionais e internacionais.

Finalmente, a subcomissão será o foro de discussão natural da “inclusão digital”, entendida como movimento social que dá a todo o cidadão a igualdade de condições de usufruir as vantagens dos processos digitais em sua plenitude. Estes processos vão desde a simples navegação pelos sítios de informação da rede mundial de computadores, a internet, até a comunicação pessoal e íntima do correio eletrônico, passando pela enorme gama de serviços bancários, serviços de compras de produtos, oferecimento de empregos ou oferta dos serviços que o próprio cidadão presta, diretamente ou através da organização de que faz parte.

Da subcomissão poderão surgir sugestões a serem encaminhadas à CCT na forma de projetos de lei ou da necessidade da criação de normas brasileiras que possam ser levadas à apreciação dos organismos nacionais e internacionais já citados.

Assim, espero o apoio dos nobres membros desta Comissão.

Sala das Comissões, 21 de março de 2007. –
Eduardo Azeredo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O REQUERIMENTO Nº 4 /2007 NA REUNIÃO DE 21/3/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. ARTHUR VIRGÍLIO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO	1- VAGO
------	---------

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 035/07–GLPFL

Brasília, 21 de março de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador César Borges, nas seguintes Comissões Permanentes:

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – como titular; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – como suplente.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

OF. Nº 036/07–GLPFL

Brasília, 21 de março de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Eliseu Resende pelo Senador César Borges,

como suplente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

Ofício nº 050/2007 – GLDBAG

Brasília, 21 de março de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Sibá Machado como membro Titular na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 51/2007 – GLDBAG

Brasília, 22 de março de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Magno Malta para compor como membro Suplente, a Comissão de Assuntos Sociais.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência designa o Sr. Senador Magno Malta como suplente para compor a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 228, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º **caput** e § 2º bem como com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro

de Estado da Educação, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

- 1) As atribuições funcionais do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais;
- 2) O número de profissionais dessa carreira com sua respectiva lotação e cargos de comissão que eventualmente ocupem;
- 3) A conexão da lotação que atualmente ocupam com as suas atribuições funcionais.

Justificação

O cargo de Técnico em Assuntos Educacionais tem suas atividades, de maneira geral, descritas dessa forma: “realizar atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos pedagógicos, visando à solução de educação, de orientação educacional, administração escolar e de educação sanitária” (Edital do MEC – 1º/2004–30-11-2004–cargo 17, p.5).

Entretanto, ao contrário de outros cargos especificados e descritos no referido edital, o requisito para admissão é graduação de nível superior em qualquer área. Ora, como a pessoa graduada em qualquer área poderia vir a desempenhar tarefas tão específicas e especializadas como educação, orientação educacional, administração escolar e até de educação sanitária? Nesse último caso, isto seria função de um profissional na área de saúde e não de um técnico em assuntos educacionais. Ora, o que se pode observar é que a contratação de funcionários para supracitado cargo apresenta-se, na realidade, totalmente desvinculado da preocupação com a área educacional. De fato, trata-se de uma área vaga que permite acesso de profissionais de diversas formações sem nenhuma vinculação com as atividades que o cargo exige. Assim, tal situação esdruxula merece explicações por parte do Ministério da Educação, pois esse cargo por concurso poderá simplesmente estar permitindo o acesso de pessoas ao serviço público para depois remanejá-las, sem que haja preocupação com a função educacional.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, proposta que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 24, DE 2007

Cria o Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Inclua-se onde couber, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes artigos:

“Art. . É instituído, para vigorar até o ano de 2020, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras, a ser regulado por lei complementar.

§1º O objetivo do Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras é garantir recursos extraordinários aos Estados brasileiros que fazem fronteira com países da América do Sul, para que possam cooperar com o Poder Executivo Federal nas ações de vigilância, policiamento e segurança das fronteiras.

§2º Os recursos do Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras serão aplicados pelos Governos dos Estados, que poderão receber recursos extraordinários ou participar diretamente, mediante convênio celebrado com a União, de programas ou projetos destinados a fortalecer a segurança e o policiamento das fronteiras terrestres brasileiras com os países da América do Sul.

§3º A aplicação dos recursos de que trata este artigo, cujo montante anual não será inferior a dois bilhões de reais, será auditada pelo Tribunal de Contas da União, estando sua liberação condicionada à adesão do Estado ao plano de segurança a ser instituído pelo Poder Executivo.

Art. . Compõem o Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras:

I – bens e valores objeto de sentenças condenatória de perdimento por terem sido auferidos com a prática dos crimes de contrabando de armas e munições, lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

II – um por cento da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, I, da Constituição;

III – dotações orçamentárias;

IV – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

V – dotações provenientes de acordos bilaterais com países amigos;

VI – receitas decorrentes da alienação de bens da União;

VII – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do Fundo.

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º O atingimento do montante anual previsto no §3º do art. 95 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias far-se-á, sempre que necessário, com os recursos de que trata o inciso III deste artigo.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As ações de combate à violência não podem passar ao largo de um dos principais fatores causais da criminalidade brasileira, que é a permeabilidade de nossas fronteiras terrestres. As fronteiras brasileiras, em razão de sua amplitude e de sua insegurança, são, sem dúvida, o principal portal de entrada do contrabando, do narcotráfico e do crime organizado.

O Brasil apresenta extensa faixa de fronteiras terrestres (15.719 km) e tem limite com quase todos os países sul-americanos, exceto Chile e Equador. A fragilidade de nossas fronteiras é especialmente grave na Amazônia brasileira, região que, além de pouco povoada, tem mais de 11.248 quilômetros de fronteira com sete países: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Na Amazônia, as fronteiras estão pouco definidas, existem tribos de índios que rejeitam a cidadania brasileira e ONGs mundiais que atuam em defesa da internacionalização da Região.

A extensão das fronteiras brasileiras e a quantidade de países limítrofes facilitam a entrada e saída de pessoas e mercadorias sem o devido controle das autoridades. O contrabando e o tráfico internacional de entorpecentes ganharam proporções sem precedentes e estão na raiz do problema da violência urbana.

A proposta desta Emenda Constitucional é atacar o gravíssimo problema da insegurança nas fronteiras terrestres brasileiras. Sugerimos uma atuação do Governo Federal em parceria com os Governos dos Estados, mediante a celebração de convênios, no sentido de apoiar programas e projetos de segurança e policiamento das fronteiras.

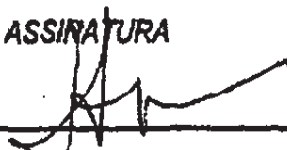
Os recursos eventualmente entregues aos Governos Estaduais teriam sua distribuição condicionada à adesão do Estado a um plano de segurança a ser definido pelo Ministério da Justiça. A aplicação de tais recursos seria posteriormente auditada pelo Tribunal de Contas da União.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007.


Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

ASSINATURA

NOME PARLAMENTAR


 RENATO CINAGRANDE

GERALDO MESQUITA SR


 JOÃO DURVAL


 JOÃO DURVAL



 JONAS TINHEIRO


 JONAS TINHEIRO


 LEONAR BUITRANHA


 LEONAR BUITRANHA


 CICERO LUCENA


 CICERO LUCENA

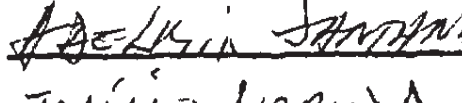

 HELCIO SANTANA


 HELCIO SANTANA

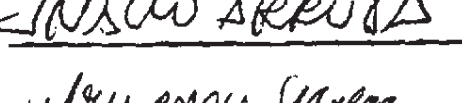

 INACIO DEUS

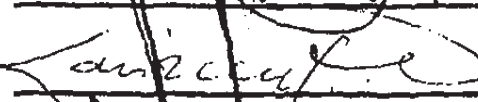

 INACIO DEUS

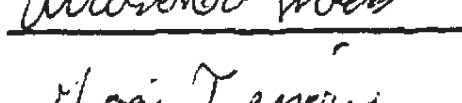

 MAURICIO MENDES


 MAURICIO MENDES

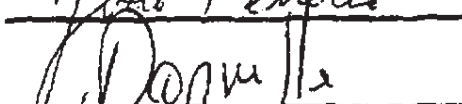

 MARIO TENREIRO


 MARIO TENREIRO

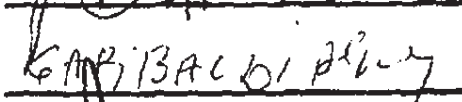

 DONALDO


 DONALDO


 GARIBALDI PIRES


 GARIBALDI PIRES

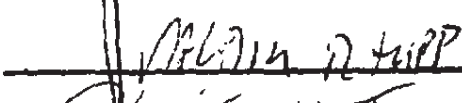

 ANIL CAMP


 ANIL CAMP

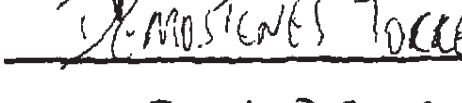

 ALVARO DE LENCASTRE


 ALVARO DE LENCASTRE



 DEMOSTHENES TORRES


 DEMOSTHENES TORRES


 JOSE AGRIPINO


 JOSE AGRIPINO


 FÁTIMA


 FÁTIMA

João Antônio
 D. 11/11/01

João Antônio
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

Enzo Rêgo
 D. 11/11/01

LEGISLAÇÃO CITADA**Constituição Federal**

*Art. 60.:

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

*Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

Art. 159. A União entregará:

Art. 167. São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2007**

Acrescenta o art. 32-A à Lei nº 6.515, de 23 de dezembro de 1977, para determinar que, após a averbação do divórcio, as certidões de registro indiquem o estado civil de solteiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.515, de 23 de dezembro de 1977, passa a vigor acrescido do seguinte art. 32-A:

“Art. 32-A Após a averbação do divórcio, as certidões do registro deverão indicar o estado civil de solteiro, sendo vedada qualquer referência ou observação alusiva a vínculos conjugais anteriores.

§ 1º A critério da autoridade judiciária, poderá ser fornecida certidão para a salvaguarda de direitos.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não prejudica direitos, deveres, obrigações e impedimentos eventualmente decorrentes do casamento dissolvido.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Emenda Constitucional (EC) nº 9, de 1977, à Constituição Federal de 1967 trouxe consigo uma verdadeira conquista para a sociedade brasileira, especialmente para aqueles cônjuges que, apesar de, na prática, já terem vivenciado a falência do matrimônio que os mantinha unidos, continuavam a ser torturados pelo legislador, que lhes impunha o fardo de permanecerem casados contra a própria vontade e lhes proibia de buscar — ao menos sob a proteção da lei — a felicidade em outro casamento.

Na esteira da EC nº 9, de 1977, foi editada a Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que trouxe a

regulamentação infraconstitucional e instituiu formalmente o divórcio no Brasil.

A despeito disso, ainda hoje as pessoas divorciadas são estigmatizadas na sociedade, como se o insucesso do matrimônio pudesse evidenciar alguma característica negativa em suas personalidades, o que representa grave violação do princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção da intimidade, ambos de estatura constitucional.

Preocupados com essa questão, apresentamos o presente projeto, que não pretende subverter as regras vigentes atinentes ao estado civil ou, mesmo, alterar direitos, deveres, obrigações e impedimentos que derivem do casamento dissolvido. Nossa pretensão é tão-somente determinar que as certidões de registro fornecidas após a averbação do divórcio consignem o estado civil de solteiro, permanecendo as anotações à disposição das autoridades, mas sem repercutir direta e negativamente no dia-a-dia das pessoas.

Assim, convictos de que esta proposta representará importante passo na direção da proteção à dignidade da pessoa humana e à intimidade, conclamamos os nobres Pares a aprovar nossa iniciativa.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977

Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 31. Não se decretará o divórcio se ainda não houver sentença definitiva de separação judicial, ou se esta não tiver decidido sobre a partilha dos bens.

Art. 32. A sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente.

Art. 33. Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal só poderão fazê-lo mediante novo casamento.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 142, DE 2007

Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Artigos. 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

“Art.21.....

.....

III – nas propriedades rurais, as áreas de conservação, as benfeitorias, as técnicas e métodos de conservação de água e solo para fins de proteção dos corpos hídricos e da disponibilidade de água.”

“Art.22.....

.....

III – na retribuição por serviços ambientais decorrentes de ações de conservação estabelecidas ou a serem implantadas nas propriedades rurais da bacia.”

“Art.38.....

.....

X – definir as diretrizes, os critérios, os valores e os beneficiários da retribuição por serviços ambientais das propriedades rurais da bacia e decidir por sua aplicação mediante abatimento na cobrança pelo uso de recursos hídricos ou apoio a implantação de práticas e manejo conservacionistas em propriedades”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Para enfrentar o grande desafio da gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos, o Brasil começa estabelecer um novo modelo de gerenciamento compartilhado entre diferentes níveis do poder público, usuários e sociedade civil organizada, representados no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH é o ápice de um processo de mais de 20 anos de experiências e tentativas de construção de uma institucionalidade adequada à gestão dos recursos hídricos. A Lei consagrou em seus dispositivos a gestão integrada e descentralizada por meio dos comitês de bacias, estabeleceu o planejamento dos usos das águas tomando como unidade territorial a bacia hidrográfica, e tornou compulsória a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de todos os usuários sujeitos a outorga.

Assim sendo, esse instrumento legal possibilitou a um só tempo a aplicação, na área de recursos hídricos, dos chamados instrumentos de comando e controle, no caso representados pela outorga de direitos de uso e a caracterização de infrações e penalidades aplicáveis por intermédio da sua fiscalização, e, também, do moderno instrumento econômico preconizado pela cobrança. Essa legislação tornou indissociável e aplicável os princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador, colocando o País entre aquele que mais avançaram na proteção desse recurso indispensável para a atividade econômica e a qualidade de vida das populações.

Decorridos quase dez anos da edição da Lei mencionada é hora de avançar na incorporação de mais um princípio fundamental da moderna gestão de recursos ambientais e que vem se firmando no dia-a-dia das práticas e valoração dos serviços ambientais decorrentes de boas práticas adotados no contexto das propriedades rurais ou seja a noção do produtor-recebedor.

Significa dizer que o agente rural que adota e exercita em seus sistemas produtivos princípios, métodos e técnicas que resultam na diminuição de sedimentos, na redução de contaminações e de resíduos que fatalmente seriam carregados para os corpos hídricos, na melhoria ou na manutenção das boas condições de sustentabilidade da biodiversidade aquática, na prevenção de fenômenos hidrológicos indesejáveis, e enfim na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade para seus múltiplos fins são credores da bacia hidrográfica e, portanto, mercedores de reconhecimento e retribuição pelos serviços ambientais que são mantenedores e melhoradores.

Isso pode e deve ser objeto de avaliação e de decisão dos comitês de bacias hidrográficas quando do estabelecimento dos valores a serem cobrados pelo uso da água e é nesse sentido que o presente projeto de lei propõe que seja considerado como parte dos procedimentos do estabelecimento da cobrança a valoração e o conseqüente abatimento dos serviços ambientais das unidades rurais que os propiciam.

Por essas razões, certo da importância de que se reveste a presente iniciativa, conclamo os nobres pares a emprestarem o seu ilustrado apoio, indispensável à sua aprovação.

Sala das Sessões, 23 de março de 2007.


Senado RENATO CASAGRANDE

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

TÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

SEÇÃO IV

DA COBRANÇA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Art. 20. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 21. Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros:

I - nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;

II - nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluentes.

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no *caput* deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Art. 23. (VETADO)

TÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO III

DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União:

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

§ 4º A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos.

Art. 40. Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros.

.....
.....
(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 143, DE 2007

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na região da Reestinga, no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e funções gratificadas necessárias à instituição da entidade;

II – dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação das unidades e cargos, suas especificações, funções e funcionamento da Escola Técnica Federal de Porto Alegre, inclusive sobre o processo de sua implantação;

III – lotar na Escola Técnica Federal de Porto Alegre, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos Quadros de Pessoal dos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, aqueles que se fizerem necessários ao funcionamento da entidade.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Porto Alegre será uma instituição de ensino profissionalizante de nível médio, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas do setor industrial, de serviços e agropecuário da região de Porto Alegre.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É oportuno lembrar a importância estratégica que o Ministério da Educação, especialmente a partir de 2003, vem conferindo à educação profissional e tecnológica, como parte do processo integral de formação dos trabalhadores. Para corroborar com essa política, em 18 de novembro de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.195, mediante a qual a União foi reabilitada a investir na expansão da rede de educação tecnológica e profissional, permitindo, assim, a criação de novas escolas a serem mantidas e geridas pela administração federal.

Urge a necessidade de uma formação profissional para os trabalhadores que invista na sua qualificação para o trabalho e para o desenvolvimento de ações empreendedoras, face aos novos desafios impostos pela economia globalizada.

Ademais, existe uma proposta de construção de uma Escola Técnica Federal para Porto Alegre, do Ministério da Educação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo esta a gestora dessa escola técnica.

A população local escolheu a região da Reestinga, em Porto Alegre, como sede da escola. Tal escolha se deve ao fato da carência em que as populações desta região e das regiões vizinhas necessitam de uma escola que lhes proporcionem melhor qualificação profissional.

Por essas razões, apresentamos este projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, dotando-a das condições materiais e dos recursos humanos necessários para seu funcionamento adequado. Tal projeto irá fomentar o crescimento econômico e capacitando os jovens para o mercado de trabalho.

Para aprová-lo, solicitamos o apoio de nossos nobres colegas congressistas, destacando a importância da iniciativa para a ampliação da oferta de educação técnico-profissional necessária ao desenvolvimento pleno do País.

Sala das Sessões, 23 de março de 2007.



Senador PAULO PAIM

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005.

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 144, DE 2007

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos, especialmente as crianças, em relação a direitos à educação escolar básica, definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Parágrafo único. Os dispositivos desta Lei se aplicam, no que couber, nos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º O pai ou responsável por crianças e adolescentes de seis a catorze anos que não os matricularem em escola pública ou privada, no ensino fundamental, até o último dia de fevereiro de cada ano, perderá todos os benefícios recebidos do setor público, ou terá sua prisão decretada, a critério do juiz de sua comarca, a requerimento do Ministério Público ou do Conselho Tutelar do Município de residência, salvo inexistência de vaga comprovada pelo órgão municipal de educação.

Parágrafo único. Comprovada a inexistência de vaga, o governo municipal terá até quinze dias para comunicar ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar a oferta de matrícula, num raio de três quilômetros ou com garantia de transporte escolar gratuito.

Art. 3º O dirigente do órgão estadual e o do órgão municipal de educação são solidários na responsabilidade pela oferta de vaga no ensino fundamental, nas condições do art. 2º, cabendo ao segundo ser acionado pelo Ministério Público quando denunciado pela família do educando ou pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. No Distrito Federal, a responsabilidade é exclusiva do dirigente de seu órgão de educação.

Art. 4º A inobservância do disposto nos arts. 2º, 3º, 8º e 10 da LDE implica a responsabilidade civil e criminal dos governadores e prefeitos, cabendo a perda dos direitos políticos por oito anos, quando confirmada a culpa pela autoridade competente.

Parágrafo único. Os dirigentes de estabelecimentos de educação básica da rede federal que não observarem o disposto no art. 5º da LDB, bem como todos os diretores de escolas públicas que tiverem infringido o disposto no art. 11 da LDB, uma vez confirmada sua responsabilidade em processo administrativo, serão afastados de seus cargos.

Art. 5º As escolas privadas que, terminado o ano letivo, não tiverem observado o disposto no art. 11 da LDB, terão seu credenciamento suspenso pelo órgão normativo do sistema estadual ou municipal de ensino.

Art. 6º O Presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos de Municípios que, comprovadamente, não observarem, por dois meses consecutivos, o disposto no art. 12 da LDB, de acordo com os §§ 5º e 6º do art. 69 da Lei nº 9.394, de 1996, terão decretada sua responsabilidade civil e criminal pela autoridade competente, com perda dos direitos políticos por oito anos.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a criar um sistema de premiação, por meio de transferências financeiras, para os entes federados que, observada sua capacidade de atendimento à demanda educacional e cumpridas as metas de esforço fiscal, superarem, em cada ano, os objetivos do Plano Nacional de Educação e da LDB quanto ao atendimento e à qualidade do ensino.

Art. 8º As questões suscitadas no transcurso de implantação desta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelos órgãos da justiça federal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 11 de agosto de 1971 o ensino fundamental de oito anos é obrigatório e sua oferta gratuita garantida pelo Estado, por meio de escolas federais, estaduais e municipais, inclusive destinadas a jovens e adultos.

Passados mais de trinta anos, temos ainda no Brasil perto de vinte milhões de analfabetos entre os jovens e adultos com mais de quinze anos, e, dentre esses 135 milhões de brasileiros, 55 milhões não concluíram o ensino fundamental garantido pela Constituição.

Quem é o responsável ? A União ? O Estado onde ele reside e paga impostos ? O opulento Distrito Federal, que tem à sua disposição verbas equivalentes a dez por cento de seu Produto Interno Bruto para educar os brasilienses ? O Município, ao qual cabe oferecer, prioritariamente, a educação infantil e o ensino fundamental ?

Nesse cipoal de (ir)responsabilidades, quem acaba sendo culpado por esta privação da educação básica é o próprio cidadão, a quem se credita não ter interesse em seus estudos, ou o professor, tachado de incompetente.

O objetivo deste projeto de lei, que apresento em sequência ao das “Diretrizes Educacionais”, é armar um sistema de responsabilização dos gestores e das famílias para o cumprimento dos direitos do povo à educação. Antes que tramite e seja aprovada, como espero, ousou chamá-la de Lei de Responsabilidade Educacional (LRE).

Constitui-se em um conjunto de normas coercitivas que dão concretude às responsabilidades educacionais fixadas pela Constituição, pela LDB, pelo PNE e pela LDE.

Espero que a leitura delas provocará um intenso debate do qual resulte uma grande mudança que o País espera há muito tempo. Vamos levar a sério a educação de nosso povo !

Confiado no espírito cívico de meus pares, convoco-os para a discussão e aprovação do projeto, com todos os aperfeiçoamentos possíveis.

Sala das Sessões, 23 de março de 2007.

Senador CRISTOVAM BUARQUE

(Às Comissões de Educação; e à de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 145, DE 2007**

Institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de uso de uniformes estudantis padronizados nas escolas públicas de todo o País, para os alunos da educação básica.

Parágrafo único. Os uniformes a que se refere este artigo serão fornecidos gratuitamente, à base de dois conjuntos completos por aluno, a cada ano letivo.

Art. 2º Os sistemas de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios definirão as especificações do uniforme escolar padronizado para as escolas sob sua jurisdição.

Art. 3º O art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70

VIII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de fornecimento de uniforme estudantil e transporte escolar. (NR)”

Art. 4º Quando os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino excederem a vinculação de receita prevista no art. 212 da Constituição Federal e no art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as despesas decorrentes da aplicação desta lei no âmbito de Municípios, Estados e Distrito Federal serão financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Em nosso País, o dever do Estado com a educação inclui o atendimento à classe estudantil por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, entre outros.

Esses programas costumam ser assim chamados porque, para alguns especialistas e legisladores, não estão diretamente relacionados ao mister da atividade educativa, tratando-se, sob essa perspectiva, de im-

portantes programas de apoio à educação de nossas crianças e jovens.

Dada a carência da clientela da educação pública, a legislação vigente vem reconhecendo o material didático e o transporte escolar como elementos essenciais à efetivação do direito à educação. Parece, no entanto, que nos tem faltado a sensibilidade para perceber que o vestuário, nele incluído o calçado, também constitui instrumento de forte peso para a permanência da criança pobre na escola.

Como se sabe, nobres colegas, a alentadora campanha de Djalma Maranhão no Rio Grande do Norte dos anos sessenta que afirmava que “de pé no chão também se aprende a ler”, que tinha o sentido duplo do estudo de problemas da realidade, mas também a preocupação com a inclusão social, parece ter dado lugar, pasmem, nos dias de hoje, à canção denúncia de José Geraldo de que “criança de pé no chão” não pode frequentar nossas escolas.

Senhores Senadores, a roupa constitui, sim, uma das mais marcantes formas de diferenciação social. Isso é um fato de triste constatação, na medida em que parcela significativa de nossa população sequer tem acesso a esse bem. Para muitos é causa de vergonha, de mitigação da auto-estima e de isolamento social. Não é justo, nem humano, que permitamos isso aos nossos pequenos.

É, pois, com a convicção que há algo a ser feito, que a adoção do uniforme escolar, de uso obrigatório nas nossas escolas, ressurge, agora, a nosso ver, como idéia republicana capaz, se não de eliminar, pelo menos de atenuar os mais perversos e visíveis sinais da desigualdade social que afetam negativamente a auto-estima dos alunos mais pobres e, em muitos casos, contribuem para que essas crianças sejam alijadas da escola.

O uniforme estudantil está plenamente inserido no contexto da educação para a cidadania, uma vez que, ao conferir ao estudante uma identidade de grupo, a noção de pertencimento a uma comunidade, conforma um instrumento de socialização, assumindo, por isso mesmo, um caráter pedagógico, de modo que, muitos educadores, com razão, defendem que ele deve mesmo ser incorporado ao conceito de material didático.

Hoje, diversas escolas públicas exigem o uso de uniforme por seus alunos. No entanto, a não-distribuição gratuita acaba por ferir o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pois tal medida pode configurar

uma verdadeira discriminação em função da renda, tendendo a excluir o estudante sem condições de adquiri-lo, uma dificuldade que se acentua com a falta de padronização.

Por tudo isso, seguindo o entendimento da educação escolar como direito humano, a obrigatoriedade do uniforme deve dar-se em contexto que contemple o fornecimento gratuito pelo sistema de ensino, estendendo-se a ele todas as disposições e tratamentos conferidos ao material didático-escolar.

A par disso, propomos que os gastos com esse item sejam computados como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), uma medida que, a nosso ver, diminuirá a angústia de gestores públicos que, a cada novo ano letivo, não sabem como produzir receita adicional para custear o fardamento das crianças. Para os entes da federação que já investem, em MDE, receitas nos limites constitucional e legalmente vinculados, defendemos o acesso aos recursos do Fundo de Combate à Pobreza de que cuida a Lei Complementar nº 111, de 2001.

Finalmente, por compreender que a situação de pobreza e desigualdade social não é superada com a simples conclusão do ensino fundamental, propomos a extensão da obrigatoriedade da adoção de uniforme estudantil em toda a educação básica pública.

Diante da relevância social da medida e do compromisso histórico desta Casa com a melhoria da educação em nosso País, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Cícero Lucena**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 6 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, para vigorar até o ano de 2010, tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

§ 1º É vedada a utilização dos recursos do Fundo para remuneração de pessoal e encargos sociais.

§ 2º O percentual máximo do Fundo a ser destinado às despesas administrativas será definido a cada ano pelo Poder Executivo.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo:

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do ADCT;

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o inciso VII do art. 153 da Constituição;

IV – os rendimentos do Fundo previsto no art. 81 do ADCT;

V – dotações orçamentárias, conforme definido no § 1º do art. 81 do ADCT;

VI – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VII – outras receitas ou dotações orçamentárias que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. Aos recursos integrantes do Fundo não se aplica o disposto no art. 159 e no inciso IV do art. 167 da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo:

I – famílias cuja renda *per capita* seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda;

II – as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

§ 1º O atendimento às famílias e indivíduos de que trata o inciso I será feito, prioritariamente, por meio de programas de reforço de renda, nas modalidades "Bolsa Escola", para as famílias que têm filhos com idade entre seis e quinze anos, e "Bolsa Alimentação", àquelas com filhos em idade de zero a seis anos e indivíduos que perderam os vínculos familiares.

§ 2º A linha de pobreza ou conceito que venha a substituí-lo, assim como os municípios que apresentem condições de vida desfavoráveis, serão definidos e divulgados, pelo Poder Executivo, a cada ano.

Art. 4º Fica instituído o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos membros serão designados pelo Presidente da República, com a atribuição de opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades do Fundo e acompanhar a aplicação dos seus recursos.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo regulamentará a composição e o funcionamento do Conselho de que trata este artigo, assegurada a representação da sociedade civil.

Art. 5º Compete ao órgão gestor do Fundo, a ser designado pelo Presidente da República:

I – coordenar a formulação das políticas e diretrizes gerais que orientarão as aplicações do Fundo;

II – selecionar programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo;

III – coordenar, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, a elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao órgão central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamento, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual, bem como em suas alterações;

IV – acompanhar os resultados da execução dos programas e das ações financiados com recursos do Fundo;

V – prestar apoio técnico-administrativo para o funcionamento do Conselho Consultivo de que trata o art. 4º; e

VI – dar publicidade, com periodicidade estabelecida, dos critérios de alocação e de uso dos recursos do Fundo.

Art. 6º Regulamento definirá as ações integradas de acompanhamento ou controle a serem exercidas pelo Conselho Consultivo, pelo órgão gestor e pelos órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo deverão apresentar ao órgão gestor relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro dos recursos aplicados.

Art. 7º No exercício de 2001, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza poderá destinar, excepcionalmente, até dez por cento dos recursos para o financiamento de ações voltadas ao atendimento da população de baixa renda residente em municípios atingidos por calamidades naturais e do Programa de Distribuição de Alimentos – PRODEA, sem prejuízo do financiamento dos demais programas.

Art. 8º Constituirá também receita do Fundo a arrecadação decorrente do disposto no inciso I do art. 2º, no período compreendido entre 19 de março de 2001 e o início da vigência

desta Lei Complementar, que será integralmente repassada ao Fundo entre 19 de junho e 31 de dezembro de 2002, acrescida do percentual de remuneração aplicável aos recursos da Conta Única do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil, calculado no período entre o ingresso da receita e seu repasse ao Fundo.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Paulo Renato Souza

José Serra

Martus Tavares

Roberto Brant

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.7.2001

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005
Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de~~

~~idade, no ensino fundamental.~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento)

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005)

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas

normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Seção III

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou de seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~
~~II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração de respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Regulamento)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a

correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do caput deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos

mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais

atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: (Regulamento)

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de

magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

- I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;
- II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;
- III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas

com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por

professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

~~§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.~~

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

~~§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:~~

~~I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;~~

~~I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a quatorze anos, no caso das redes escolares públicas; e (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. (Regulamento)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de 1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e, ainda, as Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.12.1996

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2007

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º A digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou digital, e a reprodução dos documentos particulares e públicos arquivados, estes de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e de entidades integrantes da administração pública

indireta das três esferas de poder político, serão regidos pela presente lei.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considere-se:

a) digitalização – o processo de conversão de dados constantes em suporte analógico para o suporte digital;

b) armazenamento – o processo de guarda e conservação dos arquivos oriundos do processo de digitalização, ou dos documentos originariamente elaborados em meio eletrônico, em mídia ótica ou digital autenticada;

c) autenticação – o processo de verificação da integridade dos arquivos contidos na mídia óptica ou digital, realizado pelos órgãos da fé pública, assim como a verificação da integridade de suas reproduções;

d) reprodução – cópia autenticada ou certidão em meio analógico, ou via em meio digital certificada de documento contido em mídia óptica ou digital autenticada.

Artigo 2º Após a digitalização e armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada, os documentos em meio analógico poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração, lavrando-se o respectivo termo de eliminação.

§ 1º Os documentos em trânsito, que ainda não completaram o seu ciclo de eficácia, contidos em suporte analógico, poderão ser digitalizados, mas não serão eliminados antes de serem arquivados e armazenados definitivamente em mídia óptica ou digital.

§ 2º Os documentos de valor histórico, assim declarados pela autoridade competente, embora digitalizados, não deverão ser eliminados, podendo ser arquivados em local diverso da sede do seu detentor.

Artigo 3º Os documentos digitalizados e armazenados em mídia óptica ou digital autenticada, bem como as suas reproduções, na forma desta lei, terão o mesmo valor jurídico do documento original para todos os fins de direito.

Artigo 4º A digitalização de documentos e o armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada serão realizados por empresas e cartórios devidamente credenciados junto ao Ministério de Estado da Justiça.

Artigo 5º A autenticação da mídia óptica ou digital, que contenha os arquivos oriundos do processo de digitalização de documentos particulares, ou os arquivos dos documentos originariamente elaborados em meio eletrônico, será realizada pelo serviço de títulos e documentos do domicílio do proprietário da mídia óptica ou digital, a fim de produzir efeitos jurídicos em juízo ou fora dele, quer a própria mídia óptica ou digital, quer a sua reprodução.

§ 1º A critério do interessado, uma cópia da mídia óptica ou digital poderá ser conservada no serviço de títulos e documentos que efetuar o processo de sua autenticação.

§ 2º As despesas de conversão da mídia, na eventualidade de avanço tecnológico, serão custeadas pelo interessado na sua conservação.

Artigo 6º Deverão ser autenticadas as reproduções realizadas por particulares, nos termos desta lei, a fim de produzir efeitos perante terceiros, podendo ser solicitada e enviada eletronicamente, mediante a utilização de assi-

natura digital certificada, no âmbito da infra-estrutura do ICP-Brasil, pelo serviço de registro de títulos e documentos que detiver a mídia em seu acervo ou a efetivou.

Artigo 7º Os documentos originalmente elaborados em meio eletrônico, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, para a sua eficácia perante terceiros, em juízo ou fora dele, assim como para o seu anuenciamento, guarda, conservação e reprodução, deverão observar os preceitos da presente lei.

Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente lei, indicando os requisitos para o credenciamento das empresas e cartórios autorizados a proceder à digitalização dos documentos, assim como os cartórios encarregados da autenticação e conservação das mídias ópticas ou digitais e autenticação de suas reproduções.

Artigo 9º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Toma-se necessária, no ordenamento jurídico brasileiro, a elaboração de uma lei que discipline a digitalização, o armazenamento em meio óptico ou digital dos documentos públicos e particulares, bem como de sua reprodução, garantindo a sua validade e eficácia jurídicas.

No tocante à digitalização e armazenamento as principais vantagens desses procedimentos são: **a)** redução de áreas destinados aos arquivos físicos; **b)** redução de tempo no trabalho gerenciamento e recuperação das informações; **c)** rapidez na atualização dos dados armazenados; **d)** possibilidade de compartilhamento e acesso às informações a um número maior de usuários; **e)** a manutenção de cópias de segurança, e, também, **f)** a redução dos gastos com papel, o que favorece a preservação do meio ambiente.

No que diz respeito à reprodução, é preciso estabelecer um procedimento seguro, a fim de evitar fraudes e contrafações de todo o tipo.

Mas, para se obter os benefícios elencados, é imperioso adotar-se algumas cautelas legislativas.

Em primeiro, o descarte do documento em suporte analógico só se efetivará com relação aos documentos já arquivados, isto é, aqueles que já cumpriram o ciclo de sua eficácia; quanto aos documentos em trânsito, será possível a digitalização, mantendo-se, contudo, o original, se em suporte analógico, até a fase de seu arquivamento.

Em segundo, tratando-se de documento com valor histórico, não será possível o descarte físico, prevendo a lei o seu arquivamento, se for o caso, em local diverso da sede de seu detentor.

Em terceiro, e este me parece o principal efeito jurídico, o documento digitalizado e armazenado em mídia ótica ou digital autenticada, bem como a sua reprodução, terão o mesmo valor jurídico do original.

Frise-se, de uma vez, que a possibilidade de verificação da autenticidade e higidez da mídia é medida salutar, já consagrada entre nós com relação aos microfilmes, o que permite ao governo, de um lado, controlar e fiscalizar a atividade de digitalização, a ser desempenhada pelas empresas e cartórios, e, de outro, ao estabelecer o procedimento de autenticação da mídia e de suas reproduções, garantir a certeza e a segurança das relações jurídicas, valores essenciais em qualquer Estado Democrático de Direito.

Por tais razões, a proposição legislativa cria um sistema de controle da atividade, a cargo do Ministério de Estado da Justiça, credenciando as empresas e cartórios que farão a digitalização dos documentos, sendo que a autenticação e a guarda e conservação da mídia ótica ou digital, serão feitas pelo registro de títulos e documentos, a teor dos artigos 127, I, VII, e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 6.015/73.

Tal exigência é uma decorrência lógica do sistema jurídico brasileiro, uma vez que os registros públicos se caracterizam como meios de conhecimentos permanentes “que perduram de forma indefinida no tempo e, por isso, têm uma perpétua aptidão para dar a conhecer” a todos os membros da sociedade (v. José Alberto Rodriguez Lorenzo González, *Noções de Direito Registral*, SPB editores, Lisboa, 1998, pág. 17).

Saliente-se que, no ordenamento jurídico nacional (CF/88, art. 236 e Lei nº 6.015/73), o serviço público competente para garantir efetiva perpetuidade aos documentos particulares, conferindo às reproduções deles extraídas o mesmo valor jurídico do original, é o serviço de registro de títulos e documentos, conforme preceituam os artigos 123 e 161 da Lei de Registros Públicos em vigor, **verbis**:

“Art. 127. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:

I – dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;

(...) **omissis**

VII – facultativa, de quaisquer documentos, para sua conservação.

Parágrafo único. Caberá ao registro de títulos e documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

.....
“Art. 161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos

originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

§ 1º O apresentante do título para registro também poderá deixá-lo arquivado em cartório ou a sua fotocópia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões.”

Portanto, tal exigência é uma decorrência lógica do sistema jurídico brasileiro, uma vez que os registros públicos se caracterizam como meios de conhecimentos permanentes “que perduram de forma indefinida no tempo e, por isso, têm uma perpétua aptidão para dar a conhecer” a todos os membros da sociedade (v. José Alberto Rodriguez Lorenzo González, *Noções de Direito Registral*, SPB editores, Lisboa, 1998, pág. 17).

Por tais razões, impõe-se, também, aplicar aos documentos originariamente elaborados em meio eletrônico o regime jurídico da presente proposição legislativa que não cria, ao contrário, preserva o sistema jurídico abraçado pelo legislador constituinte no artigo 236 da Carta Política de 1988, garantindo maior segurança jurídica à sociedade, mesmo no ambiente dos documentos eletrônicos e digitais, devendo esta, após convertida em lei, ser regulamentada pelo Poder Executivo, de modo a viabilizar o credenciamento e finalização da atividade, a fim de garantir a certeza e a segurança que dimanam das relações jurídicas.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Magno Malta**.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, DE 2007

Inclui artigo no Regimento Interno do Senado Federal estabelecendo procedimentos para abertura das sessões.

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º A abertura de qualquer sessão, seja preparatória, ordinária ou extraordinária deverá ser feita com a leitura de um versículo da Bíblia.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A tradição adquirida através dos anos demonstra que o nosso País valoriza os bons costumes e preza os bons hábitos inseridos no cotidiano do serviço público prestado à sociedade.

Tais questões foram amplamente debatidas na época da elaboração da Constituição de 1988 com a discussão sobre a inserção da frase "Sobre a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", que até hoje inicia todas as sessões plenárias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Não poderia ser diferente num país estatisticamente religioso, que crê e faz da sua fé o sustento para superação das dificuldades. Neste sentido, cremos que iniciar os trabalhos com a abertura de qualquer sessão, seja preparatória, ordinária ou extraordinária com a leitura de um versículo da Bíblia espelhará o que a sociedade almeja: que Deus esteja presente nos nossos trabalhos.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Magno Malta**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, DE 2007

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafos ao art. 99, estabelecendo que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor os fundamentos e a forma de execução da política monetária.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 99 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 99.

§ 1º A Comissão promoverá audiência pública com o Presidente do Banco Central do Brasil para discutir as diretrizes, implementação e decisões tomadas a respeito da política monetária no trimestre anterior.

§ 2º As audiências de que trata o § 1º ocorrerão na primeira quinzena de abril, julho, outubro e fevereiro, ou em data acordada entre a Comissão e o Presidente do Banco Central do Brasil. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal tem, entre suas atribuições, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta. Desses atos, dos mais importantes são os relacionados à condução da política monetária, tendo em vista seu impacto sobre a inflação e sobre a taxa de

crescimento da economia. Contudo, os instrumentos de que o Senado Federal e, em particular, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dispõem para o acompanhamento da política monetária são precários e defasados. Mais especificamente, a CAE:

i) pode convocar Ministro de Estado, o que inclui o Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen), nos termos do artigo 50 da Constituição Federal;

ii) deve emitir parecer pela aprovação ou rejeição da Programação Monetária, documento enviado trimestralmente pelo Bacen, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, também conhecida como Lei do Real, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, bem como análise da evolução da economia nacional e da política monetária.

Desde a adoção do regime de metas para a inflação, em junho de 1999, a projeção dos agregados monetários perdeu sentido como instrumento de avaliação da política monetária. No regime de metas para a inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) decide a meta para a taxa de juros básica da economia – conhecida como Taxa Selic – com base na inflação projetada. De forma simplificada, o Copom irá aumentar ou reduzir a taxa Selic conforme a inflação projetada esteja acima ou abaixo da meta de inflação pré-estabelecida. Nesse arcabouço, a evolução dos agregados monetários tem papel secundário: se é verdade que, no longo prazo, moeda e preços apresentam forte correlação, no curto prazo, a evolução dessas duas variáveis pode divergir consideravelmente. Dessa forma, não faz sentido o Senado Federal acompanhar a evolução da oferta de moeda, enquanto o Banco Central mira na inflação projetada para definir a taxa de juros.

A realização de audiências públicas regulares com o Presidente do Banco Central já seria, em quaisquer circunstâncias, algo desejável e meritório. Afinal, por mais frequentes, por mais precisos ou por mais detalhados que sejam os relatórios enviados, nada substitui o debate direto com os responsáveis pela condução da política monetária no País. Uma vez que a análise do comportamento dos agregados monetários tornou-se um instrumento obsoleto para a avaliação das diretrizes e da execução da política monetária, torna-se ainda mais imperativo que a CAE realize tais audiências, como forma de discutir a implementação das políticas de controle inflacionário no âmbito do Poder Legislativo.

Com esse objetivo, propomos audiências trimestrais, a serem realizadas no início de cada trimestre civil, logo após, portanto, o Banco Central divulgar seu Relatório de Inflação, documento que expõe a visão do Copom a respeito da conjuntura econômica e que apresenta as projeções para inflação e crescimento no curto e médio prazos. Tivemos, contudo, que adaptar o calendário de reuniões ao período de recesso legislativo, de forma que a primeira audiência do ano deverá ocorrer em fevereiro, e não em janeiro.

Dado o exposto, contamos com o apoio da Casa para a aprovação desta meritória e importante matéria.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007.


Senador ALOIZIO MERCADANTE

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 99. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

I – aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – (Revogado.)

III – problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV – tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras;

V – escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União (Const., arts. 49, XIII, e 52, III, b), e do presidente e diretores do Banco Central (Const., art. 52, III, d);

VI – matérias a que se referem os arts. 389, 393 e 394;

VII – outros assuntos correlatos. (NR)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas aos **Projetos de Resolução nºs 10 e 11, de 2007**, lidos anteriormente, nos termos do art. 235, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência esclarece ao Plenário que, por equívoco, constou na lista de oradores dos avulsos da Ordem do Dia o nome do Senador Marco Maciel no rol do § 1º do art. 17 do Regimento Interno. O eminente Senador é o décimo sétimo orador regularmente inscrito para a presente sessão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Gerson Camata e, em seguida, ao Senador Mão Santa. Quanto aos Senadores Cristovam Buarque e Sibá Machado, estou em dúvida sobre quem chegou primeiro. Concedo, então, a palavra aos dois primeiros.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requero a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço a mesma solicitação. Por destinação, sempre sigo atrás do Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Nobre Senador Mão Santa, o Regimento Interno atenderá V. Exª com muito prazer.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª minha inscrição, para falar pela Liderança do Governo. Pedirei autorização no momento certo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª será atendido na forma regimental. Se desejar, poderá falar neste momento, pela Liderança do Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço que passe a palavra aos outros Srs. Senadores, porque estou esperando o documento do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A documentação ainda não chegou.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª está inscrito em terceiro lugar, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à nobre Líder do Bloco, Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Falarei muito rapidamente, Sr. Presidente.

Como amanhã não estarei aqui no plenário do Senado, quero deixar consignados os parabéns ao Município de Florianópolis, que completa, no dia 23 de março, 280 anos de emancipação.

Todos sabem que Florianópolis é um dos lugares mais lindos do mundo e, exatamente por isso, foi escolhida pela Unesco, talvez até como presente pelos seus 280 anos, para ser reserva da biosfera urbana modelo. Se tivermos bastante juízo por lá, será uma das poucas cidades que poderão compor esse mosaico, intercalando áreas de preservação e de ocupação ordenada com desenvolvimento.

Então, por essa escolha da Unesco, ao designar Florianópolis, ao escolher Florianópolis como reserva da biosfera urbana, gostaríamos de fazer o registro do aniversário de Florianópolis, dos 280 anos de Florianópolis no dia 23 de março – portanto, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gerson Camata, do PMDB do Espírito Santo.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, afirmo aqui, várias vezes, nos últimos dias, desde o brutal assassinato do menino João Hélio, que a sociedade brasileira está pedindo providências imediatas para que se contenha a onda de violência que o País está vivendo. E

vou continuar avisando, apesar de ter percebido que, na última semana, três proposições foram aprovadas na Câmara e que duas proposições importantes foram aprovadas aqui no Senado.

Mas não podemos ignorar que há problemas urgentes. Não podemos fechar os olhos diante dessas situações catastróficas. Não há uma palavra mais adequada do que “catastrófica” para qualificar a situação da segurança pública no Brasil. E chegamos a esse ponto porque muito pouco, quase nada, foi feito até agora para reprimir a criminalidade, para desencorajar a formação de organizações de bandidos mais bem aparelhadas, mais ágeis e mais eficientes que a estrutura mantida pelo Estado para combatê-las.

Como resultado da lentidão e da omissão, criou-se um descompasso, um abismo entre a realidade e os instrumentos de que dispomos para deter a violência. O poder público tornou-se incapaz de prender os criminosos, de puni-los com penas proporcionais aos delitos que cometeram e de mantê-los na prisão.

Vou tomar como exemplo a questão da maioridade penal. O tema voltou a ser discutido diariamente no noticiário dos jornais, é debatido nos programas de televisão, e, aqui, no Senado, há seis proposições tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, embora freqüentemente seja adiada sua discussão.

Não é preciso ser um sociólogo ou um especialista em violência urbana para constatar o envolvimento cada vez maior de adolescentes em crimes – não pequenos delitos, mas crimes hediondos, como homicídio, estupro, tráfico de drogas, seqüestro e latrocínio, entre outros.

O jornal *A Gazeta*, de Vitória, noticia, em sua edição de terça-feira, que, só em Vitória, há cerca de dois mil – preciso frisar este número: dois mil – mandados de busca e de apreensão de menores em aberto, só na região metropolitana da capital capixaba. Segundo a Delegacia do Adolescente, a maioria está envolvida em crimes contra o patrimônio e em tráfico de entorpecentes. Dois mil menores infratores estão presos.

Há poucos dias, Sr. Presidente, em Vitória, em um prédio em que reside um médico meu amigo, um menor de 17 anos entrou no prédio, assaltou dois apartamentos e foi preso por moradores que o agarraram ali. Chamaram uma viatura da Patamo, que é uma viatura policial. O sargento que comandava a viatura disse: “Não vou prendê-lo, porque nesta semana já o prendi três vezes em prédios da redondeza. Prendo-o, e o Juiz o solta; prendo-o, e o Juiz o solta. Vou prendê-lo, mas, toda vez que o prendo, ele diz que vai me matar no dia em que sair. Uma hora, ele sai e me mata”. Aí, um dos moradores, já revoltado, perguntou para o sar-

gento: “Quanto o senhor quer para matá-lo?”. Veja a que ponto está chegando a justiça feita com as próprias mãos, diante da impossibilidade da lei de punir!

Pois bem, muita coisa mudou desde que o Código Penal brasileiro foi aprovado, em 1940. Mudaram os padrões de comportamento, mudou o acesso à informação, aumentou a violência urbana, que se tornou uma força aparentemente incontrolável. Ocorreram transformações políticas, científicas, sociais e econômicas. No Brasil, os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos ganharam capacidade eleitoral ativa e, hoje, podem votar em candidatos para qualquer cargo público eletivo, de Vereador a Presidente da República. O novo Código Civil rebaixou a maioridade civil de 21 anos para 18 anos e permitiu a emancipação aos 16 anos de idade.

Pois bem, um jovem emancipado pode constituir uma família, pode formar uma empresa e gerenciá-la. Emancipado ou não, está apto para participar de um processo complexo como o eleitoral, mas é considerado incapaz de distinguir entre o bem e o mal, entre o certo e o errado. Veja que lei cruel contra os menores no Brasil! Ele pode ser emancipado, pode gerir uma empresa, pode ser um pai de família, mas não pode discernir entre o que é certo e o que é errado. Diante da lei, o menor de 18 anos que seqüestra e tortura alguém, que participa de um crime horrível como o do assassinato de João Hélio, é inimputável por não possuir capacidade de entendimento do caráter ilícito de seus atos.

Quem é contrário à antecipação da maioridade penal costuma dizer que a questão não pode ser debatida em clima emocional. Ou seja, vamos esperar que a situação volte à normalidade para, então, decidir o que fazer. Não chega sequer a ser um argumento, por uma simples razão: não vivemos uma situação de normalidade e jamais voltaremos a vivê-la se não tomarmos providências para reprimir a violência.

Ontem, nesta Casa, vimos o jogador Romário, que se está aproximando do milésimo gol, Sr. Presidente. Lembro-me de que Pelé, quando fez seu milésimo gol, pegou a bola, levou-a ao centro do campo e disse: “Vamos pensar nas criancinhas do Brasil”. Isso ocorreu há 30 anos ou 40 anos. Não pensamos nelas, e o resultado está aí.

No Senado, o Senador João Calmon lançou a década da educação há 40 anos. Durante dez anos, ele dizia que devíamos pensar na educação, que a educação era essencial, que só se conseguiria nivelar renda e fazer justiça social com educação. Isso se deu há 40 anos! O Brasil não ouviu João Calmon, que estava ali profetizando. Agora, estamos pagando, por-

que fomos surdos na hora em que um profeta falava da tribuna deste Senado.

Por isso, Sr. Presidente, temos de começar a analisar a questão, pensando no Brasil e nos brasileiros, nos que estão sendo mortos, assassinados e judiados por aí, para que apressemos a proposição sobre a maioria penal, a redução de 18 anos para 16 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela Liderança do Governo, por cinco minutos, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, conforme requerimento anteriormente feito por S. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após o debate feito exaustivamente, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, sobre a Medida Provisória nº 327, que tratava da regulamentação final da Lei de Biossegurança no Brasil e das emendas apresentadas, naquele momento, na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Paulo Pimenta e, nesta Casa, reiteradas pelo Senador Delcídio Amaral – o debate foi muito importante e esclarecedor para a sociedade –, eis que o Presidente Lula homologa essa decisão do Congresso Nacional com um veto. Duas emendas foram motivo de polêmica, uma delas dispondo sobre o *quorum* da CTNBio para apreciação de matérias não apenas para a pesquisa com organismos geneticamente modificados, mas também de pedidos de comercialização. Essa emenda foi acatada pelo Presidente Lula, confirmada e promulgada hoje. E, no que diz respeito ao pedido de comercialização do algodão transgênico que foi cultivado de maneira irregular, o Presidente vetou. No meu entendimento, penso que minimizou, pelo menos um pouco, as preocupações que assolavam muitos de nós.

Sr. Presidente, trago algumas informações a respeito do balanço da participação do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama nas licenças ambientais e no cumprimento mínimo da legislação brasileira e também da sua contrapartida para o desenvolvimento do nosso País.

No Governo do Presidente Lula, a ação governamental no que diz respeito à administração ambiental, do ponto de vista de alguns até, é conservadora, não consegue alcançar um equilíbrio adequado entre a conservação do meio ambiente e o estímulo à atividade econômica, e vem se constituindo em empecilho concreto ao desenvolvimento econômico do nosso País.

É oportuno, por tudo isso, ao fazer-se um balanço do que foi, nos últimos quatro anos, a atuação do Ministério do Meio Ambiente, que se comece a contar

a história verdadeira, a despeito do descontentamento que a verdade possa trazer a setores que, por força de interesses menos nobres, durante todo esse tempo, a distorceram, mistificaram e falsificaram.

Início constatando que, em 2006, o número de licenciamentos ambientais para empreendimentos econômicos concedidos pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ibama – número equivalente a 278 licenças – constituiu um recorde absoluto no panorama nacional.

O número, Sr. Presidente, para não se perder de vista, é de 278 licenças. Desse total, a maioria se refere a empreendimentos de grande impacto econômico, em função de sua escala, e de grande alcance social, por força de seus efeitos na mobilização de mão-de-obra, na compra de insumos e na geração de receita governamental para a União, os Estados e os Municípios.

Trata-se de 143 iniciativas no setor de transportes, entre obras de rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos, bem como na área de agricultura, pesquisa e exploração mineral.

No setor de energia, foram emitidas 85 licenças, destinadas a atender a empreendimentos enquadrados no modelo definido pela nossa matriz energética, tais como a instalação e regularização de usinas hidrelétricas, usinas nucleares, usinas termelétricas, gasodutos, linhas de transmissão, além de outros, com foco no aproveitamento de fontes alternativas de geração de energia. Mais 50 licenças se referem ao setor de petróleo e gás, incluindo o monitoramento da expansão da rede de gasodutos e o aproveitamento das reservas nacionais de gás natural.

O que é isso, Sr. Presidente, senão um compromisso duplo: de um lado, com os princípios de uso racional dos recursos ambientais e, de outro, com a própria idéia de desenvolvimento, na sua modalidade sustentável? O que é isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, senão o compromisso de compatibilizar preservação ambiental com avanços na infra-estrutura de transportes e de geração de energia, itens vitais ao futuro do Brasil e de seu povo?

E o bom nível de desempenho na emissão de licenciamentos não se restringe ao ano de 2006. Na verdade, os números vêm crescendo significativamente desde o início da gestão da atual Ministra Marina Silva: contra os 145 licenciamentos de 2003, registraram-se 222, em 2004, e 237 em 2005.

Se é verdade que o quantitativo foi pequeno no primeiro ano do Governo, muito em função do momento de transição econômica que então vivíamos, ele praticamente dobrou em apenas quatro anos, numa variação positiva da ordem de 92%.

E esses 92% – podem ter certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores – significam o oposto do assim chamado “desenvolvimento a qualquer custo”; significam desenvolver o Brasil, sua economia e sua infra-estrutura, sem atentar contra o precioso patrimônio ambiental a nós legado pela natureza e pela História.

Sr. Presidente, vou dar como lido o restante do meu pronunciamento, mas peço a V. Ex^a que me conceda mais alguns minutos, porque hoje, dia 22, comemora-se O Dia Mundial da Água.

Muitos Srs. Senadores ontem abordaram esse assunto, e, só para efeito de complementação, gostaria de dizer que o nosso Brasil, inevitavelmente, tem de fazer um dever de casa muito grande. Foi concedida à nossa Região Amazônica uma atribuição divina, digamos assim: ter a maior parte da água doce do mundo. E o nosso País tem a maior bacia hidrográfica do mundo. No entanto, temos uma grande preocupação agora. Nós vivemos a iminência de uma seca naquela região, o que nos preocupou muito no ano de 2005. Os rios secaram demasiadamente, as embarcações não puderam navegar, as famílias ribeirinhas ficaram desassistidas, com graves problemas de abastecimento, o que nos causou uma forte inquietação.

Hoje, quero também prestar minha homenagem ao dia pela preservação deste tão importante bem da vida no planeta Terra, que é a água. De maneira muito consciente, a Igreja Católica destina a sua Campanha da Fraternidade a uma reflexão sobre a Amazônia, e essa reflexão não poderia deixar de ter eco também nesta Casa. Todos nós que somos moradores da Amazônia sabemos da dificuldade que foi o desenvolvimento do Brasil, em respeito também ao crescimento da nossa região. A Amazônia sempre foi vista, Sr. Presidente, como um lugar para se ficar rico e ir-se embora o mais rápido possível. Foi assim desde a chegada dos portugueses, mas acredito muito que temos dado passos significativos para também garantir à nossa região um mínimo de participação no desenvolvimento nacional com respeito às questões ambientais.

Diante disso, quero dizer ainda que muito me alegrou ter sido promulgada a lei complementar à Lei de Gestão de Florestas Públicas, o que vai fazer com que possamos combater, definitivamente, de forma mais acelerada, os desmandos e a grilagem de terra naquela região. Assim, poderemos utilizar nosso principal produto, que é a floresta viva, como um bem de uso comum, principalmente para os investidores e moradores locais.

Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso agradecimento à decisão do Governo de emitir essa lei complementar, que já está promulgada. Esperamos que, daqui para frente, a gestão de florestas públicas possa tam-

bém dar a sua grande contribuição não somente ao combate dos desmandos da grilagem, mas também e principalmente para que possamos apontar que tipo de desenvolvimento nós queremos para a região e para todo o Brasil.

Peço a V. Ex^a que dê como lido o conteúdo completo deste pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Recorde de Licenciamento – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda homenagem é sustentada por um reconhecimento do trabalho do homenageado. A que fazemos agora é fruto do agradecimento pelo o que o Ministério do Meio Ambiente tem feito pelo Brasil e pelas futuras gerações.

É bem conhecido, no Brasil, aquele tipo político que, abandonando as ações de longo prazo, concentra sua atenção naquelas de efeito imediato. Essas ações, em geral, também se caracterizam pela sua abusiva exibição, por sua proposital visibilidade.

Assim, por exemplo, dá-se preferência ao viaduto, por ser mais fácil de ser percebido, por parte do eleitor, em detrimento da rede de esgoto, muitas vezes mais urgente e mais necessária à comunidade do que uma obra viária. A lógica desse procedimento é muito clara, tendo sido, inclusive, motivo de um ditado que a revela e explicita; diz-se que “obra enterrada não rende voto”.

As ações de caráter perene, estruturantes, ao contrário, não costumam receber o devido valor, ao menos no curto prazo.

O fato, entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o tempo, como diz o Evangelho de Lucas, traz à luz tudo o que um dia ficou oculto, ou não foi adequadamente revelado. Da mesma forma que, com o tempo, o efeito do fermento oculto na massa de farinha acaba aparecendo, ao transformá-la em pão, a ação do bom governante acabará por ser reconhecida, – mesmo não sendo visível e aparente, num primeiro momento.

Digo isso, Sr. Presidente, porque há muito ouço dizer que, desde o início do Governo do Presidente Lula, a ação governamental, no que diz respeito à administração ambiental, é movido por sentimentos radicais; que ela não consegue alcançar um equilíbrio adequado entre a conservação do meio ambiente e o estímulo à atividade econômica; e, finalmente, que ela vem se constituindo em um empecilho concreto ao desenvolvimento econômico brasileiro.

É oportuno, por tudo isso, ao fazer-se um balanço do que foi, nos últimos 4 anos, a atuação do Mi-

nistério do Meio Ambiente, que se comece a contar a história verdadeira, a despeito do descontentamento que a verdade possa trazer a setores que, por força de interesses menos nobres, durante todo esse tempo a distorceram, mistificaram e falsificaram.

Início constatando que, em 2006, o número de licenciamentos ambientais para empreendimentos econômicos concedidos pelo MMA, por meio do Ibama – um número equivalente a 278 licenças – constituiu um recorde absoluto no panorama brasileiro.

Repito o número, Sr. Presidente, para que não se perca a noção de sua magnitude: 278 licenças, no âmbito da ação federal.

Desse total, a maioria se refere a empreendimentos de grande impacto econômico, em função de sua escala, e de grande alcance social, por força de seus efeitos na mobilização de mão de obra, na compra de insumos e na geração de receita governamental, para a União, os Estados e os Municípios.

Tratam-se de 143 iniciativas no setor de transportes, entre obras de rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos, bem como na área de agricultura, pesquisa e exploração mineral.

No setor de energia foram emitidas 85 licenças, destinadas a atender a empreendimentos enquadrados no modelo definido pela nossa Matriz Energética, tais como a instalação e regularização de usinas hidrelétricas, usinas nucleares, usinas termelétricas, gasodutos, linhas de transmissão, além de outros, com foco no aproveitamento de fontes alternativas de geração de energia. Mais 50 licenças se referem ao setor de petróleo e gás, incluindo o monitoramento da expansão da rede de gasodutos e o aproveitamento das reservas nacionais de gás natural.

O que é isso, Senhor Presidente, senão um compromisso duplo: de um lado, com os princípios de uso racional dos recursos ambientais e, de outro, com a própria idéia de desenvolvimento, na sua modalidade sustentável? O que é isso, Senhoras e Senhores Senadores, senão o compromisso de compatibilizar preservação ambiental com avanços na infra-estrutura de transportes e de geração de energia, itens tão vitais ao futuro do Brasil e do seu povo?

E o bom nível de desempenho na emissão de licenciamentos não se restringe ao ano de 2006. Na verdade, os números vêm crescendo significativamente, desde o início da gestão da Ministra Marina Silva. Contra os 145 licenciamentos de 2003, registraram-se 222, em 2004, e 237, em 2005.

Se for verdade que o quantitativo foi pequeno no primeiro ano do novo Governo, muito em função do momento de transição econômica que então vivíamos, ele

praticamente dobrou, em apenas quatro anos, numa variação positiva da ordem de 92%.

E esses 92% – podem ter certeza, Senhoras e Senhores – significam o oposto do assim chamado “desenvolvimento a qualquer custo”: significam desenvolver o País, sua economia e sua infra-estrutura, sem atentar contra o precioso patrimônio ambiental a nós legado pela natureza e pela História.

Um exemplo neste novo momento foi o esforço conjunto feito para viabilizar um empreendimento ambientalmente modelar com o porte e as dimensões do gasoduto Coari-Manaus. Essa obra, insistentemente e com razão reclamada por parlamentares da Amazônia, reverterá em novo surto de progresso para a Zona Franca de Manaus e para toda a gente do Estado do Amazonas.

Veja bem, Sr. Presidente: trata-se de uma obra colossal que, apesar dos obstáculos oferecidos pela geografia, tornou-se exemplo de ação ambiental, graças à correta ação do Ibama e – não menos importante – à criatividade e à capacidade técnica dos profissionais da Petrobras nela envolvidos.

Da mesma forma, vejo esforços no mesmo sentido para a usina de Belo Monte e as usinas previstas para o Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau.

As críticas feitas ao Ministério, da mesma forma que outras, feitas aos demais setores de governo, compõem o quadro do jogo democrático, e devem ser recebidas com naturalidade. Chega o momento, entretanto, que os fatos devem falar por si mesmos; que a verdade, tal como o efeito do fermento na massa do pão, deve ser colocada à vista de todos.

É justo, portanto, o registro que faço. É justo que a Ministra Marina Silva, e o conjunto da equipe do MMA, recebam a verdade como recompensa por um desempenho que não mais deve ficar oculto; que não se pode mais esconder.

Em que pesem as críticas feitas em boa-fé, assim como aquelas feitas por parte de setores nem sempre bem intencionados, é bom ver que, com espírito público, estamos avançando sem perder de vista o equilíbrio que deve pautar a ação governamental em um tema tão delicado e controverso.

Esse registro, Sr. Presidente – e agora, finalizo –, não se deve somente ao fato de que soube o Ministério do Meio Ambiente, sob inspiração do Presidente da República, elevar sua capacidade de licenciar com eficiência os empreendimentos econômicos ambientalmente sustentáveis. Ele se deve, em verdade, também ao fato de que o Brasil, por meio do MMA, começa a absorver a idéia que desenvolvimento econômico e meio ambiente são conceitos que devem operar sempre juntos, em benefício do futuro desta Nação.

Essa é uma lição que – espero – sejamos capazes de prender em nossa memória, para sempre!

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Passo a Presidência ao Senador Neuto de Conto, tendo em vista que ocuparei a tribuna para fazer um pronunciamento sobre o Dia Mundial da Água, como faço todos os anos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje, em que comemoramos o Dia Mundial da Água, 22 de março, data criada pela Organização das Nações Unidas, trago para o debate político precisamente o tema “Lidando com a Escassez da Água”. Esse é o tema escolhido para o lema do Dia Mundial da Água de 2007.

Hoje, reúnem-se autoridades brasileiras e organizações da sociedade civil, em Itaipu, para a discussão sobre como lidar com a escassez de água. Desse encontro, sairá a Carta de Princípios Cooperativos pela Água, toda ela fundamentada em acordos globais que visam à preservação do meio ambiente, dentro do espírito de crescente preocupação com o problema da escassez de água.

Pesquisas recentes indicam que, se forem mantidas as tendências atuais, em 20 anos, 70% da população mundial sofrerá com a escassez do precioso líquido. Não se trata, portanto, de um horizonte otimista, principalmente se constataremos que providências essenciais não vêm sendo tomadas pelos governos e que já há indícios de que, inclusive, guerras poderão vir a ser travadas pela água.

A população mundial se multiplicou, mas a água permanece a mesma. Nos últimos cem anos, o consumo de água se multiplicou por seis vezes. Atualmente, onze países da África e nove países do Oriente Médio sobrevivem quase sem água. Já no México, na Índia, na China e nos Estados Unidos, encontramos situação crítica, de ameaça de escassez relativa. Não se pode esquecer que palestinos e israelenses também lutam pela água. E o foco da discórdia pode deslocar-se do óleo para a água.

Sr. Presidente, é importante levar em conta a relação da água com a saúde da população mundial.

Segundo o Conselho para o Acesso à Água e a Recursos Sanitários, cada continente possui zonas com déficit de água ou com grandes dificuldades de acesso. Assim, mais de um sexto da população mundial – o que daria aproximadamente 1,1 bilhão de pessoas – não dispõe de acesso garantido a esse recurso natural. Por outro lado, os mesmos dados indicam que 2,6 bilhões de pessoas – metade da população dos países em desenvolvimento – vivem em locais sem condições básicas de saneamento. O perverso efeito disso é que as doenças relacionadas com a água, entre as quais a diarreia, ainda são a principal causa das mortes entre as crianças.

O Brasil não vive ainda a mesma situação; ao contrário, temos 11,6% da água doce superficial do mundo, estando 70% dela na região amazônica e na bacia do rio Tocantins, enquanto outras regiões do Nordeste sofrem com intensas secas e com escassez de sistemas de irrigação e de água para beber.

Ademais, nossa água vem sendo contaminada: quase todo o esgoto das regiões pobres do País é lançado em rios e em depósitos de água doce, a exemplo do que acontece no rio São Francisco, o rio da unidade nacional, cuja calha vem sendo invadida, anos a fio, por esgotos que são jogados a céu aberto, sem qualquer tratamento, prejudicando, assim, o meio ambiente, o ecossistema em que sobrevive o nosso rio São Francisco, que vem sendo agredido há quase quinhentos anos.

Estamos transformando este País em um hospital a céu aberto por meio da contaminação da água, seja por esgotos, seja por agrotóxicos e resíduos industriais. Ao mesmo tempo, no caso do meu Nordeste, sabemos que menos da metade da população naquela região tem acesso a abastecimento de água.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos desequilíbrios regionais se une a poluição das águas por resíduos urbanos e industriais em rios, em lagoas e em mares, além do desperdício de água nas grandes cidades. Segundo relatório divulgado por ocasião do Fórum Mundial da Água, celebrado no México, 57 milhões dos 190 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável. São 57 milhões de brasileiros sem água potável!

Nesse sentido, defendemos a mais persistente e ampla educação ambiental, para que cada brasileiro tenha senso crítico e preocupação social e ambiental quando fizer uso do precioso líquido e para que cada brasileiro tenha a mais aguda consciência de que nossas palavras-chave são reutilização e conservação. Mas não temos dúvida de que as grandes corporações, a grande indústria urbana e rural tem de ser penalizada se continuar sua marcha implacável pela degradação

ambiental, poluindo nossos ares, nosso solo e nossas águas. É necessário que a idéia de desenvolvimento econômico envolva também as questões ambientais, porque, aí sim, teremos o chamado desenvolvimento sustentável.

O Governo está preocupado. Tanto é assim, que fez aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos no início de 2006. Trata-se de um conjunto de diretrizes, metas e programas que visam a garantir o uso racional da água até o ano 2020. E, nas comemorações do dia de hoje, a Ministra Marina Silva irá assinar um pacto nacional para a conservação das águas, uma carta de princípios pelos quais os participantes se comprometem a unir esforços para promover o uso eficiente da água. Estamos completamente de acordo, mas acreditamos que, no ano do décimo aniversário da aprovação da Lei das Águas, a Lei nº 9.433, de 1997, ainda falta muito a fazer. Alguns pontos não foram, até hoje, regulamentados ou geram polêmicas, e outros dispositivos, de fato, não foram sequer efetivados.

Elenco aqui, Sr. Presidente, os seguintes pontos. A obrigação de tratar as águas servidas não é do consumidor familiar – ele já paga à companhia de saneamento de cada Estado ou privada –, mas essas águas estão sendo devolvidas aos rios, mares e lagoas totalmente poluídos, de modo que quem está poluindo é a companhia de águas, que, com isso, deveria pagar a taxa prevista na Lei das Águas como usuária poluidora.

Outro fato interessante é o consumo de água subterrânea, por meio dos poços, por indústrias e por populações em geral. A taxa da retirada da água do poço foi disciplinada, não sem muitas dúvidas e polêmicas persistentes, mas como medir o consumo e a taxa poluidora quando essa água for despejada (de volta) no rio, mar ou lagoa?

Finalmente, Sr. Presidente, a questão fica mais complicada quando se vai para a agricultura. É na agricultura que se localiza o maior consumo de água – por meio dos perímetros irrigados –, e é lá que estão aqueles que têm o menor poder econômico para pagar. Como contornar isso? Como proteger o meio ambiente e o pequeno e médio trabalhador rural? Talvez, uma saída seja por meio do controle pelo lado poluidor, com o estabelecimento de regras rígidas no uso dos defensivos e dos nutrientes, que são fortes poluidores das águas.

E as poluições das águas devidas aos lixões? E a utilização das águas para fins de navegação, controle de enchentes e geração de energia elétrica, esta última sempre disputada entre Municípios e Estados, por outro lado sendo atacada a via da compensação financeira?

Como se pode depreender, a efetividade da Lei das Águas é complexa, e ainda existe muito a fazer.

Para encerrar, Sr. Presidente, este pronunciamento em que faço uma lembrança, uma homenagem ao Dia Mundial das Águas, eu gostaria de enaltecer, mais uma vez, a necessidade inadiável da revitalização do rio São Francisco, o Velho Chico.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares, permite-me um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Que o Governo do qual faço parte e do qual discordo somente num detalhe, um detalhe importante, que é o da transposição do rio São Francisco, possa avaliar – ainda há tempo de avaliar – a pressa com que essa obra está sendo realizada, na frente da revitalização!

Concedo a palavra, se permitir o Presidente, ao nobre Senador César Borges e, em seguida, ao Senador Sibá Machado, um dos líderes do Governo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Em primeiro lugar, parabênizo V. Ex^a por trazer aqui o assunto do Dia Mundial das Águas, a necessidade de preservar esse patrimônio que é de todos nós, que é do Brasil, que é do povo brasileiro, que é da humanidade. Somando os esforços dos entes federativos, da União, dos Estados e dos Municípios, temos realmente de lutar para que possa haver água disponível à nossa população em quantidade e em qualidade suficientes. Preservar esses mananciais é essencial. O uso da água tem de ser sempre muito criterioso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu pediria mais dois minutos.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a fez um discurso extremamente preciso, mostrando as coisas como devem ser vistas. Finalmente, parabênizo V. Ex^a também por essa sua posição em relação à transposição do rio São Francisco. Mesmo apoiando o Governo, V. Ex^a, como um grande representante do Estado irmão de Sergipe, Estado irmão da Bahia, luta para preservar essa riqueza de todos nós, que é o rio São Francisco, adota uma posição clara com relação a essa malfadada transposição do rio São Francisco, que não vem em boa hora, que não resolve o problema dos nordestinos, que poderia ser solucionado de forma mais eficiente, mais eficaz, com menos recursos. Parabênizo sua posição! Lamento a postura daqueles que, por apoiar o Governo, ficam a favor desse projeto. V. Ex^a tem essa coragem, e quero parabenizá-lo! Estou ao seu lado nessa luta a favor do São Francisco. Parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, então, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos, agradeço a V. Ex^a e digo que, embora tenha nascido no Estado do Piauí, conhecia pouco o Nordeste. Tirei alguns dias para andar na Bahia, em Alagoas – muito mais a título de curiosidade de ver como esses Estados têm superado suas dificuldades do que mesmo a passeio – e, por último, agora, no Estado de V. Ex^a, Sergipe. Fiquei surpreso com o que vi lá: é o menor Estado do Brasil, em termos territoriais, já abastecido por seis rios – não me lembro exatamente os nomes dos rios –, o que me impressionou muito. O solo do Estado, se houvesse chuva, teria uma fertilidade muito alta. Fui até Xingó para ver a barragem, a produção de energia elétrica, o lago que foi formado pela barragem. Vi o turismo no Estado de V. Ex^a, mas o que me chamou a atenção foi o seguinte: a paisagem na estrada. Quando saímos de Aracaju em direção a Xingó, passamos pela caatinga, onde as pessoas ainda estão desprovidas de irrigação; quando entramos na área que já recebe a irrigação, a paisagem lateral da estrada muda completamente, é outro cenário. Não conheço profundamente a idéia da transposição do rio, mas conheci o rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro – é uma transposição feita há cem anos. Se pudéssemos, quem sabe, e se V. Ex^a achasse importante, gostaria de formar uma comissão de Senadores para ir ao Rio de Janeiro ver a transposição do Paraíba do Sul, para, em seguida, também nos debruçarmos sobre esse assunto, pelo menos em mapa ou em projeção de computador, a fim de vermos qual seria o traçado dessa obra da transposição do rio e suas finalidades. Em um ponto, V. Ex^a tem muita razão: a revitalização do rio não pode ficar prejudicada, mas isso está posto no PAC, que aponta como uma das metas do Governo a revitalização do rio São Francisco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E há a nossa PEC da revitalização que está em tramitação na Câmara, já em pauta para ser votada.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Então, todos seremos partidários da idéia de V. Ex^a e havemos de, juntos, fazer um esforço para a revitalização de um dos mais importantes rios do nosso Brasil. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento neste Dia Mundial das Águas!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Mão Santa, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, permita-me V. Ex^a participar do debate. V. Ex^a, sem dúvida, é um legislador nato, mas tem a visão de futuro de administrador, razão pela qual foi um grande Governador do seu Estado. Mas esse negócio de transposição de rio é velha. Leonardo da Vinci já a havia feito, cheia de complicações, Senador Sibá. Em Medicina, buscamos o que obteve êxito para acompanhar. Nos Estados Unidos, em Denver, há a transposição do Colorado. Mas V. Ex^a foi prudente, porque a história do Colorado, embora cheia de êxito – e era uma região como a nossa, arenosa, semi-árida –, tem cem anos. Platão já dizia: “Seja ousado, seja ousado, mas acompanhado de prudência”. V. Ex^a traduz essa sabedoria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a e a todos os demais oradores que me apartearam no Dia Mundial das Águas, torcendo e lutando todos juntos para que possamos preservar nossos mananciais, fortalecendo e recuperando, em toda a sua totalidade, em toda a sua extensão, o nosso Velho Chico, o rio da unidade nacional, o rio São Francisco.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu me inscrevi e gostaria de falar pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – V. Ex^a já está inscrito, nobre Senador.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Cristo, quando falava, dizia, ó Roriz: “Em verdade, em verdade, Eu vos digo...”. E um filósofo, Senador Cristovam Buarque, ensinou que quem tem bastante luz própria não precisa apagar ou diminuir a luz dos outros.

A este Governo está faltando essa luz própria. Olhem, não sou do PSDB, não votei em Fernando Henrique Cardoso, mas ele cumpriu a sua missão. Ele é um estadista. Quero dizer que ninguém vai apagar o monstro que era a inflação. Mas inventaram uma metodologia para o Canto do Rio – Canto do Rio é aquele time que sempre perde, como o Brasil, que está sempre perdendo no campeonato da riqueza mundial; só ganha porque tem o Haiti –, e aí, Presidente Neuto de Conto, inventaram uma metodologia para dizer: “Ganhamos de Fernando Henrique Cardoso”. Isso é ridículo! A História é a História. Ninguém pode comparar.

Eu governei o Piauí recentemente, mas não posso comparar os dados com os do muito mais iluminado do que eu: Petrônio Portella. Não posso porque, evidentemente, criei 78 novas cidades – as circunstâncias eram outras; era necessário –, criei 400 faculdades... Petrônio Portella não criou isso, mas criou a universidade, que me possibilitou andar, visar. Freitas Neto começou esse projeto de expansão, de transformação. Falar agora em metodologia para que um Mantega, Mantega derretida, diga: “Ganhamos de Fernando Henrique Cardoso!”. Ó Mantega, pare com essa conversa ridícula!

A verdade é que a educação, a saúde e a segurança são o verdadeiro tripé do povo, que é a Pátria. Sem segurança, Norberto Bobbio já disse, é zero o governo.

Educação. Está aí Cristovam Buarque, que levou ontem... Educação e saúde ainda estão longe do ideal. O Presidente diz que a saúde está boa aqui. Saúde! Só se for para nós, para quem o Senado paga; para nós, que temos dinheiro; para quem tem plano de saúde. Para os pobres? Eu passei no Rio, no Miguel Couto, à noite, Roriz, e pensei que era uma revolução. O povo brigando, chorando para ser atendido. É, Sr. Sérgio Cabral, passei no Rio e tomei um choque. O que era aquilo? Será que foi tiroteio? Era não! Lá no Rio de Janeiro. Fiquei perplexo, tive medo. Gente implorando, brigando para ser atendido.

Eu queria dizer que a educação está aí. O Cristovam Buarque, ontem, entregou ao Ministro uma luz: tempo integral, lei de responsabilidade... Lei de Responsabilidade Fiscal! Ó Mantega, crie vergonha! A Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das coisas mais sérias neste País. Agora, o Senador Cristovam Buarque, inspirado, pede a Lei de Responsabilidade Educacional. Cumpram! Ficar se comparando é ridículo. Iria me comparar a Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá? Não tem razão, o mundo é outro, evolui.

Aprendi no meu Piauí, Senador Sibá, onde V. Ex^a teve o privilégio de nascer, que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. Deixem o Fernando Henrique Cardoso, que é um estadista, um professor, foi Presidente da República, tem sua história! A inveja e a mágoa corrompem os corações.

Não adianta, quem tem bastante luz, quem tem luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Quem quiser apagar a luz de Roriz é um tresloucado, porque ela não se apaga.

Fernando Henrique teve sua participação. Eu sou do PMDB. Não votei nele, nem o deixei fazer o seu candidato Presidente do PMDB – Paes de Andrade. Mas ele tem sua história, é um estadista e foi um exemplo. Tanto ele quanto a sua mulher.

Ó cara de Mantega, que número? Os números são estes – quer que eu diga? Esse negócio de PAC, propaganda enganosa, eu conhecia. É publicidade aumentada e criminosa.

Vamos falar da educação no Piauí. Onde está a Universidade Delta? Está na lei, mas não tem nada. E o Hospital Universitário? Está parado. E o Pronto-Socorro municipal, Senador Sibá? Só na educação e na saúde. O Prefeito Firmino Filho, que é tucano, terminou, beleza! O que tem lá e funciona fui eu que fiz. Mas tem outro, moderno, e falta um convênio federal. Todos os hospitais estão em falência: as santas casas, hospitais, e do Brasil todo. A Uesp, que era a educação do Estado, tinha 12 mil vagas para pobre; hoje tem 3 mil. Está aqui: educação e saúde ainda estão longe... Diminuiu.

O IBGE, que eles estão cantando, que o Mantega – ô Mantega, presta atenção...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Presidente tem de nos proteger, tem de haver o corporativismo partidário. Somos do PMDB, da vergonha, da verdade. Sr. Presidente Neuto de Conto, um quadro vale por 10 mil palavras.

Ô Mantega, o IBGE – o próprio, que eles utilizam para se gabar: “passando do Fernando Henrique” –, em relação ao desempregado, dirá que aumentou o número de desempregados. Estão aqui os números: caiu de 4,3% para 3,8% o investimento na educação; caiu também o investimento na saúde. Aqui diz: “Com isso, os gastos do Governo na saúde, que deveriam ser de R\$43,5 bilhões, caíram para R\$39,5 bilhões”.

Segurança. Norberto Bobbio, o maior sábio político e teólogo, Senador Neuto de Conto, da Itália, do Renascimento, dizia que o mínimo que temos de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Brasileiras e brasileiros têm essa segurança?

Educação. Ô Cristovam, seu sonho acabou. Estamos mais mal-educados. Bem aí no Chile – atentai bem –, o pai e a mãe de uma criança de 12 anos que não estuda vão para a cadeia. Aos doze anos, as crianças são obrigadas a falar duas línguas. Não há mais analfabetos. Aqui, é uma vergonha. O Boris Casoy não pode mais dizer, mas eu posso.

E a saúde? Da saúde, posso falar. Sou médico há quarenta anos. Ô Senador Sibá, o SUS paga R\$2,50 a consulta. Desafio aqui e agora o Presidente Lula da Silva – ô Senador César, V. Ex^a é inspirado, é engenheiro e fez a maior obra do Nordeste, a Ford, a indústria, o trabalho –, desafio aqui e agora que o SUS, que deveria ser como um sol, igual para todos,

ó Roriz, me consiga uma operação de próstata. Pelo SUS! Não faz. Uma anestesia hoje vale R\$9,00. Qual o anestesista que vai, Senador Roriz, sair da sua casa para ganhar R\$9,00? Paguei a meu engraxate, Senador César, em Teresina, antes de pegar o avião, R\$10,00. A consulta é R\$2,50!

Então, propagou-se o médico de família. Grandes especialistas deixam o SUS, porque o Governo não lhes paga, estão em greve por aí e vão ser médicos de família, não tendo “resolutividade”. A medicina não avançou. Saudade, temos do passado, quando o pobre saía com a receita do medicamento da Ceme.

A verdade está aqui. Não adiantam essas farsas de mudar a metodologia. Ulysses dizia: “Saíam e vão conversar com os pobres para ver”.

O General Oregon, do México – Senador Delcídio, sinta o que vou dizer, ele não era elegante como V. Ex^a – dizia: “Prefiro a verdade que me é trazida por um adversário à mentira e à ilusão de um aliado”.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem mais um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, tenho mais um minuto para agradecer a generosidade de V. Ex^a, que está tão bem na Presidência.

Esse é o PMDB, que representa o povo, a voz rouca das ruas, como dizia Ulysses. Falo pelo PMDB de Brossard, que aqui chegou em época mais difícil e disse que não é preciso pedir licença para fazer oposição. A oposição é tão necessária que Rui Barbosa, que está aí, foi oposição durante mais de 80% da sua vida. Joaquim Nabuco, do meu Nordeste, chegou a ser uma oposição solidária.

Senador Eurípedes, V. Ex^a é de cor preta. Houve instantes em que Joaquim Nabuco, lá do Pernambuco do professor Cristovam Buarque, chegou a dizer que era uma voz solitária para defender a liberdade dos excluídos. Estamos aqui. Não estou solitário no PMDB, que contou com a aquiescência e a generosidade deste descendente da Itália, que engrandece o Senado da República ao ocupar a Presidência neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna na condição de Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, eleito juntamente com o Senador Siba Machado, este como Vice-Presidente, apresentar à Casa algumas considerações que julgo fundamentais sobre o tema.

Inicialmente, é importante analisar o atual *frisson* que toma conta do setor de energia renovável. Afinal, observamos a presença intensa do assunto na mídia, além das manifestações de países e regiões sobre a intenção de introduzirem ou elevarem, a presença dos biocombustíveis, em especial o etanol em suas matrizes energéticas.

Os motivos para tantos são vários e amplamente justificados. Do ponto de vista ambiental, os biocombustíveis contribuem para evitar, ou pelo menos atenuar, o aquecimento global, principalmente pelo balanço positivo na relação “emissão de gases do efeito estufa (CO²) no consumo de etanol *versus* o efeito regenerativo na atmosfera graças ao fenômeno da fotossíntese.”

Em uma visão estratégica, os combustíveis de origem vegetal permitem aos países produtores adquirirem uma menor dependência do petróleo, que provém, na grande maioria dos casos, de países de alta instabilidade política.

E ainda, devido à concentração da produção do petróleo na mão de poucos países possibilitar a criação de um cartel, como é o caso da OPEP, que embora tenha o poder relativo, mas tem, de administrar os preços dos produtos. Com o etanol isso não é possível, pois praticamente todos os países do mundo podem produzir combustível, evidentemente, de matérias-primas diferentes (cana, milho, beterraba, celulose e outros).

Além disso, a garantia do suprimento também é um fator preponderante para a troca dos combustíveis de origem fóssil pelos de origem vegetal. Afinal, a escassez do petróleo se comprova pelo contínuo aumento nos patamares dos preços e pela crescente elevação do custo para descobrir e produzir novos campos, com necessidade de perfuração de poços cada vez mais profundos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são frequentes algumas dúvidas sobre o acerto na adoção do biocombustível como alternativa para substituição, mesmo que parcial, dos combustíveis não-renováveis.

Uma das preocupações que respeitam à garantia do suprimento, algo compreensível devido à escassez do álcool acontecido nos anos 80. Explica-se, no entanto, que esse combustível vem da produção rural e, como tal, sofre flutuações, entre outros fatores, por exemplo, devido às condições climáticas, como acontece com todos os produtos agrícolas.

Aliás, também ocorre com os derivados de petróleo. O aumento extraordinário no preço do barril acontecido nos dois choques do petróleo e, recentemente, a aceleração da crise no Oriente Médio pelas guerras do Afeganistão e Iraque, quando o preço do barril ultrapassou os US\$80, provam que também o

suprimento de combustíveis fósseis é algo instável, volátil e de confiabilidade apenas relativa.

Porém, com a tecnologia flex, hoje plenamente difundida, o consumidor adquiriu uma condição confortável e segura de, ao migrar de um combustível para outro, se livrar de algum contingenciamento no suprimento, quer seja ele de álcool ou gasolina e, ainda, buscar a cada momento o combustível mais econômico.

Outra crítica recorrente aponta o etanol brasileiro como um produto subsidiado. Trata-se de uma informação equivocada, pois não existe qualquer subsídio no álcool brasileiro. A prova é que, hoje, encaramos uma acirrada disputa para tentar eliminar a proteção tarifária do álcool americano (R\$0,30 por litro) produzido a partir do milho, este sim, altamente subsidiado. Como os norte-americanos produzem cerca de 20 bilhões de litros de álcool por ano, isso significa que gastam algo em torno de R\$6 bilhões em proteção ao produtor local.

Fala-se também sobre os perigos do uso excessivo de terras agricultáveis na produção de matérias-primas para os biocombustíveis. Mais uma vez, a realidade não corresponde às preocupações frequentemente manifestadas.

A área atual cultivada de cana-de-açúcar equivale a pouco mais de seis milhões de hectares, ou seja, 1,9% da área agricultável do Brasil, produzindo 475 milhões de toneladas por safra.

As projeções do setor para o ano de 2010, com a implantação de setenta e poucas novas unidades, indicam um crescimento pouco inferior de 2,4 milhões de hectares na área de plantio para a produção de mais de 190 milhões de toneladas em relação ao cultivo atual.

Sr. Presidente, também têm sido bastantes frequentes os questionamentos acerca do impacto ambiental dos biocombustíveis, em especial do etanol.

Se no passado o setor foi devastador, e é verdade (assim como outras culturas), também é verdade, a situação atual é bem diferente.

O trabalho de recuperação de alguns ecossistemas impactados, como por exemplo na minha Alagoas que mantém e recupera cerca de cinquenta mil hectares de mata atlântica, somado à utilização de procedimentos que contribuem para a saúde ambiental, com a colheita de cana crua, além do uso de combate biológico em vez de inseticidas, entre outras ações, conferem ao cultivo e industrialização da cana uma certificação de "bom moço" no que se refere ao meio ambiente.

É também na geração de emprego e renda que a opção pelos combustíveis vegetais se afirma como uma das melhores, senão a melhor, de todo o setor rural. Cada seis hectares cultivados de cana-de-açúcar

gera um posto de trabalho direto. Novamente a comparação com a pecuária que gera, em condições bastante favoráveis, um emprego a cada quinhentos hectares, demonstra as vantagens desse setor.

A cana e sua industrialização abriga um milhão de trabalhadores de uma forma direta e mais de três milhões de emprego indireto.

A estimativa para os próximos três anos aponta a criação de 1 milhão 580 mil novos postos de serviço direto e indireto, o que significa um total de 5 milhões 580 mil trabalhadores envolvidos com o setor canavieiro no ano de 2010.

Como toda atividade braçal, o cultivo da cana pode até não ser um bom trabalho, assim como tantos outros não são (mineiros, petroleiros e trabalhadores agrícolas de um modo geral), mas, certamente, no meio rural, é um bom emprego.

O salário mínimo base do setor é 10% superior ao mínimo vigente no País. Além disso, a correlação da remuneração com a produtividade permite ao empregador obter, com frequência, ganhos de até duas a três vezes o salário base citado.

Ainda, além dos ganhos acima da média rural, o trabalhador da cana dispõe de benefícios sociais, tais como assistência médica, dentária, escola para seus filhos e transporte, com toda certeza, de melhor qualidade e presteza que a grande maioria ou talvez a totalidade daqueles oferecidos pelas demais atividades agrícolas.

Na medida em que, há anos, a informalidade no setor é inferior a 10%, motivada essencialmente pelos pequenos produtores de cana, pode-se afirmar, de fato, que a cultura atual da cana é algo positivo, tanto pelos resultados econômicos e sociais como pelo poder de fixar o homem no campo, desinchando as grandes cidades.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do setor alcooleiro no Brasil, embora com alguns desacertos, certamente é exitoso, afinal, não estaríamos discutindo a possibilidade de nos tornarmos o maior fornecedor mundial do produto se não o fosse.

O crescimento da produção foi bastante significativo, passando de 2,4 milhões de litros, na safra 78/79, para os atuais 17,5 bilhões de litros.

O desenvolvimento tecnológico do setor é expressivo, na medida em que, hoje, possuímos a melhor tecnologia agrícola e industrial do mundo, com conseqüente melhoria nos índices de produtividade e redução dos custos de produção.

Também coube à engenharia genuinamente brasileira a enorme...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ... façanha de produzir o motor a álcool na década de 70 e, hoje, evoluir para a criativa solução de motor flex.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de toda a excitação em torno dos biocombustíveis e motivos de sobra para grandes e boas expectativas, já existem desafios importantes para o futuro próximo do setor.

Precisa-se com urgência transformar perspectivas em realidade. Afinal, existem muitas negociações em curso, especialmente na área do etanol, com possibilidade de acordos de cooperação e comércio com alguns países. Contudo, até o momento, o fato concreto é que nenhuma delas foi efetivamente concluída.

Aliás, merece destaque a frustração da missão Bush, pois sequer sinalizou uma possível retirada, mesmo gradual, da taxa do álcool brasileiro, não desobstruindo, portanto, o comércio Brasil/EUA.

As tratativas com o Japão seguem em compasso de espera. Na verdade, a decisão da União Européia em reduzir em 20%, até 2020, as emissões de CO₂, apesar de um primeiro movimento, é o sinal mais concreto para a produção brasileira de biocombustíveis. Como vemos, o etanol e o biodiesel são gratas realidades, e sua importância ultrapassa as nossas fronteiras e atinge as principais economias do mundo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes e acima de tudo, este Senado deve pensar no Brasil. Para isso, precisamos estabelecer políticas públicas que permitam que esta riqueza insuperável chegue aos brasileiros de forma mais justa e sustentável possível. Precisamos de ações efetivas que promovam o aprimoramento da tecnologia agrícola e industrial, estruturando uma rede de pesquisas que nos mantenha na liderança da produção mundial de biocombustíveis.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Que conduzam a investimentos que dotem o campo brasileiro da infra-estrutura necessária à estocagem e escoamento rápido, barato e seguro da produção nacional.

Necessitamos de uma política ambiental ágil e eficiente, de uma política mercadológica ágil e agressiva, de uma política trabalhista parceira e adequada às novas tecnologias. Por fim, precisamos implantar imediatamente uma estrutura de equalização de custos inter-regionais que permitam que todos os Estados do País, independentemente das suas maiores potencialidades agrícolas ou locais, tenham oportunidade de acesso a esta riqueza renovável que se nos apresenta, evitando, assim, o aumento do abismo social que divide o Brasil.

Sr. Presidente, para completar, uma reflexão sobre o que é entendido como uma das maiores críticas ao setor, que é a ocupação grande de área, eu diria que, em 2010, o setor utilizará oito milhões de hectares do solo brasileiro. Para se ter idéia do absoluto equívoco que existe com relação a essa preocupação, convém lembrar que a pecuária nacional utiliza 200 milhões de hectares, e a produção de grãos nacional deve situar-se, na próxima safra, em torno de 45 milhões. Estou falando de oito milhões, com a expansão prevista até 2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador do Paraná Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere lido o pronunciamento que eu faria hoje da tribuna, que diz respeito a um assunto da maior gravidade. A saúde do povo deveria ser a suprema lei. No entanto, nem sempre é desta forma considerada. É preciso, urgentemente, revisão, Senador Mão Santa, da Portaria do Ministério da Saúde, que relaciona as doenças crônicas. Um drama vem sendo enfrentado pelas famílias que abrigam portadores de doenças crônicas, eventualmente não constantes da lista do Ministério da Saúde. Somente ação judicial permite a esses doentes receber o medicamento necessário, e não podemos ficar dependendo de ações judiciais para tratar principalmente as pessoas carentes, desprovidas de recursos. A política de assistência farmacêutica precisa ser repensada no Brasil.

Aproveitamos para fazer um apelo, Sr. Presidente, ao Supremo Tribunal Federal, que julgará – espero que brevemente – ação civil pública que obriga o Estado de Alagoas a fornecer medicamentos para pacientes renais crônicos em hemodiálise e pacientes transplantados.

A ação foi enviada pelo Superior Tribunal de Justiça ao Supremo Tribunal Federal. Concedeu-se liminar e aguarda-se o julgamento de mérito.

Pedimos reflexão aos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal. Que atuem neste caso, sobretudo, na defesa da saúde de uma população desprovida de recursos, já que são muitos os brasileiros portadores de doenças crônicas. Trouxemos até fotos para mostrar o que ocorria. A situação era esta, Senador Mão Santa, conforme a foto, e tornou-se esta, depois que a Justiça permitiu o fornecimento do medicamento. Repito: a situação era esta e, depois que a Justiça permitiu o fornecimento do medicamento – e somente por meio de

uma ação judicial isso é possível –, a situação passou a ser esta, que resultou na recuperação do paciente.

É por esta razão que, aproveitando-me da generosidade do Presidente nessa questão de ordem, estou encaminhando, por escrito, a reivindicação que formulo da tribuna, rapidamente, no sentido de que, em primeiro lugar, o Poder Executivo, o Ministério da Saúde reveja essa Portaria e que, em segundo lugar, o Supremo Tribunal Federal julgue o mérito desta questão de forma a entender que é preciso sensibilidade humana diante de um fato como este, que exige, acima de tudo, isto: sensibilidade humana. Encaminho o requerimento a V. Ex^a, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – “A Lista de Schindler” – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores:

Art.196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” Constituição Federal.

No contexto da visita do Presidente da Associação Brasileira de Assistência aos portadores de Fibrose Cística – Sérgio Sampaio.

A portaria do Ministério da Saúde que relaciona as doenças crônicas, bem como os respectivos medicamentos de uso prolongado – de alto valor unitário e tratamento de custo elevado – precisa ser revista com urgência e submetida ao debate da sociedade.

O drama enfrentado pelas famílias que abrigam portadores de doenças crônicas e não podem custear o tratamento dos seus entes queridos – além de nos comover envolve uma questão de saúde pública da maior gravidade. A política de assistência farmacêutica precisa ser repensada.

As sucessivas portarias do Ministério da Saúde possuem lacunas e não tutelam todas as doenças graves. Muitas vezes, mesmo prevendo determinada doença rara – os medicamentos disponibilizados no âmbito do Sistema único de Saúde para tratamento não atendem todas as manifestações da doença. Cito o exemplo da fibrose cística cujas manifestações respiratórias e digestivas exigem inúmeros medicamentos para manter o paciente vivo.

A inclusão na lista dos medicamentos excepcionais do Ministério da Saúde, finda se transformando numa espécie de “Lista de Schindler” (todos devem se recordar do filme de Steven Spielberg retratando empresário alemão que usou sua fortuna durante a

2ª guerra para salvar judeus, a partir da elaboração de uma lista)

A doença e, por conseguinte o medicamento que ficar de fora da lista do Ministério da Saúde – priva o portador de doença crônica sem condições de custear o tratamento – do direito à vida.

O único caminho para obter o medicamento tem sido recorrer ao Judiciário.

O gestor Público alega que muitas vezes é obrigado a cumprir ações judiciais para distribuição de remédios não padronizados e de eficácia e necessidade duvidosas. É possível que existam distorções.

Em que pesem decisões eventualmente questionáveis – não podemos confundir nem imputar àqueles portadores de doenças crônicas a responsabilidade por essas ações judiciais.

Atualmente está em vigor a Portaria 2.577 de outubro de 2006.

Uma ação cível pública obrigando o Estado de Alagoas a fornecer medicamentos para pacientes renais crônicos – em hemodiálise e pacientes transplantados – foi enviada pelo Superior Tribunal de Justiça –STJ – ao Supremo Tribunal Federal-STF.

A recente liminar do STF que deferiu, em parte, pedido do Estado de Alagoas na Suspensão de Tutela Antecipada (STA) –, para suspender decisão concedida em ação civil pública – sem dúvida enseja momento de ampla reflexão e debate.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Está deferida a transcrição e será encaminhada ao Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar à Casa que dei entrada no projeto a que fiz referência em pronunciamento do dia 6 último, quando aludi à proposta, uma PEC, de criação do Fundo Emergencial de Segurança Pública para os Estados de fronteira.

O principal objetivo desse fundo, Sr. Presidente, é garantir aos governadores dos Estados brasileiros que fazem fronteira com outros países da América do Sul recursos extraordinários para que possam cooperar com o Poder Executivo federal nas ações de vigilância, policiamento e segurança da fronteira.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a maior urgência na tramitação dessa matéria, que diz respeito à segurança pública e ao combate à violência.

Quero destacar também matéria do jornal *Tribuna da Imprensa*, que traz o ex-Senador, Governador

dor Sérgio Cabral, dizendo o seguinte: “A fronteira é rota de traficantes”. Com essa colocação, S. Ex^a vem contribuir com o projeto que estamos apresentando a esta Casa.

Faço um apelo às Senadoras e aos Senadores no sentido de que nos ajudem a provar esse projeto. De repente, na oportunidade da aprovação do projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo qual já se cria um fundo, poderíamos fazer com que o nosso projeto, por meio de emendas, fosse aprovado. Mas, se isso não for possível, demos entrada, hoje, à nossa PEC, ao nosso projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Lamento informar que hoje é o último dia em que contamos com a presença deste extraordinário Senador que é o Alvaro Dias. Aliás, outro dia houve uma enquete, e ele tirou, com justiça, o primeiro lugar.

É que S. Ex^a vai sofrer uma intervenção cirúrgica. No entanto, a missão mais difícil fica para o seu Suplente. Substituí-lo nesse momento difícil, em que precisaremos da coragem e da firmeza deste líder democrático, que, em seu último pronunciamento, brada e clama pela melhoria de saúde do povo brasileiro. Não será tarefa fácil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para agradecer as palavras do Senador Mão Santa.

Na verdade, trata-se de licença médica muito rápida. Farei uma cirurgia de reconstituição de ligamento no joelho, consequência dos tempos em que jogava futebol, Senador Mão Santa. Brevemente estarei de volta e, certamente, com toda a disposição para continuar o trabalho ao lado dos companheiros.

Agradeço a manifestação do Senador Mão Santa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Concedemos a palavra ao representante de Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio Amaral, por cinco minutos, pela Liderança do PT.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente gostaria de dizer da importância de, no Dia Internacional da Água, ocupar a tribuna para tratar de questões relativas ao meio ambiente. Não posso deixar de destacar, entre as ações voltadas ao tema meio ambiente, aquilo que conseguimos na região do Pantanal, onde a água é a principal fonte de vida: a criação de uma plataforma de diálogo, unindo ONGs e a iniciativa privada em torno

da discussão de projetos de desenvolvimento sustentável para aquela região.

Quero, nesta oportunidade, saudar também os 20 anos da Polícia Florestal do meu Estado, cujo aniversário comemora-se, coincidentemente hoje, no Dia Internacional da Água. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, saúdo, mais uma vez, a iniciativa das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que, além de haver criado, em 2005, a Comissão do Meio Ambiente, criam, agora, a Comissão especial das Mudanças Climáticas, mostrando claramente a preocupação do Senado Federal, do Congresso Nacional com questões de caráter ambiental.

Sr. Presidente, meu caro Senador Neuto de Conto, eu não poderia deixar de registrar os desafios que temos pela frente. E, por falar em água, tivemos a felicidade de aprovar, no final do ano passado, o modelo regulatório do setor de saneamento. Quero, a propósito, registrar o trabalho que o Senador César Borges desenvolveu em relação à questão saneamento, pois precisávamos de um marco regulatório para o setor. E, agora, viabilizando-se recursos adicionais, por intermédio da Caixa Econômica Federal, propiciam-se os meios para que Municípios e Estados tenham condições de buscar esses capitais, criando o ambiente necessário para o endividamento maior, face às determinações emanadas do Programa de Aceleração do Crescimento. Não há dúvida alguma de que a questão da água toma um rumo não só previdente mas fundamental para o nosso futuro.

Quem tiver água neste milênio terá futuro. A reserva de água potável do Planeta é de cerca de 0,07% de tudo aquilo que é disponível. E o Brasil, destes 0,07%, Sr. Presidente, detém 32%; portanto, um valor considerável.

Faço este pronunciamento, Sr. Presidente, até porque tive a oportunidade de assistir, recentemente, a documentário de autoria do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, chamado *Uma verdade inconveniente*, onde se mostrando como caminhamos, no que se refere ao meio ambiente, rumo a perigosas mudanças climáticas.

Sr. Presidente, também não podemos deixar de registrar os desafios que enfrentamos com a contaminação dos alimentos. Uma maçã, hoje, pode conter 26 tipos de resíduos de agrotóxicos – é apenas uma pequena informação. Quanto às invasões biológicas, estamos correndo o risco de ver em extinção 12% de espécies de aves, 23% de mamíferos e 32% de anfíbios. São 16 mil espécies em perigo de extinção, sem falar naquelas espécies que migram. Quero, aqui, citar o exemplo – e já vemos nos rios da região do Pantanal, no rio Paraguai e mesmo no rio Paraná, na divisa com São Paulo – dos mexilhões, que migram grudados

nos lastros dos navios. Essa migração cria uma série de desequilíbrios ambientais nos rios acima citados e um grande prejuízo, especialmente, para as atividades econômicas.

A prevenção à falta de água, Sr. Presidente, talvez o nosso grande desafio, caminha junto a outros desafios – aqui falamos em saneamento –, como o da produção e destinação do lixo. Hoje, apenas nos Estados Unidos da América do Norte, segundo dados relativos ao ano de 2003, são geradas 236 milhões de toneladas de lixo, que têm de ser tratado. Temos de utilizar o gás metano para geração de energia.

Lembro ainda a questão do efeito estufa, produzido em função das queimadas na Amazônia, como foi dito aqui anteriormente, e também por causa dos processos industriais que liberam gases, principalmente o CO₂, que, como sabemos, se liberado em profusão aumenta o efeito estufa e, via de consequência, o aumento do aquecimento global. E isto provoca, entre outras coisas, o degelo das calotas polares. Ainda mais: a temperatura do Planeta, que está variando entre 2 a 5 Graus Celsius a mais, além do aumento do nível dos oceanos, provoca também a consequente migração de espécies animais e vegetais para outras regiões da Terra. É importante registrar que esse aquecimento está levando, inclusive, a malária para altitudes de cerca de 7 mil pés, como é o caso que se verifica na Colômbia. Portanto, algo que jamais existiu, exatamente em função do aumento da temperatura, passou a ocorrer.

Evidentemente, Sr. Presidente, temos grandes desafios pela frente: buscar justiça social, gerar emprego, fazer com que o País cresça e se desenvolva de forma sustentável, mas olhando, principalmente, para a questão do meio ambiente, fundamental para o progresso, o desenvolvimento e a justiça social do nosso País.

E isso é importante porque precisamos investir em muitas obras. Temos a BR-163, o gasoduto Coari-Manaus, o gasoduto Urucu-Porto Velho. Portanto, é essencial que venhamos a regulamentar claramente as atribuições com relação ao licenciamento ambiental, definindo muito bem aquilo que cabe aos Municípios, aos Estados e ao Governo Federal. É em função dessas zonas cinzentas, sombreadas que, efetivamente, o licenciamento ambiental demora e, consequentemente, prejudica o andamento dessas obras.

Fundamental registrar também, Sr. Presidente, a questão do Ibama, que precisa, Senador Sibá Machado, ser bem estruturado para, mais do que nunca, fazer frente aos grandes desafios que se apresentam.

Não tenho dúvida alguma de que, em função do que vamos discutir no debate do Programa de Acele-

ração do Crescimento com relação às atribuições dos Municípios, Estados e da própria União nas questões relativas aos licenciamentos – licença de instalação, licença de operação –, teremos, efetivamente, as condições necessárias para dar celeridade, mantendo o rigor do Ibama na expedição dos licenciamentos ambientais.

Sr. Presidente, o desafio é grande. Temos de olhar também para determinadas regiões, como o meu Pantanal, que, pela sua biodiversidade, precisa, mais do que nunca, ser conservado. Não posso, portanto, deixar de registrar aqui os mecanismos de desenvolvimento limpo, oriundos do Protocolo de Kyoto, que, mais do que nunca, em função do seqüestro de carbono, cria as condições para viabilizar, por meio de títulos negociados em bolsa, recursos para garantir o desenvolvimento dessas regiões e o bem-estar das pessoas que lá vivem.

Fiz esse alerta por meio de um pronunciamento em 2005, e hoje volto a registrar a importância dessa questão com relação ao futuro, principalmente...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– (...) de regiões com grande biodiversidade, como a Amazônia e o Pantanal.

Sr. Presidente, 85% da população se concentra em áreas urbanas. Temos que discutir experiências, como fez a China e a Austrália, nos Jogos Olímpicos, criando cidades ecologicamente corretas, aproveitando a energia solar, utilizando veículos movidos a eletricidade. Temos um grande desafio no Brasil, em que 13 milhões de famílias vivem em habitações irregulares, e esse é um outro grande desafio para o País.

Temos o compromisso não apenas de trabalhar em questões fundamentais que garantam o nosso desenvolvimento, mas, acima de tudo, de procurar reduzir hábitos desnecessários...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– (...) de consumo, optar por materiais recicláveis, reduzir o consumo de energia e de combustível. É muito importante a racionalização no consumo de combustíveis. Mais do que nunca precisamos agir conscientes de que o amanhã depende do hoje, de atitudes não apenas do Governo, mas de cada um de nós. No mundo atual, o desenvolvimento sustentável que promova o aniquilamento do atraso e da miséria e que, ao mesmo tempo, respeite e preserve o meio ambiente não é um caminho alternativo, mas o único caminho possível, se quisermos continuar existindo como espécie humana.

Aproveito o tempo que me resta para cumprimentar o Senador Joaquim Roriz. Preciso me ausentar, mas cumprimento V. Ex^a pela oportunidade de contar com a experiência política do grande homem público que é, e, mais do que nunca, colocar-me absolutamente à disposição de V. Ex^a, em nome da Bancada de Mato Grosso do Sul, dentro do trabalho que realizaremos ao longo dos próximos anos aqui no Senado Federal.

Parabéns, Senador Joaquim Roriz!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Concedo a palavra, por cessão do Senador Marconi Perillo, para fazer seu pronunciamento inaugural, ao Senador por Brasília Joaquim Roriz.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há exatamente 52 dias, passei como se fosse em um vestibular, tendo sido aprovado em uma universidade. Por todos esses dias – há quase dois meses –, ouvi, com muita atenção, as palavras de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores e, a cada dia, tenho surpresa maior, porque percebo claramente que, nesta universidade que se chama Senado da República, existem homens e mulheres altamente experientes, altamente qualificados, e, por isso, a cada dia, aprende-se nesta Casa.

Quis falar há alguns dias, mas os debates de outros Senadores, que muito chamaram a atenção da população e de toda a mídia, impediram-me de falar. Mas, hoje, chegou meu dia, como se eu viesse aqui prestar contas, principalmente, ao povo de Brasília. Isso é importante. Sinto-me importante, já que governei esta cidade por alguns mandatos.

Portanto, inicio meu pronunciamento neste instante, cumprimentando todos. Inicialmente, cumprimento o Sr. Presidente e, em seguida, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, agradecendo-lhes a gentileza e a fidelidade com que me têm tratado nesses 52 dias.

Devo falar bastante sobre Brasília e o faço, porque Brasília não é a capital de um Estado e, sim, a Capital do Brasil, a Capital de todos os brasileiros.

Todos os Senadores e Deputados têm duas residências: uma aqui, onde muitos de seus filhos estudam, trabalham e se divertem; a outra, em seu Estado de origem. Todos usufruímos da excelente qualidade de vida de Brasília.

Falarei também de tudo o que realizamos dentro do possível, que beneficiou Brasília, o povo de Brasília e, naturalmente, os membros do Poder Legislativo.

Governei o Distrito Federal por quatro vezes. E, agora, eleito Senador, representar uma unidade da Federação é uma honra, um prazer enorme. Agradeço a Deus por estar aqui. Agradeço ao povo do Distrito Fe-

deral o carinho que tem por mim e às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores a acolhida nesta Casa.

Não poderia deixar de agradecer ao meu Partido, o PMDB de Tancredo Neves, de Ulysses Guimarães e de muitos outros. Sou grato aos companheiros do PMDB por terem me indicado para ser o Presidente Comissão de Agricultura e Reforma Agrária quando inicio meu mandato, sendo um neófito como Congressista.

Quando fui indicado para ser Governador do Distrito Federal pelo então Presidente José Sarney, hoje colega de Senado, eu tinha passado por inúmeras atividades políticas: foram quatro anos como Vereador, quatro anos como Deputado estadual, quatro anos como Deputado Federal, dois anos como Vice-Governador de Goiás e dois anos como Prefeito de Goiânia.

Gostaria de falar só das realizações e de como amo esta cidade, mas não posso deixar de ventilar um assunto que li em revista de circulação nacional nos últimos dias, matéria ofensiva a vários Parlamentares, na qual estou incluído, com afirmação caluniosa. Fiquei triste, muito triste, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando li essa matéria inverídica, de cunho eminentemente político.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade é que, depois de 14 anos de governo, com 28 anos de vida pública, até hoje, não tenho nenhuma condenação. Passei por incontáveis processos e, graças a Deus, fui absolvido de todos. São processos de teor claramente político, o que reputo normal na vida pública. Muitas das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores já passaram, naturalmente, por isso. Temos de compreender isso e de seguir com nosso trabalho em prol do povo.

Também tenho de ressaltar que também tive oportunidade de ler uma notícia boa: “Roriz é destaque na *IstoÉ*”. Em revista de circulação nacional, fui homenageado como um dos brasileiros, no ano de 2005, eleito como melhor administrador do País. Não se vive só de notícia desagradável.

Em relação à responsabilidade fiscal, quando me desincompatibilizei do cargo para disputar a eleição para o Senado Federal, transmiti o Governo, com as contas totalmente em dia, com superávit de caixa e com várias obras em andamento, à Governadora Maria de Lourdes Abadia. Aprovei um plano de carreira para os servidores da saúde e da educação, entre outros, além de ter concedido aumento geral para todas as categorias do Governo.

A Governadora Maria de Lourdes Abadia, com rigor e com competência, sempre preocupada com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entregou também ao Governador eleito as contas rigorosamente em dia, com um saldo de restos a pagar da ordem de R\$370 milhões e com uma receita prevista para janeiro de aproximadamente R\$400 milhões. Esses fatos são

confirmados pelo atual Secretário da Fazenda do Distrito Federal, Sr. Tacca Júnior, em pronunciamento na última terça-feira, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. São palavras do Secretário da Fazenda: “A Governadora Maria de Lourdes Abadia cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal porque deixou recursos em caixa”. Sei que o Governador Arruda, com a competência que tem, administrará corretamente as verbas e as contas do Distrito Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, foi no momento em que o Presidente José Sarney me indicou para ser Governador do Distrito Federal que vislumbrei a possibilidade real e a grande oportunidade de zelar pelas pessoas mais necessitadas, que são as que mais precisam do Governo.

Queria agradecer pessoalmente ao nobre Senador e Presidente José Sarney a oportunidade de poder ajudar o povo do Distrito Federal. Encontrei uma cidade com uma população de 1,2 milhão de pessoas, com mais de 200 mil famílias vivendo abaixo da linha de pobreza. Senti, então, a necessidade inadiável de implementar inúmeros projetos sociais para os que passavam fome, para os desempregados e para as crianças desnutridas.

Para minimizar o sofrimento das pessoas mais humildes, criamos diversos programas sociais, que chegam hoje a 72 projetos, com um investimento de cerca de R\$350 milhões. Criamos uma das maiores redes de inclusão social do Brasil, como o Renda Minha, para os pais manterem os filhos na escola, programa que atende a 104.367 crianças, beneficiando 62.944 famílias. Construímos sete restaurantes comunitários. São mais de 15 mil refeições por dia, 360 mil refeições por mês, cobrando-se apenas R\$1,00 por refeição. Fornecemos pão e leite, projeto que atende a 67 mil crianças, além de um bem-sucedido programa de distribuição de renda, que é o Cartão-Solidariedade, com o qual beneficiamos com meio salário mínimo 21.722 famílias que ganham, no máximo, meio salário mínimo.

Fico feliz em ver que o Presidente Lula utilizou essas idéias em seu primeiro Governo. Vale registrar ainda que esses projetos geram inúmeros empregos para diversos setores da economia.

Em atenção aos jovens, criamos os projetos Picasso não Pichava, Bolsa-Atleta e Esporte à Meia-Noite, que atendem a mais de dois mil jovens. Também instituímos o Bolsa-Universidade para os jovens carentes, pelo qual o Estado paga 50% do valor da mensalidade escolar.

Em favor dos idosos, criamos prontos-socorros geriátricos e promovemos atividades esportivas adequadas para a terceira idade, orientadas por profissionais especializados. Criamos o SOS Idoso, que

recebe reclamações e queixas de maus-tratos contra pessoas da terceira idade. Cerca de 1,2 mil pessoas já usaram esse serviço.

Nossa trajetória política está inegavelmente ligada aos mais humildes. É a eles que dedico minha vida pública.

Pensei também na preservação de Brasília, o que implicava ser fiel à concepção da cidade proposta por Lúcio Costa e por Oscar Niemeyer. Foi seguindo esse caminho que construímos o Museu da República e a Biblioteca Nacional, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, concluindo, assim, a Esplanada dos Ministérios.

Brasília é e será sempre pólo de atração, sobretudo enquanto não forem melhoradas as condições de vida dos potenciais migrantes em seus locais de origem. A migração para o Distrito Federal mantém-se em ritmo estável. Ora, vivemos em um País livre, e a Constituição garante o direito de ir e vir. Temos de respeitar esse direito inalienável dos brasileiros. Ao mesmo tempo, a necessidade de preservar a cidade em condições próximas às de sua concepção original impõe um cuidado especial com a ocupação do espaço urbano.

Com o intuito de preservar Brasília, a Capital da República, iniciamos o processo de retirada de todas as 64 favelas da cidade, ainda no meu primeiro governo. Imaginem o problema social em Brasília, nos dias de hoje, se tal empreitada não tivesse sido realizada!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Joaquim Roriz, permite-me um aparte?

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Apenas quero lhe dizer da alegria que tenho de voltar a conviver no Parlamento com V. Ex^a. Fomos colegas de Câmara de Deputados, de maneira muito proveitosa. Tenho a certeza de que sua experiência de ser Governador do Distrito Federal por quatro vezes mais sua experiência de vida e sua experiência parlamentar anterior farão de V. Ex^a um Senador extremamente proveitoso para o Distrito Federal e para nosso País. Portanto, apresento-lhe, em nome do PSDB, as boas-vindas que o Partido oferece a um homem público tão ilustre. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Agradeço a V. Ex^a, Líder do PSDB, as palavras carinhosas e estimulantes para o exercício do meu mandato nesta Casa. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Joaquim Roriz, permita-me um aparte?

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Roriz, V. Ex^a significa muito não só para Brasília, mas também para o Brasil. Aliás, Brasília tem uma história fantástica. Moisés viu a Terra Prometida. Está aí Josué. Juscelino, que aqui sonhou, chamou-o, e V. Ex^a foi o Josué dele. Para ser sintético, quero dizer que conheço Washington. Juscelino, V. Ex^a e o Professor Cristovam Buarque – quis Deus que estivesse aqui também, com a educação – construíram esta Brasília, que é melhor do que Washington. Já fui duas vezes a Washington. Todos nós nos orgulhamos de Brasília. Mas, como já falei da Bíblia, devo dizer também que lá Tiago disse: “Fé sem obra já nasce morta”. A fé de V. Ex^a é com obra. V. Ex^a realizou muito. Antoine de Saint-Exupéry diz que “o essencial é invisível aos olhos; quem vê bem vê com o coração”. A obra maior do seu governo é a social, é a da solidariedade, é o amor que V. Ex^a tem. Represento, aqui, trezentos mil piauienses que vieram construir Brasília, sob o comando de Juscelino, sob o comando de V. Ex^a, de Cristovam Buarque. Foram trezentos mil piauienses! E, traduzindo esse sentimento de respeito, de gratidão, quando governei aquele Estado, vim aqui para, numa sessão solene, entregar a comenda maior do Estado a V. Ex^a, na qual também homenageava inúmeros piauienses ilustres que aqui vivem. V. Ex^a, então, recebeu, naquela oportunidade, a Grã-Cruz da Ordem da Renascença, traduzindo todo o nosso respeito. E eu, que falo assim, do meu jeito, Senador Efraim, para explicar o Senador Roriz, lembro-me de um liquidificador: se pegarmos Getúlio Vargas, chamado de “o pai dos pobres”, e Juscelino, “o senhor desenvolvimento”, e os misturarmos, isso vai dar Roriz, hoje nosso extraordinário Senador.

O Sr. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço muito a V. Ex^a as palavras. V. Ex^a é um homem experiente, já governou o Estado do Piauí com muita competência e com brilhantismo e é um Senador desta Casa respeitado por todos nós, por sua experiência, por suas palavras e, sobretudo, pelo desejo que tem de servir aos brasileiros e ao Piauí, em especial. Obrigado por suas palavras.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senador Roriz, permite-me um aparte?

O Sr. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Concedo o aparte ao nosso Senador por Brasília Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Fiquei atentamente, Senador Roriz, ouvindo V. Ex^a falar do seu caminho político, de Vereador a Governador desta cidade e, agora, Senador da República. Vejo o quanto o povo é sábio e como Brasília efetivamente é uma cidade feliz. Sua primeira indicação para o Governo, de

forma indireta, foi feita pelo Presidente José Sarney, hoje também Senador da República, e, depois, V. Ex^a foi, por três vezes, eleito pela população de Brasília. Isso demonstra efetivamente sua relação com o povo, sua boa gestão nos governos anteriores, com programas sociais voltados para o bem-estar da população, como a remoção de favelas e como a criação de cidades – no passado, chamávamos de cidades-satélites, mas, hoje, são cidades. V. Ex^a deu dignidade a essas populações, transferindo-as para as cidades, dando-lhes endereço e, portanto, cidadania. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Esta cidade, realmente, é feliz, porque o teve como Governador por três vezes e o Professor Cristovam, por uma vez. E, hoje, está sob o comando do Governador Arruda, que, certamente, caminhará nessa direção de bons gestores do nosso Distrito Federal. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso desta tarde!

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana, por suas palavras e por suas ponderações que tanto me sensibilizaram.

Quando eu disse que retiramos as favelas, naturalmente, estávamos pensando no futuro. Isso é preservar Brasília! Confesso a todas as Sr^{as} Senadoras e a todos os Srs. Senadores que amo esta cidade. Todo esse processo de retirada de favelas foi realizado sem violência. Eu ia até às invasões, subia em caixotes e em carrocerias de caminhão e falava para as pessoas que ali elas não poderiam ficar, que iríamos promover as remoções. Não derrubei e não mandei derrubar nenhum barraco de pobre. Sou temente a Deus.

Não podíamos simplesmente remover as pessoas. Tínhamos de lhes dar um endereço, um lugar para viver, para criar seus filhos. Daí surgiu o projeto de Samambaia, primeira cidade a ser construída. Além de Samambaia, construímos mais oito cidades – Santa Maria, Recanto das Emas, Paranoá, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Sobradinho II, Vila Roriz, Vila Buritis e São Sebastião –, para onde deslocamos essas famílias, levando, posteriormente, água potável, esgoto, escolas, postos de saúde, segurança pública, hospitais, delegacias de polícia, corpo de bombeiros, quartéis para a Polícia Militar. Para lá, levamos também asfalto e toda a infra-estrutura necessária para lhes assegurar melhor qualidade de vida.

Promovemos, assim, uma das maiores reformas urbanas do Brasil. Ao dizer isso, quero pedir desculpas aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras por trazer essas informações, como se eu estivesse fazendo uma promoção pessoal. Não é nada disso. Quero apenas fazer uma prestação de contas; esse é meu desejo ao falar sobre tudo isso.

Pela cidade de Samambaia, reconhecida e premiada pela Unesco, recebemos também o prêmio Metropolis 2005 – o projeto foi premiado no 8º Congresso Mundial da Rede Metropolis, na Alemanha, como exemplo de modelo habitacional para as classes mais humildes. Recebi o Prêmio Global Dubai pelo programa de assentamento para a população de baixa renda.

Todos sabem que minha opção é governar para os pobres. Entretanto, como Governador – governa-se para toda a sociedade –, não esqueci a classe média. Criamos e urbanizamos a cidade de Águas Claras. Recebi uma premiação, no Rio de Janeiro, por ser essa a cidade com mais obras realizadas no Brasil, o maior canteiro de obras do Brasil, com um dos melhores projetos urbanísticos, segundo pesquisa da revista *Negócio e Mercado*. São milhares de apartamentos avaliados acima de R\$100 mil.

Também não me esqueci da classe média alta. Criamos e urbanizamos o Setor Sudoeste, onde os apartamentos são avaliados entre R\$300 mil a R\$1 milhão. Deixei lançado o Setor Noroeste para as classes de maior poder aquisitivo.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília, que cidade linda! É a cidade eleita pela ONU como a de melhor qualidade de vida do País, a melhor cidade para se viver e a de maior renda *per capita* do Brasil. Sinto-me emocionado em falar de Brasília e do Distrito Federal. Temos a menor taxa de mortalidade infantil, que é 13,2 mortes para cada um mil nascimentos, sendo que a média do Brasil é de 25,8. A expectativa de vida no Distrito Federal chega a 74 anos, primeiro lugar do Brasil.

Desde 1991, o Distrito Federal é líder em qualidade de vida entre as 27 unidades da Federação. Segundo o índice de desenvolvimento medido pela ONU, em uma escala de 0 a 1, temos um índice de 0,849, o maior do Brasil. Brasília, portanto, é uma cidade maravilhosa. Tenho muito orgulho de ter governado o Distrito Federal.

Sabemos que o IDH é composto de três variáveis: renda, longevidade e educação. O índice máximo de 1 não foi atingido até agora por nenhum país do mundo; os que mais se aproximam são a Noruega e a Suécia.

Não esquecemos a educação, área debatida com tanta competência e com tanta dedicação pelo também ex-Governador Cristovam Buarque, para quem a educação é fundamental. Respeito o ponto de vista de S. Ex^a e tenho certeza de que será um vencedor, porque luta diariamente pelo sucesso da educação. E, com isso, está melhorando Brasília e o Brasil como um todo.

Investimos pesado em educação no Distrito Federal: 98,7% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola quando deixei o Governo.

Investimos em saneamento básico, levando o Distrito Federal a dispor de 100% de abastecimento de água, e 100% do esgoto coletado são tratados. A média do Brasil é de 10%. A coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica atinge 98% das residências.

Despoluímos o lago Paranoá, um dos cartões postais da Capital da República, que serve de lazer para o brasileiro e para todos os brasileiros, com plena confiabilidade no tocante à qualidade da água.

Hoje, coincidentemente, comemora-se o Dia Mundial da Água. A Caesb, nossa empresa de saneamento, premiadíssima por sua situação, é a responsável pela qualidade de nossa água, protegendo os mananciais com normas rígidas. Para preservar sempre a qualidade de nossa água, despoluímos o lago Paranoá e investimentos no tratamento de 100% do esgoto coletado.

Devo ressaltar a preocupação que tivemos com a preservação do meio ambiente como condição de sobrevivência para a humanidade.

Assim, criei aqui no Distrito Federal a primeira Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Brasil, à época, aprovada por esta Casa, que era nossa Assembléia Legislativa provisória. Determinei a criação de quantos parques fossem necessários para a preservação da nossa fauna e flora, chegando a mais de 60 parques.

A saúde sempre foi uma prioridade em meus governos.

Construímos o hospital do Paranoá. Iniciamos o hospital de Santa Maria. Reformamos os pronto-socorros dos hospitais do Gama, Ceilândia e Planaltina. Reformamos grande parte do Hospital de Base e do hospital da Asa Norte. Construímos inúmeros postos de saúde e, por fim, criamos a Faculdade de Medicina do Distrito Federal. Sabemos que é necessário fazer muito mais!

Caros colegas do Senado, as senhoras e os senhores sabem que o SUS paga, anualmente, uma consulta por habitante. Temos mais de dois milhões de habitantes e, portanto, recebemos do SUS o equivalente a 2 milhões de consultas por ano. Saibam V. Ex^{as} que nós, aqui, no Distrito Federal, atendemos mais de 7 milhões de consultas a cada ano. Vejam bem: recebemos 2 milhões de consultas/ano e atendemos 7 milhões de pacientes!

Como podemos suportar tanta pressão? E, ainda, durante o meu Governo, fui obrigado a atender diversas liminares que obrigavam o Governo a comprar remédios de alto custo, não disponíveis no SUS. Atendemos porque a determinação da Justiça é para

ser cumprida. E, mesmo assim, o Distrito Federal é considerado como a unidade federativa que dispõe do melhor sistema de saúde do País. Atingiremos o grau de excelência quando mais verbas forem carregadas para a saúde, amparando melhor o povo brasileiro, cumprindo, assim, o papel de governar para os mais humildes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, dizem que sou visionário. De fato. O governante tem de pensar no futuro. Por isso, no meu segundo Governo, com a ajuda do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, iniciei o metrô. Pergunto, Sr. Presidente, qual é a grande cidade do mundo hoje que pode dar-se ao luxo de viver sem um metrô?

O Presidente Collor, sempre preocupado com a educação, inspirado no projeto dos Cieps, do eminente educador e primeiro reitor da UnB, professor Darcy Ribeiro, projeto esse implantado no Rio de Janeiro pelo saudoso Governador Leonel Brizola, idealizou os Caics, educação integral para as nossas crianças de baixa renda, sendo que o primeiro Caic foi implantado no Distrito Federal na cidade do Paranoá. Agradeço, portanto, ao Senador Fernando Collor, que, quando Presidente da República, sempre apoiou o povo do Distrito Federal. Tenho certeza de que vai continuar apoiando agora no Senado, como Senador, as causas de interesse da nossa população.

A nossa luta foi vitoriosa para a consumação do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Faço um agradecimento ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados por terem apoiado a criação desse Fundo Constitucional. É muito gratificante fazer parte desta Casa e poder agradecer o apoio sempre dado a Brasília.

De igual modo, agradeço o apreço e o apoio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu à Capital, apoiando o Fundo Constitucional e os projetos para esta unidade da federação. Peço ao líder e amigo do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que transmita um caloroso abraço ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com o objetivo de imprimir transparência às ações governamentais e incentivar a sociedade a participar da formulação das políticas públicas, instalamos a Ouvidoria e a Corregedoria Geral do Distrito Federal.

Também sou sonhador, como creio que sejam todas as Senhoras e os Senhores, e, se Deus quiser, ainda verei o trem de média ou alta velocidade sair de Brasília para Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro, via triângulo Mineiro e muitas outras cidades de meu País.

Diziam que construir Corumbá IV era um projeto megalomaniaco. Agora todos percebem a importância de Corumbá IV: a garantia de água potável para

uma população de trinta milhões de habitantes por um período de cem anos. Corumbá IV gera cerca de 127 megawatts de energia e abastece de 15 a 20% do consumo do Distrito Federal, abastecendo também algumas comunidades de Goiás.

Não poderia deixar de citar a Hidrelétrica de Lajeado, Tocantins. Construída por um consórcio de empresas, com a participação da CEB – Companhia Energética de Brasília, ambas contribuem com o País no processo de geração de energia elétrica.

Por falar em Goiás, aproveito a oportunidade para agradecer ao Senador e amigo Marconi Perillo, jovem, inteligente, governante aplaudido pelo povo de Goiás. Agradeço pela bela parceria que empreendemos quando ele era Governador de Goiás e eu do Distrito Federal. Obrigado, Senador Marconi Perillo.

Com Corumbá IV, quem ganha também é a indústria do turismo da região, com o bonito lago que se formou com a construção da barragem, proporcionando mais empregos para a população.

Por falar em turismo, reformamos, ou melhor, reconstruímos o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que é hoje um dos maiores centros de convenções do País, com capacidade para mais de nove mil pessoas.

Construímos também, na Capital da República, a ponte JK, que foi agraciada em 2003, no XX Congresso Internacional de Pontes, patrocinado pela Associação dos Engenheiros da Pensilvânia, Estados Unidos, em associação com a revista *Estradas & Pontes*. O projeto foi vencedor também do prêmio Abcom 2003 (Associação Brasileira de Construção Metálica) – Melhores Obras com Aço do Ano, na categoria pontes e viadutos.

A ponte JK foi eleita a ponte mais barata, com melhor tecnologia e a mais bela do planeta. Recebi a medalha em um auditório com mais de 1.500 engenheiros, construtores de pontes de todo o mundo. Fiquei emocionado, pois, quando o filme sobre a ponte terminou, fui aplaudido de pé, por vários minutos. Todavia, a ponte não é só beleza. Seu mérito principal reside em tornar mais fácil o deslocamento das pessoas, possibilitando, direta ou indiretamente, a melhoria do trânsito para cerca de 150 mil famílias, em um total de mais de 500 mil pessoas.

Construímos trinta viadutos, ou seja, complexos viários para desafogar o trânsito nas horas de pico, melhorando assim a qualidade de vida do brasileiro. Fizemos as novas pistas da L4 Norte, conhecida como Avenida das Nações, ligando a Universidade de Brasília ao Congresso Nacional.

Asfaltamos todo o Distrito Federal e recuperamos a malha viária danificada. Não tem cabimento

o cidadão pagar IPVA e IPTU e andar em estradas esburacadas.

Outra opção que fiz foi pela economia local. Para prestigiar os pequenos e médios empresários e dar condições para que os empresários viessem para Brasília, criamos o Programa de Desenvolvimento Econômico Pró-DF para a instalação de empresas, objetivando a geração de empregos e renda para o povo do Distrito Federal. Mais de 4.200 empresas se beneficiaram do projeto, gerando cerca de 61 mil novos empregos no Distrito Federal. Certamente, não se pode administrar sem que se tenha um olho nos mais pobres, mas torna-se inviável governar sem que se olhe também para os empresários, pois são eles que geram, com suas atividades, os empregos de que nossa população necessita.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Sr. Senador Joaquim Roriz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive o prazer e o privilégio de conviver com V. Ex^a por quase oito anos na condição de Governador de Goiás à época em que V. Ex^a governava o Distrito Federal. Já não tinha dúvidas a respeito da importância do papel de V. Ex^a enquanto líder incontestado no Distrito Federal, afinal de contas V. Ex^a sempre foi um visionário em relação ao trabalho do governo na área de infraestrutura, mas V. Ex^a também marcou, indelevelmente, sua passagem pela história de Brasília por quatro vezes, durante os quatro mandatos como Governador do Distrito Federal. Além da marca histórica de ocupar por quatro vezes a função de Governador do Distrito Federal – na primeira vez, V. Ex^a foi nomeado pelo então Presidente José Sarney à época em que era, para nossa honra, Vice-Governador do nosso Estado, depois de ter sido Deputado Estadual, Deputado Federal e Vereador por Luziânia –, certamente V. Ex^a marcou seus quatro mandatos pelo trabalho excepcional realizado em favor de Brasília e da região do entorno de Brasília. Ninguém vai se esquecer, Governador Roriz, do trabalho de V. Ex^a pela melhoria do transporte e do trânsito de Brasília. V. Ex^a teve uma visão estratégica ao construir trinta viadutos, ao melhorar as vias principais da cidade, ao construir a terceira ponte, a Ponte JK, modelo de construção e de engenharia no mundo, e ao construir o metrô de Brasília.

V. Ex^a se destacou por sua visão voltada para o social, com a viabilização e criação de inúmeros projetos de inclusão social, tendo como base os restaurantes para os cidadãos, programas de inclusão na área de educação, na área social e na área de moradia.

Sua atuação também é marcada por projetos ousados, arrojados, como a construção da Usina de Corumbá IV, em parceria com o Governo de Goiás. V. Ex^a efetivamente marcou suas passagens pelo Governo de Brasília ao reconstruir e ampliar o Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Portanto, V. Ex^a é um líder, um administrador, um gestor público que esteve, durante suas passagens pelo Governo de Brasília, sintonizado com todas as aspirações, com todos os desejos, com todas as principais reivindicações e prioridades do povo de Brasília.

Manifesto aqui, como seu conterrâneo, em nome dos goianos, nosso apreço, nossa estima, nossa consideração, nosso respeito pelo trabalho desenvolvido por V. Ex^a em Brasília, para orgulho nosso. Desejo a V. Ex^a, aqui, no Senado da República, nesta Casa de Rui Barbosa, pleno êxito daqui para a frente. E não tenho dúvida disso, na medida em que V. Ex^a preside uma importante Comissão, a Comissão de Agricultura. Muito obrigado pela citação do meu nome em seu discurso. Parabênizo V. Ex^a pela estréia aqui nesta tribuna. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo, pois reconheço que as suas palavras são sinceras. Conheço-o de há muito, desde quando jovem presidente da ala moça do PSDB de Goiás. Reconheço que V. Ex^a fala com sentimento verdadeiro com relação à nossa amizade e ao nosso relacionamento. E sei perfeitamente o que V. Ex^a representa para Goiás, o seu belíssimo trabalho, a sua liderança consolidada. Isso me traz uma satisfação interior muito grande. Portanto, quero parabenizá-lo pela sua atuação tanto lá em Goiás como aqui, no Congresso Nacional, mas, sobretudo, agradecer-lo pelas palavras carinhosas e elogiosas. Muito obrigado, Senador goiano Marconi Perillo.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a aparteá-lo?

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Ouço o aparte do meu ilustre Senador amigo e ex-Presidente da República, por quem tive a honra de ser nomeado no meu primeiro mandato como Governador, Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Joaquim Roriz, as minhas palavras têm a suspeição de uma grande estima que tenho por V. Ex^a, estima de longos anos. Manifesto a satisfação de tê-lo aqui, na nossa Casa do Senado, onde privamos todos da sua convivência, um dos melhores homens públicos deste País. Tive a honra – eu digo a honra pessoal – de escolher V. Ex^a para Governador do então Distrito Federal; e o fiz pelos méritos de V. Ex^a, que conhece bem esse fato. Quando o chamei, V. Ex^a foi tomado de uma gran-

de surpresa. Ninguém, pessoa nenhuma, tinha falado comigo a respeito do nome de V. Ex^a. Mas, nos encontros que tinha tido com o então Prefeito de Goiânia e o Vice-Governador do Estado de Goiás, sedimentara-se em mim a certeza de que ali estava um excelente administrador. Todas as vezes que tivemos a oportunidade de recebê-lo na Presidência da República, V. Ex^a sempre trazia os pleitos de uma maneira concreta, de uma maneira exata, de uma maneira correta. E, desde o início, V. Ex^a me pareceu o homem indicado. Assim, quando surgiu a oportunidade e a vacância do Governo do Distrito Federal, pude escolhê-lo. Sinto-me muito feliz de ter tido essa oportunidade. E, mais ainda, por ter dado ao Distrito Federal um administrador dos maiores que já teve esta cidade. Se Juscelino teve a idéia de construí-la, se muitos trabalharam por ela, foi sem dúvida V. Ex^a o grande consolidador físico da cidade, por meio das obras que V. Ex^a realizou e que são reconhecidas por toda a população desta cidade e pelo País inteiro. Todos sabemos que foi o trabalho de V. Ex^a, o seu espírito público que transformou o Distrito Federal naquilo que realmente ele passou a ser: não somente a sede do Governo Federal, mas uma cidade com índices extraordinários de desenvolvimento social, de progresso e, ao mesmo tempo, uma cidade que hoje é, aqui, no Brasil Central, um exemplo não somente de cidade, mas de administração. E foi V. Ex^a quem deu esse exemplo, quem consolidou esse exemplo. Portanto, meus parabéns! Agradeço a oportunidade de oferecer à Casa o meu testemunho sobre V. Ex^a, testemunho, como eu disse, que pode ter a suspeita de uma grande estima, mas que tenho a certeza que tem, sobretudo, o peso de quem teve a oportunidade de trabalhar ao lado de V. Ex^a pelo nosso País. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Meu prezadíssimo Presidente José Sarney, permita-me chamá-lo sempre de Presidente e não de Senador, a despeito de V. Ex^a ser Senador da República, pelo carinho e pelo reconhecimento que dedico a V. Ex^a, e pelas palavras que foram sempre dirigidas a mim com tanto carinho, não só hoje como em outras oportunidades. Assim, além de agradecer pela sua manifestação e sua solidariedade, quero que me permita continuar sempre o chamando de Presidente, porque para mim o senhor ainda é o meu Presidente da República, Dr. José Sarney. Muito obrigado pelas suas palavras.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu nem teria o direito de falar depois do Governador Marconi Pe-

rilho, um homem que soube governar Goiás e que veio representar, com toda a sua experiência, correção e força, o seu povo aqui, no Senado Federal, e que fez referências elogiosas a V. Ex^a. A seguir, falou o Presidente Sarney, e eu tremi na base, até porque o Presidente Sarney sempre escolheu os homens de bem. E fico aqui meio acanhado, porque ele também me pôs a serviço dele. Tenho muito orgulho disso até hoje, tanto que, quando alguém vem falar comigo, eu respondo que só faço o que o Presidente Sarney mandar, porque sei que ele tem uma visão praticamente divina de bem prestar serviço à sociedade mais sofrida, o que acompanhei de perto. Assim, essa homenagem que V. Ex^a presta ao Presidente Sarney é justa e correta. Agora, o Presidente Sarney se refere a V. Ex^a. Durante os anos em que estive em Brasília, quase vinte anos, aprendi a admirá-lo, Governador Roriz, pelo seu trabalho na área administrativa, no metrô, na terceira ponte, como se diz, que hoje é um cartão postal nacional e não só de Brasília, pela sua beleza, pelo seu esforço na construção, e tantas outras obras. V. Ex^a também nunca esqueceu de pensar na comunidade mais pobre que ocorreu a Brasília com a esperança de ter uma vida melhor. Essa é a crítica que V. Ex^a recebe, por ter pensado nos pobres, para dar um teto a cada um, que é a maior esperança daqueles que praticamente não têm com o que sobreviver. Então, Deus haverá de abençoá-lo por isso. Que V. Ex^a, neste Senado, continue com o mesmo carinho e a mesma dedicação que tem pela população mais sofrida deste País!

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Senador Romeu Tuma, quero agradecer as suas palavras e reconhecer na sua pessoa uma figura de homem público da maior qualificação. Acompanhamos de perto seu trabalho, a sua honradez e, sobretudo, a sua eficiência naquilo que V. Ex^a é especializado: a segurança pública do País. Agora, como Senador da República, sinto que V. Ex^a é um Senador brilhante, pois tem mostrado competência e solidariedade ao povo brasileiro, principalmente aos excluídos. Quero parabenizá-lo e agradecê-lo pelas suas palavras elogiosas e carinhosas. Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Voltando a falar sobre os empregos no DF, criamos os pólos de desenvolvimento tecnológico, dentre eles: Ciência e Tecnologia, Pólo do Conhecimento, Pólo de Cinema e Vídeo, Microeletrônica e Semicondutores. Criamos a Cidade Digital, que irá gerar, assim espero, cerca de 20 a 30 mil novos empregos. O Banco do Brasil já se prepara para instalar ali o seu Centro de Informática.

Temos também o pólo de modas do Guará, em pleno funcionamento.

Na segurança...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Roriz, esta Presidência pede permissão a V. Ex^a para registrar a presença das candidatas a Miss Brasília, que se fazem presentes. Esta Presidência faz o registro, talvez em homenagem a V. Ex^a, representante do povo de Brasília.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Aproveito a oportunidade para saudar as candidatas ao Concurso Miss Brasília, desejar-lhes muito sucesso e agradecer-lhes pela presença nesta Casa de Leis, o Senado da República.

Parabéns a vocês todas, a quem desejamos muito sucesso! Lamento dizer que o júri vai ter muita dificuldade em escolher uma de vocês. (Palmas.)

Na segurança, investimos em treinamento e na compra de novas viaturas, equipamentos de alta tecnologia, helicópteros, inclusive UTI móvel do ar. Construímos o Centro Integrado de Segurança, onde todas as ações policiais se concentrarão, melhorando o processo de inteligência investigativa da Polícia, investimento feito pensando na prevenção de delitos.

Falando na prevenção de delitos, temos a Polícia Civil do Distrito Federal como uma das mais eficientes do Brasil. Com policiais treinados e preparados, chegamos à resolução de crimes em índices compatíveis com os de Nova Iorque, em torno de oitenta por cento para crimes violentos. Em entrevista na semana passada na CBN, a ex-Deputada e Juíza Denise Frossard fala que a média no Brasil da resolução de delitos é de cinco por cento.

Cada governante faz as suas opções, cada um governa com seu coração, uns mais duros, outros mais brandos. Eu governo com o coração em Deus. Fico triste, para não dizer indignado, quando vejo administradores públicos que trabalham contra os pobres e que cerceiam a atividade empresarial.

Não sei fazer política que não seja olhando para os mais necessitados. Dizem que isso é ser “populista”. Ora, se ser “populista” é ser “amigo do povo”, como diz o Dicionário *Aurélio*, então digo que sempre serei populista, sempre serei amigo do povo humilde. Vou defendê-lo e ajudá-lo, até porque não poderia fazer o contrário, tendo em vista a minha formação cristã e os ensinamentos de minha querida mãe e de meu eterno líder, que foi o meu pai.

Se ser amigo do povo é olhar por ele, dar-lhe moradia, comida, renda e emprego, dar-lhe o mínimo de dignidade, então, que viva a amizade!

Eu não poderia deixar de citar neste discurso Montesquieu. Vejamos o que ele disse: “Para se fazer grandes coisas, não se deve estar acima dos homens, mas junto deles”.

Estou junto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores na luta a favor de cada uma das reformas que o nosso País reclama, especialmente a reforma tributária e a reforma política. Estou na luta pela descoberta de formas para que o Estado gaste menos, melhorando o serviço prestado ao povo brasileiro. Enfim, estou na luta veemente por uma transformação no sistema educacional do Brasil, na luta constante para a diminuição das desigualdades e na luta por espaço na sociedade para os mais humildes.

Será por todas essas metas que vou pautar minha atuação como Senador da República, servindo ao Distrito Federal e ao Brasil. O futuro é agora. Não esperemos mais!

Ao encerrar, quero agradecer, mais uma vez, a atenção de todos os Srs. Senadores nesta oportunidade, neste dia em que me dedico a fazer uma prestação de contas.

Sr. Presidente, sob sua Presidência, fico honrado em saber que este meu pronunciamento é uma prestação de contas. Se eu fiz elogios à cidade, foi no pressuposto de que a cidade não é a Capital de um Estado, mas a Capital de todos os brasileiros, inclusive de V. Ex^a e de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Joaquim Roriz, o Sr. Neuto de Conto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Joaquim Roriz, esta Presidência dá os parabéns a V. Ex^a, em nome da Mesa Diretora, na certeza de que, nesta Casa, V. Ex^a também fará um grande trabalho em defesa de sua querida Brasília e de todos os brasileiros.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a costumeira tolerância desta Presidência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza com que o Governador Roriz fez menção ao meu período de Governador e dizer aqui, de público, que toda Brasília sabe que tivemos uma disputa eleitoral, que aliás ele ganhou, e algumas divergências políticas, o que é natural; contudo, tivemos também uma grande colaboração. Quando eu era Reitor da Universidade de Brasília e ele Governador – os dois nomeados pelo então Presidente José Sarney –, tivemos uma boa relação

de cooperação. Tenho certeza de que, do jeito que a UnB nos uniu naquele momento, Brasília nos unirá em tudo aquilo que for bom para a cidade.

Sr. Presidente, a comunicação inadiável que vim fazer é o registro de que, no próximo sábado, Presidente Sarney, promoveremos a primeira caminhada pela educação no Brasil. Se olharmos a história deste País, tudo de grande que houve, todas as mudanças que ocorreram saíram de alguma caminhada: A Petrobras, a democratização de 1945, as Diretas, a Constituinte, tudo saiu de uma caminhada. Até o próprio movimento militar não começou nos quartéis; começou nas ruas. Está na hora de este País fazer uma imensa caminhada pela “Educação Já”.

Nesse sentido, no próximo sábado, faremos, sem nenhum partidatismo ou liderança oficial, com a colaboração das mais diversas instituições, uma caminhada pelo centro de Fortaleza. E a capital cearense foi escolhida por uma razão muito simples: o Ceará foi o primeiro Estado a abolir a escravidão neste País, antes que o resto do Brasil o fizesse. E foi no dia 25 de março. É por isso que, nessa data, faremos a primeira caminhada pela Educação Já no Brasil. Outras caminhadas já estão marcadas para serem realizadas em Curitiba e Belo Horizonte. A idéia é continuarmos fazendo esses movimentos e, se possível, Senador Mão Santa, não um de cada vez, mas diversos em muitas cidades deste País.

Temos feito muitas caminhadas nas ruas pela paz e contra a violência. Não está na hora de organizarmos uma grande caminhada pela educação? Não é um movimento contra nenhum governo. Espero que a Prefeita de Fortaleza esteja presente. Provavelmente haverá faixas, e espero que sejam apoiando o Presidente Lula, que acaba de lançar um plano de educação, como também espero haver faixas cobrando um passo avante. É preciso ir mais longe. Não basta apenas dar passos pequenos.

Tenho certeza, Presidente Efraim Morais, de que V. Ex^a mesmo vai ajudar a fazermos uma passeata des-sas em João Pessoa e outra em Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Paraíba está à disposição de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Todos estarão juntos, de diversos Partidos e de diversas instituições; todos aqueles que começam a perceber que neste País o caminho para derrubarmos os muros que nos separam, tanto o muro da desigualdade, dentro do Brasil, como o muro do atraso de nosso País em relação aos outros países desenvolvidos, tudo isso passa por uma revolução na educação.

E as revoluções, Senador Paim, Senador Eurípedes, começam nas ruas. Não estou aqui levantando

nenhuma dúvida sobre a intenção do Presidente Lula de levar adiante o plano de desenvolvimento educacional. Mas o que eu quero é que não nos contentemos apenas com aquilo que parte das decisões dos diversos órgãos governamentais, que ponhamos o povo nas ruas para fiscalizar, para induzir, para incentivar e para apoiar qualquer coisa que prefeitos, governadores e o Presidente queiram fazer pela revolução na educação.

Eu gostaria de convidar os Senadores todos. Provavelmente eles não poderão estar em Fortaleza, mas convidei os Senadores do Ceará para estarem lá. Parece que nenhum, naquele momento, estará na cidade. E gostaria que isso se transformasse em um movimento sem dono, sem partido, de todos, a partir desse primeiro passo.

O Senador Suplicy pediu a palavra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, por convidar a população para se mobilizar em prol de uma melhor educação, e que mais e mais projetos venham assegurar educação de qualidade para todos: crianças, jovens e adultos. E gostaria de registrar, em homenagem a V. Ex^a, a entrevista do Ministro Patrus Ananias, publicada às 15h e 29min, que acabo de ler: “O Governo planeja poupança para a criança ficar na escola”. V. Ex^a estará contente com esta notícia. O Ministro Patrus Ananias considera adotar o Projeto Poupança-Escola, ou seja, toda aquela criança que iniciar e continuar os seus estudos no ciclo básico e, se possível, no ciclo médio, terá depositada na sua conta uma quantia, modesta que seja, que poderá ser retirada quando se formar. Trata-se de uma proposição, que, entre outros, V. Ex^a tem propugnado pelo País. E desejo, então, cumprimentá-lo, porque suas idéias frutificam. Quando V. Ex^a, ontem, encaminhou o seu livro para o Ministro Fernando Haddad, teve uma atitude altamente construtiva, e os frutos estão sendo colhidos. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. E aproveito para dizer que essa idéia, que começou em Brasília e que foi implantada no Governo do Distrito Federal, hoje, tem, no Estado de Minas, o Governador Aécio Neves como patrocinador de um programa parecido, com a diferença de que aqui pagávamos cem reais, e lá ele vai pagar mil reais por ano. Significa que o jovem que terminar o Ensino Médio vai ter três mil reais e mais juros na sua conta.

As pessoas perguntam quanto custa esse projeto. Esse projeto custa muito menos do que a repetência dos jovens que não passaram de ano por causa dele. É um programa inteligente. Fico satisfeito de ver o Ministro Patrus Ananias querendo adotá-lo. Lembro que um projeto parecido está tramitando no Senado ou

na Câmara. Seria o caso apenas de o Ministro pedir urgência, em nome do Governo, às Lideranças dos partidos que apóiam o Governo.

Vim aqui falar simplesmente que vamos começar uma caminhada neste País para apoiar os governos que querem, cobrar daqueles que não querem e incentivar aqueles que estão em dúvida de que o caminho, além de muitas outras coisas, é verdade, de que este País precisa, é uma revolução na educação e pela educação.

Sr. Presidente, V. Ex^a e todos os Srs. Senadores estão convidados para serem, não participantes, mas para serem donos dessa caminhada, que tem que ser de todos nós, porque, se não for assim, se tiver qualquer dono, qualquer partido, não vai dar o resultado esperado. Essa é uma causa de todos ou uma causa de ninguém, e cada cidade pode fazer isso. Até fico triste porque esta é a cidade mais difícil de realizar uma caminhada – e o Senador Roriz estará de acordo comigo – em decorrência das largas avenidas que temos, mas, no centro das outras cidades, essa manifestação pode trazer, sim, os resultados que a gente espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar e pedir que seja dada como lida a nossa manifestação sobre o Dia Mundial da Água, celebrado hoje, dia 22 de março.

A água, responsável pelo ciclo vital de todos os seres na Terra, demanda, por ser assunto de tamanha importância, maiores debates.

O projeto de educação ambiental Caminho das Águas, que acaba de ser lançado pela Agência Nacional de Águas e pela Fundação Roberto Marinho, visa treinar professores e distribuir material educativo importante para 800 escolas em todo o País, a fim de que eles possam ser treinados e tenham conhecimento profundo deste bem de que tanto necessita a humanidade. E vale lembrar que, com relação às mudanças climáticas, a água tem fundamental importância.

Sr. Presidente, por oportuno, lembrando que 32% da água potável existente no mundo está no Brasil, registro que o importante segmento da economia, o da comercialização de água mineral, que explora as águas subterrâneas, os envasadores, é composto por pequenas famílias, por empresas familiares. A água, para esse setor, lamentavelmente, Sr. Presidente, é extraída como mineral, classificada como alimento e taxada tributariamente como bebida. Esse problema merece do Governo uma atenção toda especial.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR NEUTO DE CONTO.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Desde 1993, por iniciativa da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), dando cumprimento a uma das recomendações da Agenda 21, o dia 22 de março vem sendo celebrado como o Dia Mundial das Águas. Nada poderia ser mais apropriado que uma data anual de conscientização sobre a água, pois, por um lado, ela é o elemento essencial a toda a vida na Terra e, por outro lado, sua relativa escassez, em quantidade e qualidade, vem-se tornando um problema agudo para o futuro da humanidade.

Com efeito, se a Terra é o planeta das águas, fato é também que a maior parte delas, cerca de 97%, se encontra

nos oceanos e é salgada, impraticável para o uso humano, ou constitui os 2,3% que estão bloqueados nas geleiras e nas calotas polares, e são praticamente inacessíveis. Menos de 1% das águas, portanto, é de água doce e utilizável pelo homem. E mesmo essa parcela está muito mal distribuída pelo mundo, com regiões de fartura e outras extremamente secas.

Neste dia de comemoração destaco e elogio uma iniciativa que visa conscientizar os brasileiros para os riscos de escassez de água potável que ameaça todo o planeta. O projeto de educação ambiental Caminho das Águas, que acaba de ser lançado pela Agência Nacional de Águas e pela Fundação Roberto Marinho, que visa treinar professores e distribuir em 800 escolas públicas de oito estados brasileiros 1.600 kits com DVDs, CD-Roms, cartilhas, mapas e um jogo recreativo, tudo com o objetivo de conscientizar a população estudantil sobre a importância da preservação dos recursos hídricos.

Essa iniciativa da ANA e da Fundação Roberto Marinho contempla a premissa de que a educação é o caminho mais acertado para que o Brasil e os brasileiros assumam uma atitude pró-ativa na busca de soluções para o drama da escassez de água potável que já vitima milhões de pessoas em todo o mundo.

Efetivamente, segundo os primeiros dados do Relatório Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, estudo compartilhado por 2.500 cientistas de mais de 130 países, e divulgado em Paris no mês de fevereiro passado, o aquecimento global neste século vai colocar sob risco de escassez de água e alimentos uma população estimada entre 1 e 3,2 bilhões de pessoas.

Embora essas previsões apontem a China, a Austrália, a Europa e os Estados Unidos como as regiões que serão mais afetadas, é certo que todo o planeta sofrerá as consequências da elevação da temperatura global. O fato de o Brasil estar no topo das maiores reservas hídricas do mundo, com cerca de 12% de toda a água disponível, não o colocará à margem dessa tragédia anunciada. Basta lembrar o Polígono da Seca, região semi-árida de 940 mil km² que abrange nove estados do Nordeste, que já enfrenta um problema crônico da falta de água.

A propósito, cabe aqui lembrar estudo feito pela Agência Nacional de Águas no qual prevê que, até 2025, 70% das cidades com população acima de 5 mil habitantes do semi-árido nordestino enfrentarão crise no abastecimento de água potável para consumo. Ou seja, cerca de 41 milhões de pessoas nessa região serão afetadas pelo problema. Na área pesquisada, apenas 8,4 milhões de habitantes - a maioria localizada em Minas Gerais - teriam abastecimento considerado satisfatório.

Segundo a Agência, a solução do problema demandaria investimentos da ordem de R\$3,6 bilhões - independentemente da mega-obra de transposição do rio São Francisco - aplicados sobretudo em Pernambuco e Bahia, estados que concentram os pontos críticos de abastecimento de água.

Esse quadro desalentador não se limita, entretanto, ao Nordeste. Desmatamento, uso predatório de agrotóxicos nas irrigações, poluição e desperdício são praticados em todo o país, reduzindo cada vez mais a disponibilidade de água potável. Boa parte dos nossos rios, especialmente na região Sudeste, já estão mortos. Outro dado preocupante como fator de contaminação das águas está na falta de saneamento

básico: cerca de 90% do esgoto produzido no país são lançados nos rios e no mar sem qualquer tratamento. Como consequência, quase 80% das doenças que afetam a população e 65% das internações de crianças na rede de atendimento do SUS são causadas pelo consumo de água de má qualidade.

No campo do desperdício, o Brasil ostenta a liderança do descaso: cerca de 40% da água captada pelas empresas de saneamento (o dobro da média mundial) se perdem em vazamentos e ligações clandestinas. Em casa, os brasileiros também não fazem por menos: gastam em média 200 litros/dia, quando a Organização Mundial de Saúde recomenda como suficientes 40 litros per capita.

Por essas razões alguns especialistas alertam que o Brasil corre o risco de morrer de sede dentro d'água.

Economizar, segundo organizações mundiais que atuam na conservação da água, é uma das principais bandeiras na batalha contra a escassez.

O problema, contudo, não está apenas aqui, Relatório do Instituto Nacional de Gerenciamento da Água, apresentando em Estocolmo, em agosto de 2006, revela que um terço da população mundial já está enfrentando problemas de escassez de água. E, segundo a ONU, mais de um bilhão de pessoas já não têm acesso algum a água limpa para beber e outras 2,6 bilhões carecem de acesso a saneamento básico. Em consequência, 20% das mortes causadas por enfermidades infecciosas estão relacionadas ao consumo de água não potável, vitimando sobretudo crianças com menos de 5 anos.

Como se vê, a problema da escassez de água não é uma expectativa para o futuro, mas uma realidade no presente, exigindo das autoridades e da sociedade ações concretas em favor da preservação dos mananciais e contra o desperdício.

Nesse sentido, vale lembrar que o governo federal já dispõe hoje de um Plano Nacional de Recursos Hídricos, elaborado com a participação de estados, municípios e sociedade civil, que mapeia nossos mananciais, aponta cenários possíveis para o futuro e define diretrizes e metas para as 12 regiões hidrográficas do país. A água, na concepção desse plano, é um elemento estratégico para a adoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social.

De outro, cabe mais uma vez enaltecer a iniciativa da ANA e da Fundação Roberto Marinho no sentido de educar e conscientizar a população sobre a importância de preservar e evitar o desperdício de água.

Mas minha abordagem sobre a questão da água não estaria completa sem também enaltecer uma atividade que se empenha cotidianamente pela preservação dos nossos recursos hídricos subterrâneos. Trata-se do setor de extração e envase de água mineral, cuja atividade está intimamente relacionada à proteção ambiental.

Como se sabe, o Brasil detém cerca de 30% de toda a água mineral do mundo, o que atribui ao país uma posição estratégica nesse cenário de escassez mundial.

Todas as previsões indicam que a água potável será a principal commodity deste século, a exemplo do que já foram o ouro e o petróleo. Assim, em um futuro próximo, como bem define o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais, Carlos Alberto Lancia, “o

poder econômico das nações e a qualidade de vida dos seus povos serão medidos pelos volumes de água potável de que disponham”.

Pela importância estratégica desse setor, sua capacidade de gerar empregos diretos e indiretos, sua condição essencialmente brasileira, já que 99% das fontes estão nas mãos de pequenas empresas familiares e, sobretudo, pela especificidade da sua atuação condicionada à preservação dos mananciais subterrâneos, entendo que as águas minerais mereceriam do nosso governo um tratamento diferenciado, definindo-se uma política exclusiva para o setor.

Como se sabe, essa é uma atividade que nasce e se desenvolve em um cenário controvertido: é extraída como mineral, classificada como alimento e taxada tributariamente como bebida.

Assim, apesar da sua importância na preservação da saúde e da qualidade de vida da população e de seu potencial de geração de divisas para o país através de exportações, a água mineral é um produto com umas das mais altas cargas de impostos neste país, superando a casa dos 42%.

Neste momento, porém, cabe-nos tão-somente elogiar os envasadores brasileiros pela contribuição que oferecem à preservação de um bem essencial à vida e ao futuro da nossa nação.

Somente assim poderemos fazer valer, em termos humanos, o capital de recursos hídricos que a natureza legou a nosso País. A água é, certamente, o bem natural mais precioso de que a humanidade depende, tanto que, para muitos analistas, constituirá o motivo de grande parte das guerras deste século. Por isso, um país com tal quantidade dessa riqueza não a pode malbaratar como estamos fazendo, pois, ao cabo, nos tornaremos alvo da cobiça das potências econômicas e militares mundiais. E, moralmente, mereceremos perder nosso direito histórico a esse território e a esses bens.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Neuto de Conto, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para repercutir uma notícia veiculada no *Correio Brasileiro*, que traz ao conhecimento da sociedade as conclusões, mesmo que parciais ainda, de uma auditoria do Tribunal de Contas da União que mostram a Controladoria-Geral da União tem agido politicamente no exercício de suas funções.

O *Correio Brasileiro* hoje publicou: “TCU suspeita que CGU protege cidades petistas”. E a matéria vai mais adiante. Diz textualmente: “Uma antiga desconfiança da oposição foi parcialmente confirmada ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Após auditar a Controladoria-Geral da União (CGU) – responsável, entre outras coisas, por fiscalizar o bom uso do dinheiro público repassado aos estados e municípios –, o TCU encontrou um desequilíbrio favorável ao PT. Cidades com mais de 500 mil habitantes simplesmente não são submetidas à lupa da instituição. E o partido do Presidente da República é justamente aquele que administra o maior número de municípios a partir a partir desta linha de corte [ou seja, 500 mil habitantes]. Como consequência natural, os prefeitos petistas das grandes cidades receberam e gastaram a maior fatia dos recursos federais sem receber qualquer atenção do ‘xerife’”.

Ou seja, a CGU preferiu ir em cima das pequenas prefeituras, porque sabia que havia uma grande maioria de prefeituras com comandos de outros partidos que não o PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB.) – Senador César Borges, peço permissão a V. Ex^a para também registrar a presença dos alunos do Colégio Triângulo, do Recanto das Emas, que prestigiam esta sessão.

Agradecemos aos jovens de Brasília que se fazem presentes.

V. Ex^a será compensado em seu tempo, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não se preocupe. O que mais precisamos é saudar estudantes neste País. Quanto mais estudantes vierem a esta Casa, maior regozijo teremos por seu interesse de ver como funcionam as instituições brasileiras.

Sr. Presidente, o TCU fez essa investigação sobre as atividades da Controladoria-Geral da União porque fiz um requerimento, aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, há dois anos. Na ocasião, ele supunha que a Controladoria tinha uma atuação política. Por isso, acionamos o TCU. Agora, este Tribunal levanta essa suspeita, que está aqui no *Correio Brasileiro*, Sr. Presidente.

Então, temos que parabenizar o TCU pelo trabalho, que teve origem nesta Casa, num requerimento de minha autoria que foi aprovado. Mesmo que tenha sido aprovado em 2005 – Requerimento nº 923, de 2005 –, está dando seu resultado.

Não custa lembrar, Senador Mão Santa, várias vezes que o Ministro-Chefe da Controladoria de então, Waldir Pires – atualmente o Ministro é Jorge Hage –, negava, e deve insistir em negar, o uso político da CGU. Dizia: “O Senador César Borges quer aparecer”, ou “as denúncias não têm fundamento”, ou “Temos documentos que mostram o correto trabalho da CGU”, e por aí vai. Mas, de fato, conforme denunciado em meu requerimento, a CGU, que é a Controladoria-Geral da União, abandonou o critério que seria de materialidade para fiscalizar verbas públicas, preferindo realizar sorteios em várias pequenas prefeituras. Sempre dizíamos que esse sorteio era manipulado porque, estatisticamente, nunca saíam as prefeituras do PT. Então, as prefeituras acima de 500 mil habitantes estavam isentas. Isso foi utilizado muito mais politicamente.

Em compensação, a CGU nunca olhou para dentro do Governo, o que era sua função principal, para evitar os escândalos do Mensalão, dos Correios, dos Sanguessugas. Nada disso foi evitado; tudo aconteceu. No entanto, as prefeituras tinham prioridade.

Queremos que todos sejam investigados, mas não pode ser uma investigação dirigida. Portanto, é gratificante ver que as conclusões do TCU partiram de uma denúncia que saiu desta Casa, de minha autoria. Este é um papel que o povo da Bahia me outorgou, zelar pela correta aplicação dos recursos públicos, e vou exercê-lo até o fim do meu mandato.

Inclusive, recentemente, cumprindo esse papel, do qual não abro mão, cobrei o posicionamento do Prefeito da cidade de Salvador e do Governador da Bahia no esclarecimento de um misterioso assassinato, dentro da Secretaria Municipal de Saúde, de um servidor que controlava o pagamento dos recursos dos SUS. O servidor Neylton Souto pagou com a vida, provavelmente porque contrariou interesses de dentro da Secretaria.

Houve a acusação de que a ex-Subsecretária, que foi exonerada pelo Prefeito, Aglaé Souza, e a ex-consultora Tânia Pedrosa, que saiu de Brasília – uma

peessoa que não tem nada a ver com a Bahia e saiu para controlar aplicação do SUS na Prefeitura Municipal, que não tinha gestão plena e passou a ter a partir da atual administração –, foram apontadas pelos assassinos confessos, os seguranças, como mandantes do crime. Lamentavelmente, a Polícia não avançou nas investigações. Mas o Ministério Público fez o seu papel e indiciou essas pessoas: os dois que foram os autores materiais do crime e aqueles apontados como autores intelectuais. No entanto, se a Polícia não fizer o seu papel, faltarão as provas para a necessária condenação, que será fruto do trabalho da Justiça.

Na semana passada, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz desta tribuna denúncia mostrando que, no mês de setembro de 2006, véspera das eleições, a Prefeitura de Salvador recebeu R\$ 13,6 milhões a mais de repasses do SUS. Foi um crescimento de quase 50%, de 48,9% em relação ao mês anterior, quer dizer, na véspera da eleição. No mês de agosto, foram R\$ 27,9 milhões, contra R\$ 41,5 milhões no mês de setembro. Em setembro, foram R\$ 13,6 milhões a mais.

Procurado pela imprensa, o Secretário de Saúde negou ter recebido qualquer valor a mais. Em primeiro lugar, negou: “Não recebi nada a mais. Recebi normalmente”. No dia seguinte, convocou a imprensa, deu uma coletiva e mudou a versão. Disse que, de fato, recebeu o dinheiro.

Peço a atenção dos senhores Senadores. Veja bem, Senador Garibaldi, no dia seguinte, o Secretário disse: “Recebi realmente os R\$ 13,6 milhões a mais”, mas mudou sua versão dizendo que recebeu por um equívoco do Ministério da Saúde, que repassou R\$ 9 milhões a mais. Houve um erro de digitação. Imaginem, um erro de digitação que chega ao total de R\$ 9 milhões! E que o Ministério da Saúde cobrou a devolução desses recursos, o que fez aproximadamente uma semana depois de haver recebido. Mas confirmou o recebimento de R\$ 9,1 milhões, que segundo ele foram indevidamente repassados ao Município.

Se formos à base de dados do SUS, que está disponível no *site* Portal da Saúde, no qual me baseei para a denúncia que fiz do aumento extraordinário de repasse do mês de setembro, vamos encontrar que continua. Aqui está exatamente a folha tirada do Portal da Saúde, que até hoje não foi modificado. O repasse no mês de setembro foi de R\$ 41.560.523,67, e não consta essa devolução. Ainda não consegui encontrar no portal do SUS, que deveria ter feito imediatamente a retificação, caso não tivesse sido repassado ou caso tivesse sido, efetivamente, devolvido. Essa é a realidade.

Ficam sem respostas algumas perguntas. Se realmente o Município devolveu os recursos, como

afirma o Secretário da Saúde, com quem não tenho nada pessoalmente. Queremos, em primeiro lugar, que se verifiquem os autores do assassinato e qual a motivação do crime; a sociedade baiana exige isso da Polícia, do Governador, do Prefeito. É preciso...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...que se verifique por que ainda não houve o devido estorno contábil nas contas do SUS dos tais R\$ 9,1 milhões repassados a mais. Segundo, Sr. Presidente, se o dinheiro foi realmente devolvido, será que chegou ao destino correto, que é o Fundo Nacional de Saúde? O Secretário afirma que devolveu, mas também afirma que recebeu, em setembro, R\$ 13,6 milhões a mais. Então, qual o destino dos R\$ 4,5 milhões restantes? Isso aconteceu à véspera das eleições do ano passado.

Sr. Presidente, para não ficar no disse-que-disse, como o Secretário está fazendo, quase igualmente como fez o ex-Ministro Waldir Pires na Controladoria-Geral da União, fiz questão de aprovar, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, um requerimento, solicitando uma auditoria do Tribunal de Contas na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. Acho que quem pode fazer essa auditoria é o Tribunal de Contas, afinal, é um dever precípua dessa Corte, e o nosso é o de averiguar quando há algum fato que possa levar à suspeição.

Essa é apenas uma das muitas coisas que terá de ter explicação pela Secretaria Municipal de Saúde em Salvador, pelo Governo do Estado, pela Prefeitura Municipal.

Os jornais da Bahia desta semana mostram bem a situação da saúde no meu Estado, Sr. Presidente. O jornal *A Tarde*, o de maior circulação, revela: “Pacientes carentes se amontoam nos postos”, referindo-se aos postos de saúde de Salvador. Está publicado no jornal *A Tarde*, que é insuspeito. E continua: “Morte da estudante Josenita Santos, anteontem, no Posto de Saúde de São Marcos, expõe a realidade dramática de quem não tem como pagar por cuidados médicos e planos privados”.

O mesmo jornal, no dia 21 de março, Sr. Presidente, trouxe a seguinte manchete: “Jovem morre à espera de vaga de UTI pelo SUS”.

Essa é uma situação preocupante da saúde na cidade de Salvador, na capital do nosso Estado.

Então, Sr. Presidente, não há, pessoalmente, nada contra ninguém, mas, como ente público, queremos que a Prefeitura e a Secretaria Municipal se expliquem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, peço um aparte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, esse Governo tem que ver que a mentira, a mentira... O fato é que a saúde nunca esteve tão ruim. Num fim de semana, eu estava no Rio de Janeiro, onde estudei, quando, de repente... Ô Magno Malta, pensei que era bala perdida. Mas não era; era o Hospital Miguel Couto. Parecia um comício, a população mendigando assistência. Esta é a realidade: colchões sem lençóis, fila, falta de medicamentos. O SUS, que nasceu para ser como o sol, igual para todos, não atende é ninguém. A tabela do SUS há 16 anos não é atualizada. Pagam-se R\$2,50 por uma consulta médica. Lula da Silva, paguei na graxa do meu sapato, em Teresina, R\$10,00. Desafio aqui o Temporão, que entrou. Ô Temporão, eu tenho 40 anos de Medicina! Mostre-me quem está operando próstata pela tabela do SUS. Não existe, é uma farsa. Só existe saúde para nós que podemos pagar – aqui, para nós, Congressistas, que o Senado paga – e para quem tem plano de saúde. Não existe uma saúde resolutiva. Em Brasília, esta Capital que foi decantada aqui, a maternidade-escola da Universidade Federal não está funcionando, porque os neonatologistas, que eram 20, saíram todos, porque médico de saúde de família ganha mais. Então, o número baixou para oito, e há a exigência de que toda maternidade tenha neonatologista, pois o obstetra não sabe cuidar da criança recém-nascida, assim como o cirurgião. Se aqui está assim... Foram à falência 250 hospitais no Brasil, todos filantrópicos: a Santa Casa, do meu Piauí; o Hospital Marques Bastos; todos estão falidos. É uma mentira esse negócio. A saúde só vai bem para quem pode pagar!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conclua, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, nobre Presidente. Senador Mão Santa, diz o jornal que acabei de ler, a edição do jornal *A Tarde*, do dia 20 de março: “no período de três dias a adolescente Josenita Oliveira Santos foi a quinta pessoa a falecer no Posto de Saúde São Marcos por conta da dificuldade de encontrar leite especial na rede pública”.

A Prefeitura Municipal, segundo o SUS, recebeu – e a gestão plena começou no mês de março desse ano – R\$ 277,682 milhões; uma média de 26 milhões por mês – a não ser no mês de setembro, que, como já disse, aponta R\$ 41 milhões.

Então, não há por que não atender bem a população de Salvador, a não ser que não haja boa gestão desses recursos. Eu não me importo se o Secretário, o Prefeito ou o Governador estão incomodados. O im-

portante é que eles se expliquem à população e a ela dêem um bom atendimento.

Outras perguntas, Sr. Presidente, para encerrar: por que os acusados de mandar matar o servidor Neylton são justamente a Subsecretária de Saúde de Salvador e a consultora do SUS Salvador, que eram chefes do próprio Neylton? Como não pensarmos que, sendo vítima e acusados envolvidos com o SUS Salvador, não esteja aí a motivação dessa tragédia, desse assassinato?

Se nada há a temer, por que o PT manobrou para impedir a instalação de uma CPI, no âmbito da Assembleia Legislativa da Bahia, para investigar esse assassinato ocorrido num prédio público, que é exatamente a Secretaria Municipal de Saúde?

Deixo aqui, Sr. Presidente, essas perguntas.

Incomode-se quem quiser, porque vamos continuar aqui cobrando. Sei que quem cobra a apuração desses fatos é a sociedade baiana; e eu, aqui, continuarei cumprindo o meu papel.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para falar como Líder, por delegação. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Brasil que assiste à TV Senado, Senador Mão Santa, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Crivella, tenho a alegria de cumprimentar um conterrâneo que está no plenário do Senado hoje. Ele é Deputado Federal, nasceu na cidade em que nasci, a pequena Macarani, no interior da Bahia; é filho de uma família simples, pobre como a minha; e foi criado em Itapetinga, onde também fui criado. Hoje, é Deputado Federal. Refiro-me-me ao Deputado Federal Mão Branca, forrozeiro afamado da nossa querida Bahia, que ainda mora em Itapetinga, no mesmo lugar, no Bairro Primavera, o antigo “Rola-Pote”, onde nós fomos criados. Continua morando no mesmo lugar e fez questão de construir a sua casa de *show* no mesmo lugar – Gabirabão. Está ali, de chapéu de couro, com sua tradição, porque é forrozeiro e usa chapéu de couro desde menino; filho de um vendedor de carne de porco lá em Itapetinga, que trabalhava num açougue pequeninho. Dona Dadá, minha mãe, comprou muito fiado na mão de seu pai.

Fico muito feliz hoje por ele, pelo Partido Verde, ter tido a ousadia de ser candidato a Deputado Federal pela Bahia, considerando que não havia sido candidato nem a Vereador. É um músico que conseguiu êxito na sua proposta musical, o Forró Raiz – o Brasil inteiro já viu Mão Branca nesses programas de forró por aí.

E é uma satisfação tê-lo hoje no plenário do Senado, sentado ao lado do Senador Marcelo Crivella.

O Senado tem Mão Santa e a Câmara, agora, tem Mão Branca. Fico muito feliz com isso. Deus o ajude! Que faça sucesso na Câmara e que seja propositivo para o Brasil. Tenho certeza de que o será, até quando Deus lhe der oportunidade de permanecer nesta Casa, e sei que vai fazer um bom trabalho.

Aliás, ouvi dizer que todo o povo de Itapetinga e Macarani está nos assistindo agora. O Deputado Mão Branca haverá de marcar sua passagem na região e, certamente, em seu Município e nos Municípios circunvizinhos, como Macarani, Maiquinique, Potiraguá, onde vive o meu tio Cosme e o seu amigo Germino. Certamente, o povo da região o reconduzirá a esta Casa para que continue o seu trabalho. Estou à sua disposição naquilo que puder ser útil ao seu mandato.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mão Santa, antes do aparte de V. Ex^a, esta Presidência registra, com muita alegria, a presença da Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, ex-Deputada Federal, ex-colega nossa.

Nobre Governadora, é um prazer recebê-la nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, V. Ex^a é igual a Pentecostes: fala muitas línguas. Queria dizer que V. Ex^a presta uma justa homenagem ao nosso Deputado Mão Branca, da Bahia. Entendo que, apesar de V. Ex^a estar com as bênçãos de Pentecostes, porque fala muitas línguas, nenhuma língua supera a música. Tanto é verdade que Davi aparece na Bíblia dedilhando sua harpa e dizendo “o Senhor é meu pastor e nada me faltará”. Isso é uma música dele, um samba. Esses que têm o dom de Deus estão enriquecendo o Congresso ao se comunicarem através da música. Eu estava presente no dia exato que a música libertou este País. Eu estava no Maracanãzinho e Deus me preparou para ouvir que a vida não se resume em festivais. No Festival da Canção de que foi vencedora a música *Sabiá*, de Tom Jobim, uma música libertou. Dizia ela: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber; quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. E eu tenho a convicção de que esse baiano – para cá vieram vários, entre eles Rui Barbosa –, que veio para cá para se comunicar pela música, saberá levar o povo a melhores dias. E quis Deus que adentrasse o plenário Yeda Crusius, uma mulher que, além de ser Governadora, tem a beleza da baiana Marta Rocha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Mão Branca, prepare um churrasco lá, porque agora vou voltar lá para ficar hospedado na casinha que era de Dadá, na Rua Brejões, nº 70, para reinaugurarmos a casinha de Dada. O pessoal de Edílson Lima, a Adriane, a Pituchinha, o Serjão, o Moabe, todos estão nos vendo lá. Sucesso total.

Quiseram que ele tirasse o chapéu, para não usá-lo na Câmara. Mas quem vai fazer o Senador Gilvam Borges calçar sapatos? S. Ex^a só anda de chinelos, é de chinelo mesmo! Você não vai tirar o chapéu coisa nenhuma; só se tira o chapéu para as coisas boas deste País.

Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma informação. O Governador Aécio Neves comunicou ao Brasil, através da mídia, que estava fazendo uma caderneta de poupança para alunos do segundo grau. Essa poupança poderia ser sacada por ele e por sua família após os dois períodos, o 1º grau e o 2º grau. Há um número reduzido.

Senador Mão Santa, Deputado Mão Branca, eu gostaria de informar sobre uma atitude, das mais saudáveis, do Prefeito Audífax, no Município da Serra, em meu Estado, tido como um dos mais violentos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador, para concluir, V. Ex^a tem três minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Conheço seu coração. Muito obrigado.

Serra foi classificada como a cidade do Brasil com maior número de assassinatos entre jovens de 15 a 24 anos de idade, conforme pesquisa das Organizações dos Estados Ibero-Americanos.

Considerando que, em 2005, quando da divulgação da pesquisa realizada pelo IPEA, essa revelava dados semelhantes, o Município tem se empenhado em mudar essa realidade e a tem mudado, por meio da Secretaria de Defesa Social, que tem o Secretário Ledir à sua frente, por meio do desenvolvimento de diversas ações. Dentre elas está a criação do Fórum Serra Cidade da Paz, que destaca 120 ações cuja prioridade é a prevenção da violência e da criminalidade nesse Município. Esse fórum é constituído por 25 instituições, as quais representam desde os poderes instituídos até a sociedade civil organizada.

Diga-se de passagem que o Ministério da Justiça, Senador Mão Santa, está tomando posse, devidamente autorizado, por entender serem boas, dessas políticas da Serra, Deputado Mão Branca, para fazer políticas públicas do Governo Federal, a partir das experiências bem-sucedidas da Serra.

Aluno aprovado vai receber incentivo em dinheiro da Prefeitura da Serra.

Vejam só! Os alunos do Ensino Fundamental da Prefeitura da Serra vão receber um incentivo em dinheiro

para continuar na escola. O projeto, que está em fase de conclusão, vai ser encaminhado à Câmara Municipal e tem o objetivo de diminuir o índice de evasão e reprovação escolar e dar um estímulo ao aluno. É uma atitude e uma iniciativa do Prefeito Audífax Barcelos.

Para receber o benefício, que deve ser de R\$100,00 por ano, o aluno deve comprovar que cursa o ensino fundamental da rede municipal de ensino, que obteve aprovação e está matriculado para o ano letivo. Por exemplo, o aluno que foi aprovado em 2007 receberá o benefício em fevereiro de 2008, desde que esteja matriculado. Para todos os alunos do ensino fundamental ele vai fazer uma poupança, alunos das regiões mais pobres do Município da Serra. É uma iniciativa das mais louváveis e das mais significativas.

O Plano de Segurança Local, que será copiado pelo Ministério da Justiça para ser implantado no Brasil como política pública e políticas de Governo, iniciativa do Prefeito, com a Secretaria de Defesa Social, sem dúvida alguma, orgulha a todos nós que vivemos no Espírito Santo.

A estratégia geopolítica divide o Município da Serra por regiões que contenham os bairros mais violentos em relação à maior incidência do crime de homicídio, que são os bairros de Vila Nova de Colares, Feu Rosa, Alterosa, Nova Zelândia.

O Plano de Segurança Local está dividido em algumas etapas, que vão desde o diagnóstico até a realização. Agora, no carnaval, a Serra foi o Município com o menor índice de violência. O Prefeito, através da Secretaria, colocou identificadores com câmeras na orla de Jacaraípe e Meaípe e a violência no carnaval foi reduzida. Estabelece-se, por exemplo, que qualquer festa do Município, de carnaval a festa religiosa, encerra-se à meia-noite. É uma atitude a ser copiada pelo Brasil inteiro. A partir de então começou a despencar a violência na Serra.

Sr. Presidente, quero voltar a falar sobre este assunto na próxima semana por conta dessa atitude das mais dignas de combate à violência feita pelo Município da Serra.

Encerro, Sr. Presidente, informando que, ontem, o Ministro Fernando Haddad fez uma referência ao Município de Nova Venécia, no meu Estado. Dizia ele: "Outro dia eu me deparei com um dado... Acho que foi numa cidade do Espírito Santo"... Foi Nova Venécia, cujo Prefeito é Walter de Prá, que quero abraçar desta tribuna. A cidade reduziu em 30% a evasão escolar. Disse ele que perguntou que cidade era aquela e o que havia acontecido. Sabem o que o Prefeito fez? Ele tinha distribuído bicicletas para as crianças irem à escola. Não havia transporte escolar. A evasão caiu 30%. Disse o Ministro que são coisas que não passam pela cabeça da gente. Falou que é óbvio que isso não é tecnologia educacional

e que há muitas tecnologias educacionais que podem ser usadas para resolver esses problemas.

Quero parabenizar o Prefeito Walter de Prá pela iniciativa. V.Ex^a sabe que quem não tem criatividade padece no paraíso. Não estamos vivendo no país de Alice. Hoje, não dedicarei meu tempo para falar da prevenção e do combate à violência, mas atitudes como essa, que diminuem a evasão escolar num Município pequeno como o de Nova Venécia, devem ser copiadas. Está de parabéns Walter de Prá, cuja atitude foi citada pelo Ministro da Educação.

O Brasil inteiro pode lançar mão de atitudes criativas como essa no sentido de diminuir a evasão escolar. "Especialistas avaliaram esse produto e é um produto sério! Vale a pena testá-lo!", disse o Ministro. Eram bicicletas. Não havia transporte escolar. Quanto custa uma bicicleta? Cem reais? Cento e vinte reais? Comprando muitas, quanto fica?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

E ele tomou essa atitude e caiu a evasão da escola no Município de Nova Venécia. Em agosto de 2005, Nova Venécia municipalizou 75% das escolas fundamentais, sendo 94 de classes multisseriadas localizadas no campo, buscando a melhoria de qualidade do ensino de 1^a a 4^a série do ensino fundamental nas escolas, garantindo acesso e permanência e sucesso dos alunos.

Em dias de violência, em dias de prevenção, em dias de combate necessário se faz que essa iniciativa se dê por parte dos prefeitos, que estarão contribuindo grandemente para a sociedade e para todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Magno Malta, e parabeno o Prefeito de Nova Venécia.

Informo a V. Ex^a que o Governador Cássio Cunha Lima já vem aplicando essa prática na Paraíba também desde o seu primeiro Governo. E o primeiro Município que tomou essas providências e que resiste é Catolé do Rocha. O Prefeito Leomar Maia tomou a mesma decisão que o prefeito que V. Ex^a cita.

Acho que são posições criativas, que merecem destaque nesta Casa. Parabéns a V. Ex^a, parabéns ao prefeito, como também, no caso, à Paraíba. Talvez por ser a Paraíba mais distante o Ministro não tenha conseguido fazer esse registro.

Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a desiste da palavra?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Fora do microfone.) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Peço desculpa ao Senador Mário Couto. Como ambos os Senadores são do Pará, com a palavra o Senador Mário Couto.

V. Ex^a tem a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero agradecer a V. Ex^a. Não desisto do uso da palavra, mas o nobre Senador Mário Couto tem preceência de inscrição, então, a vez na tribuna é dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a e peço-lhe que aguarde com tranquilidade, porque logo em seguida, após a palavra de um Líder, V. Ex^a usará da palavra.

Nobre Senador Mário Couto, V. Ex^a dispõe da palavra por 10 minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente!

Sr. Presidente Efraim Morais, Sr^{as} e Srs. Senadores, paraenses, venho mais uma vez a esta tribuna falar dos problemas do meu querido Estado do Pará. Desta vez, preocupa-me a segurança do meu Estado: o crescente aumento da criminalidade no Estado do Pará. E fico a pensar, meus prezados Senadores e Senadoras.

Vi, semana passada, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, dizer na TV Globo que, com a saúde e com a educação, não se brinca. E fiquei a me perguntar: será que é só com a saúde e com a educação, Mão Santa, que não se brinca? E a segurança deste País que parece ter chegado ao limite?

Eu até quero expressar aqui a minha alegria de ver esta Casa e a Câmara se preocuparem com este assunto, meu nobre Presidente. São mais de cem proposições nesta Casa e mais de cem proposições na Câmara. Pergunto ao nobre Presidente da República do meu País, Senador Flexa Ribeiro, será que a segurança deste País é uma brincadeira?

Aliás, os investimentos na segurança estão caindo assustadoramente. Se fizermos um levantamento, os investimentos na segurança estão caindo assustadoramente, contribuindo sim – temos que afirmar e dizer sempre isto aqui – para o aumento da violência neste País.

Sabemos que, para combater a violência no Brasil, são necessárias metas como a educação de qualidade, como a geração de emprego, distribuição de renda. Sabemos disso, mas temos que nos preocupar com essas metas imediatamente, não a médio prazo nem a longo prazo. A cada dia cai um brasileiro, assassinado! A cada dia cai um brasileiro! No meu Estado, meu nobre Senador, no meu Estado, a situação é deplorável, é séria!

V. Ex^a sabe quantos assassinatos foram cometidos, em 2005, na minha querida cidade, no meu querido

Estado do Pará, meu nobre Presidente Renan? Foram 2.438 assassinatos, no Estado do Pará – 2.438 assassinatos! Em Belém, 416 pessoas caíram assassinadas. Se incluirmos a área metropolitana, somem mais 164 mortes, Senador Flexa Ribeiro! Mais 164 mortes! Se formos para o interior, onde a violência se alastra, Presidente Renan Calheiros, o interior do Pará é incontornável. Dos 5.500 Municípios deste Brasil, 30 dos mais violentos estão no Estado do Pará. Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores! Olhem a violência no Estado do Pará! Não podemos mais esperar. Não podemos deixar para amanhã. Senador Mão Santa, 30 Municípios do Estado do Pará são os mais violentos deste País. Tailândia, que se situa na PA-150, é o sétimo mais violento do País. Sabem quantas pessoas morrem por ano? Cento e quatro pessoas. Marabá, 71; Jacundá, 74; Sapucaia, Município com pouco mais de 3.000 habitantes. Olhem estes dados! Olhem estes dados, assustadores: uma cidade com pouco mais de 3.000 habitantes, sabem quantos cidadãos foram assassinados em 2004? Sessenta e quatro pessoas foram assassinadas. São dados oficiais. Sessenta e quatro pessoas, que estupidez!

Agora vou mostrar a V. Ex^{as} os recursos que foram destinados ao Estado do Pará. Olhem, Sr^{as} e Srs. Senadores, os recursos que foram destinados ao Estado do Pará. Senador Pedro Simon, olhe, meu nobre Senador, os recursos que foram destinados para a segurança no Estado do Pará. Olhe este gráfico aqui. Como este Estado pode ter segurança? Em 2000, R\$4 milhões. Olhe, Senador, como é preocupante, como existe, sim, a discriminação regional. Patente, Senador, patente essa discriminação. Real, Senador, real essa discriminação. Não podemos mais nos calar diante disso. Não podemos e não devemos: em 2001, R\$14 milhões; em 2002, R\$11 milhões; em 2003, R\$11 milhões. Olhem para frente: em 2003, R\$11 milhões; olhem daí para frente: em 2004, R\$6 milhões; em 2005, R\$3 milhões; em 2006, olhem agora, somente R\$2 milhões. Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública! Triste, não é, Sr^{as} e Srs. Senadores? Muito triste! Como o Governo está aplicando mal os recursos destinados à segurança! Ou não aplica; cada vez corta mais!

Para o meu Estado, isso aqui significa uma guerra civil. Guerra Civil! Senadores, 2.438 pessoas tombaram mortas, assassinadas, em 2005, no Estado do Pará; 416 pessoas morreram na cidade de Belém. Pelo amor de Deus!

Governadora Ana Júlia Carepa, Governadora do meu Estado! Sei que é cedo para criticá-la e não quero eu fazê-lo.

Mas vem o Presidente da República, que se diz seu amigo, a quem V. Ex^a, Senadora, chama de amigo e de quem tanto falou nos comícios em Belém do

Pará... V. Ex^a poderia resolver muitos dos problemas do Pará, principalmente os de segurança pública. Por que V. Ex^a não vem, agora, ao Presidente para dar um choque na segurança do Estado do Pará imediatamente? Imediatamente, Governadora!

Aliás, estou preocupado com essa amizade! Estou muito preocupado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou lhe dar o aparte Senador, com muita honra.

Mas eu estou muito preocupado, Mão Santa, porque há poucos dias, a revista **IstoÉ**, publicou na sua edição do dia 18 de março de 2007 comentário a respeito de uma fala do Presidente Lula:

VIDENTE LULA

Análise do Presidente Lula sobre os novos governadores...

Isso me preocupa Senador Flexa! Já por três vezes o Presidente da República erra o nome da nossa Governadora, que se diz amiga. Em vez de chamar de Carepa, chama de “Carapeta”. Por três vezes errou o nome da Governadora.

Agora diz o seguinte:

Análise do Presidente Lula sobre os novos governadores. Têm tudo para dar certo: José Serra (SP), Eduardo Campos (PE) e Roberto Arruda (DF). Não vão fazer feio: Sérgio Cabral (RJ), Aécio Neves (MG) e Cid Gomes (CE). Desastre anunciado...

Desastre anunciado! Não sou eu quem está dizendo, mas o Presidente da República, amigo da Governadora do Pará. Já vou concluir, Sr. Presidente. Não sou eu quem está dizendo, mas o Presidente da República:

Desastre anunciado: Ana Júlia Carepa (PA).

Aí fico preocupado. A Governadora do Pará sempre disse que iria resolver os problemas do Pará porque o Presidente da República era seu amigo. Preocupo-me ao ver a insegurança do povo do Pará.

Pois não, Senador Mão Santa. Com muito honra ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, V. Ex^a tem uma oratória vibrante. No entanto, outro dia vi aí, nessa mesma tribuna, com voz tranqüila, serena e de muita força moral, o Senador Renan Calheiros. S. Ex^a estava preocupado com Alagoas, com a criminalidade. S. Ex^a é uma autoridade moral porque foi um extraordinário Ministro da Justiça. Nos ajudou até a combater o crime organizado no Piauí e

nos outros Estados. Renan Calheiros advertia. Quero dizer ao Presidente Lula da Silva que o General Oregon, do México, dizia preferir a voz de um adversário como Mário Couto, que traz a verdade, a um aliado que nos traz ilusão, falsidade, mentira. É isso o que quero dizer. No Piauí, Presidente Renan, Teresina – o Cícero Lucena conhece, tem raízes lá, gostava – não dá mais para curtir. Fui agora, cheguei lá era meia-noite. A segurança, Senador Renan! Os agentes penitenciários fizeram greve. Fugiram 30 bandidos. A cidade está apavorada, ninguém sai de noite. Eu ficaria com o maior dos Senadores, Norberto Bobbio, vitalício da Itália, do Renascimento: o mínimo que tem que se exigir de um governo é a liberdade, a segurança, a vida e a propriedade. E o Governo apela para a mentira. Esse Mantega, infeliz de manteiga, que burla uma metodologia, e está aí o investimento, como V. Ex^a diz: diminuiu na segurança, na educação e na saúde. Esse é o caos que vivemos hoje. O Presidente Lula da Silva está se iludindo com adesão, adesão e adesão. E o povo, abandonado, diante da violência que ele não sabe enfrentar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro com muita honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre e amigo Senador Mário Couto, V. Ex^a traz à tribuna um assunto que é preocupação permanente hoje – diria – de todos os brasileiros e que é agravada no Estado do Pará. A então Senadora Ana Júlia Carepa fez aqui diversos discursos, na legislatura passada, cobrando do Governador Simão Jatene ações no sentido de diminuir a violência e combater os assassinatos no nosso Estado. Tive a oportunidade de me pronunciar a respeito disso, cobrando do Presidente Lula a transferência de recursos para o Estado do Pará. V. Ex^a agora traz esses números, que já tinham sido expostos, mas com um detalhe, Senador Mário Couto: o Presidente Lula dizia que não discriminava Estados brasileiros. E eu disse na tribuna que Sua Excelência discrimina sim, discrimina o Estado do Pará porque não manda os recursos para lá. E é importante verificar, Senador Mário Couto! Vamos fazer isso semana que vem. V. Ex^a diz que, no ano de 2006, o Governo Federal mandou R\$2 milhões para o Pará aplicar em segurança. Mas, quantos milhões de reais o Governo do Estado aplicou com recursos próprios? É distante a preocupação de um e de outro. Neste caso – V. Ex^a tem toda razão –, a Governadora Ana Júlia é aliada do Presidente Lula. Todos nós esperamos que o Pará seja abençoado, como foi o Piauí, de Mão Santa, que é também governado pelo PT, com recursos federais para todas as áreas, não só a de segurança, que é

o assunto que V. Ex^a traz à tribuna neste momento. Parabéns pelo pronunciamento. Vamos ficar atentos aqui para que a Governadora Ana Júlia cumpra suas promessas de campanha.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já terminei, Sr. Presidente.

Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É um prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador, em primeiro lugar, quero registrar que estamos no dia 22 de março, não faz nem três meses que a Senadora Ana Júlia está à frente do Governo do Pará, esse importante Estado brasileiro. Portanto, é bom termos um pouco de calma ao fazer cobranças, até porque S. Ex^a se elegeu Governadora para administrar um Estado à frente do qual esteve, durante três mandatos seguidos, um mesmo Partido, o PSDB. V. Ex^a veio à tribuna falar de segurança, e eu imaginava que iria pelo menos citar uma notícia que aparecesse com grande realce na imprensa. A propósito, lembro que todas as vezes em que a Senadora falou sobre morte, violência e tragédias no Estado do Pará, sempre ligou tudo isso à grilagem de terra, sempre, grilagem absurda de terra. Notícias relativamente fortes, até contundentes, dão conta de uma ordem judicial para reverter uma grilagem fantástica, astronômica, grilagem de uma área que envolve dois países. A principal TV de nosso País mostrou, no Estado do Pará, o desenho da fazenda em que houve grilagem de terra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já falei sobre isso aqui, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Falou?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Falei.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Gostaria que a esse tipo de notícia fosse dada toda a ênfase que V. Ex^a deu a diversas questões.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E falei com essa ênfase, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Trata-se de algo realmente muito relevante.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Falei sobre isso com toda ênfase com que sempre falo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Era só essa observação que eu tinha a fazer.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Foi uma honra ouvi-la, Senadora, e, com todo respeito, quero dizer a V. Ex^a que não estamos aqui criticando a Governadora. Ao contrário, estamos alertando a Governadora com números reais. V. Ex^a, por exemplo, acha que o combate a assassinatos pode esperar para amanhã? Seja no primeiro mês, no segundo ou no terceiro mês

de mandato, esta é a única coisa que não espera: é o respeito ao ser humano!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador, governaram durante doze anos e, nesse período, durante oito anos junto com o Governo Federal. Não houve violência e mortes? Foram tomadas as providências?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Permita-me completar o raciocínio, já que eu ouvi V. Ex^a.

Tenho comprovação de que a Governadora, muitas vezes, esteve no palanque em Belém do Pará dizendo: “Imediatamente” – e a palavra é essa, Senadora querida – “eu combaterei a violência no Estado do Pará!”.

Esse “imediatamente”, eu entendo assim: é logo. Não é no décimo mês, nem em dois anos, é logo. Vá ao Presidente Lula, peça dinheiro para isso, peça investimento.

Olhe, Senadora, eu não quero lhe causar constrangimento, mas veja: em 2006 foram R\$2 milhões. Meu Deus do Céu! V. Ex^a sabe de quanto foi o aumento na criminalidade na cidade de Belém de 2004 para 2005? Sabe qual foi o aumento de crimes na cidade de Belém? Quatrocentos e dezesseis. É muito alto esse número, é uma guerra civil. Isso não pode esperar para amanhã. Tem de ser logo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Desculpe-me interromper de novo, mas a segurança é responsabilidade dos governadores, a União complementa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não quero criticar a Governadora Carepa, eu quero é a solução para o aumento da criminalidade no meu Estado.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – A União complementa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É meu dever fazer essa cobrança.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Até dezembro, eram V. Ex^{as} que governavam o Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senadora, pode doer a quem doer, mas aqui vou defender o meu Estado. Pode doer a quem doer, posso até aborrecê-la, Senadora, mas aqui vou defender o meu Estado com unhas e dentes! Com unhas e dentes, porque o povo daquele Estado merece respeito, merece respeito de todos os políticos.

Eu não estou aqui criticando a Governadora não, Senadora. Estou aqui pedindo providências. Nós queremos providências. É isso o que quero.

Na hora em que for para elogiar a Governadora, estarei aqui com a mesma veemência, e V. Ex^a será testemunha disso. Farei elogios com a mesma veemência! Não mudarei um milímetro para elogiar e para criticar. Aqui não estou nem elogiando e nem criticando: estou pedindo. Ainda não estou criticando, Senadora, estou pedindo.

Se V. Ex^a me permite, concedo um aparte ao respeitado Senador, principalmente nessa matéria, porque a domina, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Quisera eu ter essa ênfase que V. Ex^a demonstra da tribuna e essa coragem de dar pancada na mesa! É motivo de entusiasmo para nós saber que cada representante, de cada um dos vinte e sete Estados, se preocupa com esse assunto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ninguém mais tem tranquilidade neste País. A Senadora tem razão, os governadores são responsáveis, e hoje estamos discutindo, Senador Renan, a possibilidade de cada governador fazer uma polícia do jeito que quiser. Com isso, neste momento de crise terrível em que a criminalidade não diminui, praticamente se desfaz a atual organização policial para fazer uma nova. Senador Renan Calheiros, conversava com o Vice-Presidente em exercício do STJ, que foi com V. Ex^a assinar o convênio, e S. Ex^a me dizia: “De que adianta aumentar a pena? De que adianta tipificar novos crimes, se Beira-Mar, Marcola e outros – lá em seu Estado deve haver uns dez privilegiados bandidos identificados – estão presos, condenados e estão comandando o crime fora da prisão?” Meu Deus do céu, tem de dar porrada mesmo! Desculpem a expressão, mas não podemos agüentar mais!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É isso mesmo.

Ao descer da tribuna, Sr. Presidente, esclareço que minha intenção, obviamente, não é criticar. Se eu quisesse criticar a Governadora, falaria de uma nota publicada pela *Folha de S. Paulo* segundo a qual a Governadora estaria contratando sua própria cabeleireira. Nem quero falar nesse assunto! Nem quero abordar esse assunto! Deus me livre! Não faço isso! Não vou falar disso! Se quisesse criticá-la, poderia falar sobre isso, mas não, não vou fazê-lo. Quando tiver de elogiá-la, vou elogiá-la, quando tiver de criticá-la, vou fazê-lo tranquilamente, e o farei a favor daquele povo que me trouxe para cá com 1,5 milhão de votos. Podem ter a certeza de que não mudarei nem um milímetro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua paciência.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Moraes. Em seguida, ao Senador José Agripino,

no, como Líder do PFL, e, depois, ao Senador Renato Casagrande e ao Senador Marcelo Crivella.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que ignore a minha inscrição, que me permitiria falar logo em seguida, já que a nossa intenção é apenas apresentar dois requerimentos à Casa, um deles de pesar.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Vereadores de Serra Branca, na Paraíba, o Sr. Geraldo Cantalice de Queiroz, ocorrido no último dia 21 de março, homem com muitos serviços prestados àquela cidade do Cariri paraibano.

O outro requerimento, Sr. Presidente, é para solicitar a realização de uma sessão especial, no plenário do Senado Federal, para homenagear o Grupo Bandeirantes, em especial a Rádio Bandeirantes, pelo transcurso dos 70 anos do início de suas atividades. Sem dúvida, justifica-se essa homenagem pela inequívoca importância da Rádio Bandeirantes na história dos meios de comunicação do Brasil.

São esses os requerimentos e espero o apoio dos Pares desta Casa para que sejam aprovados.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Serra Branca – PB Geraldo Cantalice de Queiroz, ocorrido em 21 de março de 2007.

Justificação

Registro nos Anais desta Casa o meu pesar pelo falecimento, ocorrido na última quarta-feira, do ex-Vereador Geraldo Cantalice de Queiroz, que cumpriu dois mandatos legislativos, nos períodos de 1977 a 1983 e de 1983 a 1988.

À sua querida terra natal prestou relevantes serviços, especialmente enquanto exerceu a presidência da Câmara Municipal, no biênio 1985/1986. Norteando sua atividade parlamentar com retidão, lisura e integridade, buscou constantemente a melhoria das condições de vida de seus concidadãos. Daí o porquê do reconhecimento popular durante as últimas homenagens a ele prestadas.

Filho exemplar, pai dedicado, deixa um legado de honradez, competência e orgulho para todos os seus familiares e para quem teve a satisfação de conhecê-lo.

Desta Tribuna, manifesto a toda a família de Geraldo Cantalice de Queiroz o meu fraterno abraço de profundo pesar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Sala das Sessões 22 de março de 2007. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Os requerimentos serão encaminhados na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, líder do PFL no Senado Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador José Agripino, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pena que o Senador Inácio Arruda não esteja no plenário neste momento mas, como já tive uma conversa com ele, estou autorizada a falar.

Teremos este ano o centenário do maravilhoso Oscar Niemeyer, e há dois requerimentos aguardando a abertura da pauta para que possamos apreciá-los e homenagear Oscar Niemeyer – um é de minha autoria e o outro é do Senador Inácio Arruda.

Acontece que Niemeyer não viaja de avião – todos nós sabemos disso –, e as condições de saúde dele não permitem que ele se desloque de carro do Rio de Janeiro até aqui. Então, nós gostaríamos, Presidente, em vez de realizarmos aqui no Senado a homenagem pelo centenário do Oscar Niemeyer, que nós pudéssemos constituir, com a aquiescência de V. Ex^a e de todos os Líderes, obviamente, uma comissão, uma comitiva, em nome do Senado, suprapartidária, e realizar, no Rio de Janeiro, essa homenagem.

Inclusive, o meu requerimento era para que fizéssemos essa homenagem com a proximidade do aniversário, agora, de Brasília, no dia 21. Eu acho até que nós poderíamos fazer o evento naquela obra maravilhosa em Niterói, que representa aquele disco voador, o Museu de Arte Contemporânea – o MAC.

Então, Sr. Presidente, faço esse apelo, apresento essa proposta e deixo-os aqui registrado. Na próxima reunião de Líderes, na semana que vem, talvez nem precisássemos votar o requerimento, por ser algo especial e diferente, que não uma sessão solene.

Mas tenho o entendimento de que nada melhor do que Brasília ir ao Oscar Niemeyer. Acho que seria uma homenagem muito simbólica e com muita força; seria a homenagem que esse grande cidadão brasileiro tem o direito de receber pela obra grandiosa e por estar completando cem anos, e que nós possamos realizá-la o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a pela iniciativa oportuníssima. Na próxima terça-feira, na reunião de Líderes, encaminharemos um formato, para que possamos, na prática, prestar esta homenagem justa, merecida e inadiável a Oscar Niemeyer.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Ideli Salvatti, feliz de Oscar Niemeyer, que não viaja de avião! Mas nós viajamos.

Sr. Presidente, vou hoje a Natal, porque, amanhã, na Federação das Indústrias, vai se estabelecer um debate em torno de uma obra infra-estruturante da maior magnitude no meu Estado, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Para esse debate, está convocada toda a Bancada de Senadores e de Deputados Federais do Rio Grande do Norte. Será de oito horas da manhã até a uma hora da tarde.

Feliz de Oscar Niemeyer, Senador Mão Santa, que é um homem tranqüilo, que está no Rio de Janeiro e que não se preocupa com o apagão diferentemente de nós, Senador César Borges. Eu estou com o voo marcado para as oito e quinze. Sei lá, Senador Flexa Ribeiro! Sei lá, Senador Mário Couto, se vou pegar este danado deste voo às oito e quinze! Da última vez, eu o peguei às onze da noite. Se eu me der por muito feliz, vou chegar a Natal lá para uma ou duas horas da manhã.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, temos de dar um basta nessas coisas que estão acontecendo no País e que estão inquietando todos aqueles, diferentemente de Niemeyer, que não viajam de avião.

Há os que viajam de avião por entretenimento, para tirar férias, para se divertir; há os que viajam de avião porque vão a negócios, a serviço das empresas em que trabalham, movimentando o País. As pessoas têm o direito de ir e vir, é um direito constitucional. As passagens de avião, no Brasil e no mundo, estão barateando, e é cada vez maior a quantidade de pessoas que têm acesso ao avião. É cada vez maior a quantidade de pessoas que vão a Natal, por exemplo, de avião, porque a passagem de avião, em algumas companhias, comprada com antecedência, tem o preço da passagem de ônibus. Não é mais privilégio de rico.

Não me venham com essa história de que o apagão está prejudicando só ricos. Não é nada disso, está

prejudicando o Brasil que se movimenta, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a vai a São Paulo toda semana, como eu vou a Natal quase toda semana. V. Ex^a está assistindo ao que estou assistindo. Nos aeroportos de Guarulhos e Congonhas, quantas vezes já vi troca de desaforo entre os pobres dos funcionários das companhias e os passageiros irritados com a falta de comunicação.

“Ah, não, mas isso foi uma vez só.” Senador Adelmir Santana, o pior que não é uma vez só. Esse assunto está espasmódico – de tempos em tempos, de tempos em tempos –, irritando o País inteiro, sem que se encontre a solução e sem que se identifique a raiz do problema. Onde é que está falhando? Quem é que está falhando? O que é que está acontecendo? E aí o cidadão brasileiro está se prejudicando.

Eu não sei a que horas vou chegar, Senador Mário Couto. Não sei. Espero chegar antes das oito horas da manhã. Sou diferente de Niemeyer, que não viaja de avião. Eu viajo de avião e V. Ex^a também. Tanta gente viaja de avião, tanta gente precisa deslocar-se de um canto a outro, a fim de resolver problemas ou para divertir-se nas férias, para viver.

Está agradável ver a briga das pessoas? Está bom ver o País irritar-se com a morosidade? Está bom assistir à irritação das pessoas pelo fato de o problema não ter solução e de os órgãos de governo responsáveis não estarem atuando e, de tempos em tempos, ocorrer a eclosão de uma crise nova?

Senador Mão Santa, a última, agora, é a Tam, a Gol e, depois, todas as outras ingressarem com ação contra o Governo Federal. Um pede, por enquanto, R\$40 milhões de indenização, outro pedirá, daqui a pouco, R\$70 milhões. E o Erário, a viúva, é quem vai pagar pela incompetência administrativa de quem não está sabendo resolver o caos aéreo do apagão.

Sr. Presidente, será que isso que acabei de citar e que qualquer brasileiro que vê televisão, ouve rádio e lê jornal está acompanhando há meses – semana sim, semana não, mês sim, mês não – não é um fato determinado para que se investigue a raiz do problema?

Senadores Adelmir Santana e Cícero Lucena, a Comissão Parlamentar de Inquérito não existe para ir, como um ferrinho de dentista, atrás só de corrupto. Existe para identificar problema que aflige a sociedade e apontar solução.

E para isso é que os políticos existem. Também para isso! Também para isso! E se nós não nos dispusermos a também fazer isso, nós estamos incompletos na nossa missão.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, meu Líder, V. Ex^a está descrevendo a situação tão bem que o aparte poderá atrapalhar a sua exposição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – De maneira nenhuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Apenas quero lembrar que a Amazônia era um ponto negro, que não havia nenhum controle de vôo sobre uma vasta região da Amazônia. Aí transferiram algumas torres do Cindacta para lá. Hoje, elas são obsoletas, têm dificuldade, por isso saem do ar. Porque aproveitaram equipamentos já usados. E, provavelmente, com a própria mudança, sofreram mais um desgaste. V. Ex^a fala sobre os confrontos, sobre os conflitos que trazem amargura para todo mundo que vê televisão. Ainda esta semana, não sei se fiquei revoltado ou com pena de um passageiro. Ele não conseguiu voar na hora certa. Ele tinha alguns negócios para fazer no seu destino. Então, perdeu o vôo. Quis trocar por um outro vôo, para seguir viagem, e teve que pagar multa por mudança de horário. Em vez de receber indenização, ele teve que pagar multa pela mudança de horário. Pelo amor de Deus! Não dá mais! É uma coisa tão terrível que seria inaceitável se fosse uma coisa racional. Para mim, é irracional o que está acontecendo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Romeu Tuma, viajar, hoje, de avião, está-se transformando em inferno astral. Antigamente, viajar de avião era um ato de rotina: vou a Porto Alegre, vou a Natal, vou ao Rio de Janeiro! Você sabia que havia aquela escala de vôo, você pegava o avião, transportava-se e chegava. Agora é uma aventura! Está-se transformando espasmodicamente em aventura! O que V. Ex^a coloca, ou seja, o incômodo das pessoas é um sentimento generalizado no Brasil inteiro, nos aeroportos inteiros, com mais intensidade ou com menos intensidade.

E aí? É Cindacta? É controlador de vôo? É infraestrutura aeroportuária deficiente? O que é que há? O que está havendo? Onde está a Anac? Onde estão os meios para se atuar na solução do problema? Onde está o problema? Ninguém me diz! Ninguém me diz! Senador César Borges, Senador César Borges, ninguém nos diz! E aí? Vamos ficar aqui a dar desculpas ou vamos tomar iniciativa?

Ouçó com muito prazer o Senador César Borges; em seguida, o Senador Mão Santa.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É necessário, é imprescindível, Senador José Agripino, tomar-se uma providência. Creio que nós aqui no Parlamento temos de tomar essa providência. O Governo efetivamente não deseja, mas nós temos de tomá-la. E, para reforçar o discurso de V. Ex^a, gostaria de lhe dizer que, hoje, na Bahia, o principal jornal *A Tarde* dizia o seguinte:

“Aumenta a tensão entre controladores”. “Ambiente hostil no trabalho”. “Prisão e afastamento de controlador de voo causam apreensão entre profissionais do setor”. E afirmam: “Passageiros correm risco”.

Imagine V. Ex^a, que viaja com sua família, com sua esposa, seu filho! Eu vou a Salvador. Corremos risco de vida, porque está sob regime de prisão administrativa um controlador de voo – e isso foi no sábado – por insubordinação e há o afastamento de outro porque fez crítica no relatório por não ter condições de efetivar o seu trabalho com a responsabilidade de vida de um cargo tão importante que controla vidas humanas. Agora, o Governo não quer que se apure e que se faça absolutamente nada. Vamos fazer o nosso dever aqui, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador César Borges, se o Governo estivesse tomando iniciativas, se o Governo estivesse adotando providências, se o Governo estivesse apontando causas reais, se estivesse alocando recursos, se estivesse mostrando que estava fazendo o dever de casa, eu não estaria aqui desta tribuna. Ah, não estaria. Senador Adelmir, eu estaria sentadinho ao lado de V. Ex^a. Para falar desse assunto, eu não estaria aqui.

A nossa obrigação é interpretar o sentimento da sociedade. Se alguém não cumpre o seu dever, nós temos que cumprir o nosso. “Ah, não há o que fazer”. Há, sim. O quê? Uma comissão parlamentar de inquérito para investigar. Investigar a roubalheira? Não. Se alguém, no curso do depoimento falar sob desvio de dinheiro, se investiga. Mas o objetivo dessa comissão parlamentar de inquérito, como as tantas que foram feitas, é investigar o assunto, é encontrar a causa do problema e apontar soluções. Estourar a bolsa, sarjar o tumor. Já que o Governo que é o responsável não o faz, nós temos que fazer.

Agora, a Câmara dos Deputados, ontem, pela sua maioria, desrespeitou a minoria e negou a instalação da comissão parlamentar de inquérito que alguns Deputados propuseram para investigar o apagão. Muito bem. O Supremo Tribunal Federal é a instância que vai se manifestar a seguir, Senador Mão Santa. Acho que devemos esperar a manifestação do Supremo Tribunal Federal com relação à questão que a Câmara colocou, com as suas nuances: qual é o fato determinado do requerimento, o que é que está em julgamento pelo Supremo.

E, nós, dependendo do resultado do Supremo Tribunal Federal, poderemos tomar providências. À luz das evidências que acabei de expor, só uma criança de dois anos de idade não veria que há um fato determinadíssimo que justifica uma investigação a bem do interesse coletivo. Não precisa ser nenhum luminar. Não precisa ser nenhum luminar para entender que há um problema, um fato determinado que obriga a

classe política a cumprir o seu dever – e se alguns não estão cumprindo, os que querem cumprir têm o direito de cumprir. Creio, portanto, que se o Supremo, com as nuances da Câmara, não se manifestar favorável, temos que tomar uma iniciativa cá pelo Senado.

Ouçó com prazer o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, é certo que Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a está na Oposição, Renan está na Presidência. Imagino que, se V. Ex^a tivesse vencido, não haveria Oposição. Que vergonha este País! Rui Barbosa está lá em cima porque foi Oposição. Idem Joaquim Nabuco. Olha que o que ele perdeu foi a reeleição, porque, dez anos antes, em 1779, ele defendia os escravos e foi coroado e reconhecido em Londres, Paris, Lisboa – na Europa, que não aceitava escravo. E V. Ex^a está cumprindo esse papel, essa grandeza da Oposição em uma democracia. Mas eu queria dar uma colaboração, para que o Brasil sinta a justeza da sua argumentação. Nós vamos sair de avião para trem. Na Europa eu ando de trem. O Roberto Jefferson, no livro dele, dizia que, quando se mudava de partido, ganhava um milhão e tinha o mensalão (quarenta mil). Eu não tenho. Então, na Europa, eu ando de trem com a Dona Adalgisa. E ando de noite para economizar, viu Senador José Agripino? A gente chega às 11 horas da noite, amanhece, ganha uma diária no hotel. Eu vou para o vagão tranquilo, faço amizade. Mas olho cada chegada das madrugadas: ou Londres ou Paris ou Madrid. Olho o relógio, só para ver, porque, quando entramos no trem, se eles dizem que o trem vai chegar às 5:55, é exato. Se dizem que vai chegar às 6 horas, eu olho. Eu nunca vi falhar um trem na Europa. Isso é civilização, isso é respeito à cidadania, isso é ordem e progresso, que estão riscando da nossa bandeira, e V. Ex^a está tentando avivar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa, obrigado pela colaboração que dá com o seu aparte à minha modestíssima manifestação.

Senador Garibaldi Alves Filho, vamos tentar chegar a Natal. Rosalba já se foi. Temos um compromisso amanhã na Fiern, para debater sobre o Aeroporto de São Gonçalo. Sei lá se vamos chegar lá. Estou falando aqui sobre o apagão aéreo, do qual todos nós, o Senador Garibaldi Alves Filho, o Senador Renan Calheiros, somos vítimas.

Vamos tentar pegar o avião às 8h e 15 minutos da noite. Sei lá se ele sairá às 9 horas e 15 minutos, às 10 horas, às 11 horas, a meia-noite, à 1 hora da manhã. E não nos dão nenhuma justificativa maior.

Não dá para continuar, não. Não dá para continuar como está, Senador Adelmir Santana, não dá. E temos de fazer alguma coisa, porque o Governo não

está fazendo. O Governo não está fazendo. Faça! Que eu desisto da minha intenção de pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se não fizer, aguardado o resultado do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, ouvido o relator do Tribunal de Contas da União, que vem à Comissão de Infra-Estrutura falar sobre fatos da Infraero, não nos restará alternativa, Senador Efraim, não nos restará alternativa senão coletar assinaturas, para, em nome do direito das minorias que querem preservar um direito da sociedade, propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de, sem perseguição, buscar a investigação, Senador Mário Couto, de um fato que está infernizando a vida do brasileiro, de norte a sul, de leste a oeste: o caos do apagão aéreo.

Ouçó com prazer o Senador Efraim Moraes, só para encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador José Agripino, meu Líder, quem acompanhou ontem a sessão da Câmara dos Deputados a partir da Comissão de Constituição e Justiça, viu um espetáculo deprimente por parte da base aliada do Governo. Tudo foi bem claro: existe uma caixa preta no que diz respeito ao apagão, à Infraero. E houve a mobilização do Governo – Ministros na Casa, todos presentes – para que se derrotasse um requerimento que tem a finalidade exatamente de apurar o que está acontecendo. Não é contra ninguém, mas é em nome e em defesa do povo brasileiro. V. Ex^a tem razão. Acho que devemos esperar. Tenho convicção de que o Supremo vai, da mesma forma que fez com a CPI dos Bingos, determinar que o Presidente da Câmara dos Deputados instale a CPI do Apagão. É claro que tenho certeza de que o quadro aqui no Senado é bem diferente. Não tenho a menor dúvida. Vamos aguardar. Senão, Senador José Agripino, só temos um caminho: colher as assinaturas e fazer a CPI aqui no Senado Federal.

O Sr. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Até porque, Senador Efraim, fato determinado é o que estou procurando esclarecer. Mais evidente do que o inferno em que se transformaram os aeroportos do Brasil se isso não é um fato que se peça ou que se ouça ou que se veja, o que pode ser fato determinado? Ouçó com prazer o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, o Senador Cícero Lucena.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a, como todos os brasileiros usuários do transporte aéreo, sente-se inseguro não só com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos para os locais de deslocamento, como também pela falta de segurança do controle aéreo. E o tráfego aéreo scandaliza a Nação brasileira. O conceituado jornalista Alexandre Garcia fez um comentário ontem ou anteontem no Bom Dia Brasil em que ele dizia que não dá para entender

essa questão da CPI ou da caixa-preta do apagão e da Infraero. O que tanto a oposição quer saber e o que tanto o governo quer esconder? E é exatamente isso. Este governo do PT, que se dizia o defensor intransigente da instalação das CPIs em épocas passadas, hoje obstaculiza a CPI de forma aberta, como fez na Câmara Federal. Lamentavelmente, a forma de tratar politicamente a Câmara dá ao Presidente Lula a maioria que deu votação de conforto para não aceitar a CPI. Só que aqui no Senado é diferente. Vamos aguardar. Eu tenho certeza absoluta de que o STF vai mandar instalar, porque tem objeto definido o pedido da CPI. Se não ocorrer, como foi dito aqui pelo Senador Efraim, Senador Arthur Virgílio e o PFL, vamos também propor a instalação da CPI do Apagão e da Infraero aqui no Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a, porque estão todos os brasileiros preocupados. V. Ex^a vai para Natal, e nós estamos nos deslocando para Belém. Quer dizer, todo o deslocamento é como V. Ex^a diz: temos hora prevista de embarque e hora imprevista de chegada. Não sabemos a que horas vamos chegar aos destinos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Ex^a coloca com muita propriedade Senador Flexa: o que danado quer a Oposição de esclarecer e o que danado quer o Governo esconder? A CPI é quem vai dizer! O que nós queremos, claramente, o que eu quero é encontrar as razões do caos nos aeroportos, dos atrasos nos vôos, da confusão entre pessoas, das ações das companhias contra o Erário pedindo ressarcimento de despesas que não deveriam estar ocorrendo. É isso que eu quero. Agora, o que é que o Governo teme? Prática de corrupção? Não sei! Se, no curso das investigações, alguma denúncia do Senador Mário Couto for feita, é nossa obrigação investigar, mas, de minha parte, não me move nenhuma intenção, nenhum *animus* investigador de corrupção esteja ela onde estiver. Agora, se ela existir, claro que ela será investigada.

Ouçó com prazer, para encerrar, o Senador Cícero Lucena com muita honra.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador José Agripino, tanto V. Ex^a quanto os demais companheiros estão falando não apenas como Senadores, mas como cidadãos brasileiros. Somos vítimas, como milhões de outros brasileiros, desse processo de apagão aéreo que, injustificadamente, continua acontecendo. É o digo com muita preocupação: quem frequenta os aeroportos do País vê o comportamento pacífico e ordeiro dos brasileiros sofrendo um abuso. É um total desrespeito, inclusive na questão das informações. Confiante no Supremo Tribunal Federal, quero fazer um alerta sobre algo a respeito do qual nada ouvi até o presente. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, que conhece tão bem a questão, sabe do fator econômico,

do prejuízo econômico que isso representa. Em particular, em um setor que conhecemos muito bem: o turismo, mas particularmente o turismo no Nordeste. Esse foi e continua sendo sacrificado. Trata-se de um dos setores nos quais apostamos para o desenvolvimento daquela Região. É lamentável que, além do desconforto, do desrespeito, também estejam provocando um prejuízo econômico.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Falei, sim, Senador Cícero Lucena.

Muito obrigado pelo seu pronunciamento, pelo seu aparte. Referi-me aos prejuízos decorrentes da impossibilidade de as pessoas irem e virem. As pessoas se movimentam a serviço de suas empresas, a negócio, vão por entretenimento, por turismo. A nação está sendo retardada, freada. O direito de ir e vir está sendo tolhido ou castrado.

Na verdade, é isso. Como o Brasil é constituído por uma população ordeira, mas que não se pode confundir com população resignada, a explosão ainda não aconteceu em limites intoleráveis nos aeroportos. Antes que isso aconteça... Porque é um caos em cima do outro, nunca acaba, Senador Flexa Ribeiro! Pensamos que está tudo resolvido, passa uma semana de regularidade e, de repente, começa tudo de novo. Isso vai explodir! Vai haver troca de tapa em aeroporto. E tapa pode evoluir para outras coisas! Antes que seja tarde, vamos investigar.

O Tribunal de Contas da União vem trazer alguns subsídios. Se não houver solução pela Câmara, vamos elaborar um requerimento bem-feito, com fato determinado ou com objeto definido, claríssimo. Não se quer aqui levar ninguém ao Pelourinho, não se quer aqui pré-condenar ninguém. Longe de mim! O que se quer é prestar um serviço à sociedade. E disso não abrimos mão. E o meu Partido tomará essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Adelmir Santana para uma questão de ordem, com a aquiescência do Senador Renato Casagrande.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 199 do Regimento Interno da Casa, uma sessão especial para o próximo dia 19 de abril, quando teríamos a oportunidade de homenagear os 47 anos de fundação de Brasília.

Seria uma boa oportunidade também para homenagearmos Oscar Niemeyer, uma vez que ele tem dificuldades de locomoção e em razão da idade – 100

anos. Faríamos uma sessão em homenagem aos 47 anos de Brasília e, naturalmente, ela não se dissociaria da homenagem aos 100 anos de Oscar Niemeyer.

Brasília, por ser Patrimônio Cultural da Humanidade, merece que estudemos isso. Embora saibamos que há uma série de requerimentos de sessões de homenagem para esses dias, Brasília merece a atenção desta Casa.

Vou providenciar as assinaturas e requerer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa dará o encaminhamento regimental ao requerimento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço se eu puder ter a palavra, pela ordem, logo em seguida ao pronunciamento do Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero registrar aqui pronunciamento sobre o Dia Mundial da Água, que hoje comemoramos. Temos temas muito importantes sendo debatidos nesta Casa, mas, pela situação dos recursos hídricos hoje no nosso País e no mundo, eu não queria deixar passar em branco esse dia, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Dia Mundial da Água foi instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1992. Havia no gesto um alerta da comunidade internacional, demonstração clara da necessidade de mobilização mundial pela preservação desse bem natural, que hoje sabemos que é finito. Antigamente, entendíamos que o uso da água poderia ser feito de qualquer forma, que não teríamos dificuldades nesse recurso natural, imprescindível à sobrevivência de todas as espécies vivas.

Este ano, a ONU escolheu o tema “Lidando com a escassez de água”. Segundo o órgão, mantidas as tendências atuais, quando chegar o ano de 2050, mais de 45% da população do mundo não contará com a quantidade mínima de água para o consumo diário.

A escassez de água é uma realidade em diversos pontos do Planeta; não é um problema do futuro. É um problema de agora. Quem vive no semi-árido brasileiro sabe disso. Quem vive até em locais onde há muita água, mas ela não chega com qualidade, está poluída, também sabe disso.

Ainda de acordo com as Nações Unidas, cerca de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável. Nos

Países em desenvolvimento, o problema está relacionado a 80% das mortes e enfermidades, especialmente em crianças. Uma das maiores causas da mortalidade infantil é a água contaminada, a falta de saneamento básico.

O Brasil é rico em água. Tem 12% das águas doces do mundo, mas enfrenta problemas na disponibilidade desses recursos. O relatório GEO Brasil Recursos Hídricos afirma que enfrentamos enormes discrepâncias em relação à distribuição geográfica e populacional da água em nosso País. A Região Hidrográfica Amazônica abriga 74% da disponibilidade de água e só tem residindo lá 5% da população brasileira.

Convivemos também com problemas de escassez em algumas localidades em decorrência da poluição dos rios e nascentes que acarretam deficiências nos sistemas de coleta de esgoto.

Para se ter uma idéia, 46% dos domicílios brasileiros não contam com serviço de coleta de esgoto – não é sequer de tratamento, e sim coleta. Por isso é fundamental a ação do PAC, que tem o objetivo de fazer um investimento grande nas áreas de saneamento e urbanização.

As regiões protegidas – Paraná e Atlântico-Sudeste – não alcançam índice de 70% de coleta de esgoto. No outro extremo, a região do Parnaíba conta com somente 4% de coleta de esgoto. As diferenças regionais ainda são muito grandes. O Nordeste brasileiro é uma região que precisa ter um apoio diferenciado da administração pública em diversos setores. Há o investimento em coleta de esgoto, em saneamento; na água, na coleta e no tratamento. Trata-se de um investimento necessário em todas as regiões, mas especialmente no Nordeste brasileiro, para que possamos reduzir o índice de mortalidade infantil.

Para enfrentar o grande desafio da gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos, o Brasil começa a estabelecer novo modelo de gerenciamento compartilhado entre os diferentes níveis do Poder Público, usuários e a sociedade civil, todos representados no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Lei nº 9.433, de 1997, aprovada por esta Casa – depois diversos Estados aprovaram leis estaduais –, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, consagrou em seus dispositivos a gestão integrada e descentralizada por meio dos comitês de bacias. Estabeleceu o planejamento dos usos das águas, tomando como unidade territorial a bacia hidrográfica e tornou compulsória a cobrança, pelo uso dos recursos hídricos, de todos os usuários sujeitos à outorga. Essa é a melhor unidade de planejamento porque envolve ações independentemente da divisa de um Município ou de um Estado.

Esse instrumento legal possibilitou, a um só tempo, a aplicação, na área de recursos hídricos, dos chamados

instrumentos de comando e controle – no caso representados pela outorga de direitos de uso e a caracterização de infrações e penalidades aplicáveis por intermédio da sua fiscalização – e, também, do moderno instrumento econômico preconizado pela cobrança.

A legislação tornou indissociáveis e aplicáveis os princípios do usuário-pagador – quem usa paga; quem usa mais paga mais – e do poluidor-pagador – quem polui precisa pagar mais do que quem não polui. Isso deve ser ocorrer em todas as atividades da proteção e do desenvolvimento sustentável, colocando o País na vanguarda da proteção dos recursos hídricos.

Podemos avançar na incorporação de mais um princípio fundamental da moderna gestão de recursos ambientais e que vem se firmando no dia-a-dia das práticas e valorização dos serviços ambientais, decorrentes de boas práticas adotadas no contexto das propriedades rurais, ou seja, a noção do produtor-recebedor.

Hoje, muitos produtores têm um trabalho de preservação, conservação, boas práticas culturais, preservação dos solos, manutenção da floresta. Dão, além da reserva legal, uma contribuição ainda maior. Mas há produtor que não tem. Os que têm acabam não sendo motivados a ter, porque não recebem nada em troca pela ação de proteção e de produção de água.

Por isso, apresentei a esta Casa, nesta quinta-feira, projeto de lei procurando aperfeiçoar a Lei nº 9.433, de 1997, estabelecendo que o produtor rural que adota na sua atividade princípios, métodos e técnicas que resultam na diminuição de sedimentos, na redução de contaminações e de resíduos que fatalmente seriam carreados para os corpos hídricos possam ser credores da bacia hidrográfica e, portanto, merecedores de reconhecimento e retribuição pelos serviços ambientais. São os produtores de água. São aqueles que dão a sua contribuição efetiva à proteção do ecossistema onde estão trabalhando, atuando.

É o reconhecimento dos esforços daqueles que se enquadram nos princípios da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, que estabeleceu a Agenda 21, e se comprometeram com o desenvolvimento sustentado local e globalmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este tema vai estar presente no Parlamento e na sociedade nos próximos anos. Este dia simbólico serve para que possamos fazer este registro. O Parlamento tem dado demonstrações de maturidade na condução, na gestão, no estabelecimento de instrumentos para que possamos aperfeiçoar a gestão dos recursos hídricos. Agora mesmo estamos agindo com relação ao tema do aquecimento global. Então, temos muito a fazer em prol do desenvolvimento sustentado. Para isso, tem que haver

compatibilidade econômica e ambiental. As duas coisas podem e devem andar juntas, e o nosso Congresso, o Senado da República, tem essa tarefa.

Para terminar, além deste pronunciamento, quero fazer o registro de um belo artigo publicado hoje na **Folha de S.Paulo**, do João Bosco Senra, sob o título: "O espírito das águas é o espírito da terra". Um belo

documento que quero registrar para a história desta Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O espírito das águas é o espírito da Terra

JOÃO BOSCO SENRA

O Brasil, país que abriga 12% da reserva de água potável, tem dado exemplos mundiais para o uso mais racional das águas

"As águas para mim são sublimes. São o "espírito da Terra". Eu comparo a terra com o corpo humano. O que o corpo humano possui? Ele tem as pequenas veias que vão alimentando o coração. Como as águas fazem? Têm as pequenas vertentes que vão para os igarapés. São as veias da Terra."

(Florêncio de Carvalho)

DURANTE toda esta Semana Mundial da Água, mais de cem eventos em todo o país debatem o tema dos recursos hídricos, seus múltiplos usos e as formas de sua gestão. No Brasil, particularmente neste início de século, quando a questão ambiental ganha contornos antes inimagináveis, o debate sobre esse recurso fundamental à vida se ampliou no movimento social, na área econômica e, em particular, nas agendas governamentais.

As recomendações da ONU estabelecidas nas Metas do Milênio, a participação e a cooperação das comunidades para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos acordos dos quais o Brasil participa, a exemplo das convenções mundiais da biodiversidade, do clima e de combate à desertificação, têm significativas interações com os recursos hídricos.

São compromissos que ganham magnitude quando vêm a público as preocupações recentemente divulgadas pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) em seu quarto relatório. O texto confirma as alterações climáticas em curso e de longo prazo, em escala continental e regional, as mudanças na temperatura e no gelo do Ártico, no volume de precipitação das águas, na salinidade do oceano, no comportamento das massas de ar e nos eventos climáticos críticos (como secas, tempestades, ondas de calor e ciclones tropicais).

A conclusão dos pesquisadores é que há 90% de probabilidade de as mudanças climáticas estarem sendo provocadas pela ação humana. Ora, se a sociedade desencadeou esse processo, cabe a ela a responsabilidade no direcionamento de novos rumos para a sustentabilidade do planeta.

No panorama mundial, a gestão democrática e sustentável dos recursos hídricos se coloca como questão crucial para

todas as nações. Estima-se que a população global deverá atingir 8,1 bilhões até 2030 e que a necessidade de alimento no mundo deverá crescer 55% em comparação a 1998. Ao mesmo tempo, o mundo precisará de mais água para saneamento básico, produção de energia e atividades industriais e urbanas. O Brasil, país que abriga 12% da reserva de água potável, ou quase 18% se levada em conta parte das origens das águas amazônicas em seu território, tem dado exemplos mundiais para o uso mais racional das águas. Um deles foi a instituição, há dez anos, da lei nº 9.433, conhecida como Lei das Águas, que criou a política e o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Em 2006, em cumprimento à lei e após dois anos e meio de construção participativa, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou, por unanimidade, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, ou Plano de Águas do Brasil, que prevê gestões e diretrizes para o uso múltiplo desse recurso até 2020. Do diálogo relativo à gestão, nasceram programas como o Água Doce, que, por meio de dessalinizadores, aproveita as águas subterrâneas salobras e salinas para consumo humano. Merece destaque a ação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, hoje modelo de ação no país e para vários países que enfrentam problemas semelhantes. Com o Programa de Despoluição de Bacias, a União estimula o pagamento por esgoto tratado a prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos. O Programa de Revitalização de Bacias, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com mais 14 ministérios, prevê a utilização de R\$ 1,6 bilhão do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para os próximos quatro anos. No árduo caminho a percorrer, essas ações procuram mitigar ou contribuir na solução de problemas seculares geralmente provocados por políticas de desenvolvimento equivocadas, hoje, finalmente, em reavaliação. Para avançar mais rapidamente, bastariam a reflexão e a mudança de comportamento apreendidas na sabedoria de mestre Florêncio. Para continuarem vivos, o espírito da Terra e o nosso dependem apenas da transformação das atitudes de todos nós.

JOÃO BOSCO SENRA, 49, engenheiro, é secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Foi secretário de Meio

Ambiente de Belo Horizonte (1993-96).

Texto Anterior: **TENDENCIAS/DEBATES**

Frederico Vasconcelos: Coisas que não ficam bem

Próximo Texto: Painel do Leitor

Índice

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, queria seguir a ordem de inscrição.

Está inscrito o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, pela ordem de inscrição, sou o próximo inscrito, depois do Senador Mário Couto, pela ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência informa que estavam sendo intercalados oradores de uma e de outra relação, cujos pedidos ocorreram aqui em plenário.

Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Darei a palavra, pela ordem, aos Senadores Eduardo Suplicy e Garibaldi Alves Filho. Está certo assim?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder do PSDB.

Antes disso, anuncio que na próxima semana farei um pronunciamento abordando algo de muito escandaloso que se passa na área da Susep, o chamado Papa-Tudo do Sr. Arthur Falk.

É apenas um anúncio que faço à Casa, porque virei à tribuna na próxima terça-feira para tratar desse assunto.

Por ora, solicito a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa inscreverá V. Ex^a como Líder do PSDB. Senador Eduardo Suplicy, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, eu havia informado a V. Ex^a que iria, na Semana Santa, para o Iraque, aceitando o convite do Conselho de Representantes do Iraque.

Recebi a visita, por mais de uma hora, do Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, inclusive com a recomendação pessoal que me foi feita pelo Ministro Celso Amorim, considerando que – ainda que eles estivessem me dando todo o apoio à viagem, determinando ao Embaixador Bernardo Brito, do Brasil, que se encontra em Amã, para acompanhar-me – seria um risco extraordinário, tanto para a minha segurança como para a do próprio Embaixador Bernardo Brito e de outras pessoas que estivessem ali, e pedi-me se eu poderia adiar a decisão de ir ao Iraque, para que pudesse fazê-lo em uma ocasião de maior segurança. E eu considero muito essa opinião que me foi dada, inclusive essa recomendação, como advinda de amigos meus, o que acredito sejam tanto Celso Amorim quanto Samuel Pinheiro Guimarães.

Sr. Presidente, havia sido dito pelo Embaixador do Iraque e pelo Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Iraque – que tanto tem insistido em que eu vá – que lá na área chamada Verde haveria total segurança.

Hoje, entretanto, Sr. Presidente, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, dava uma entrevista coletiva, ao lado do Primeiro-Ministro Nouri al-Maliki, na Área Verde, no escritório do Primeiro-Ministro – e falavam das condições de maior segurança que agora estariam ocorrendo

na Área Verde – quando um foguete caiu a cinquenta metros de ambos, provocando o maior susto. Por pouco, não foram feridos – felizmente, não o foram.

De tal maneira, Sr. Presidente, considero prudente seguir a recomendação do Ministro Celso Amorim e de Samuel Pinheiro Guimarães, que informaram que considerariam que haveria um problema muito sério para o Governo, se porventura ocorresse seja um seqüestro, seja uma bomba, seja outro problema.

Assim, Sr. Presidente, informo que aceito o convite, mas para a oportunidade em que maior segurança e maior tranquilidade possam ser dadas a esta missão. Aceito o convite, porque avalio como fundamental levar ao Iraque a proposta, na qual tanto acredito, de se prover a garantia de uma renda básica incondicional a todos os iraquianos, inclusive como uma proposta para promover a democratização e a pacificação do Iraque o quanto antes.

Era essa, portanto, a comunicação que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, agradecendo a sua aquiescência à possibilidade de eu estar representando o Senado Federal no Iraque.

Completando, Sr. Presidente, eu gostaria de informar que, como não poderei estar presente, por compromisso assumido anteriormente, amanhã, na posse da Ministra Marta Suplicy, estou encaminhando a ela uma carta desejando o melhor êxito possível e dizendo por que a considero extremamente qualificada por ter sido escolhida, e muito bem escolhida, pelo Presidente Lula para exercer o Ministério do Turismo, substituindo o bom trabalho – e a ele dando continuidade – do Ministro Walfrido dos Mares Guia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também venho falar sobre o Dia Mundial da Água.

Nunca foi tão importante debater sobre esse bem essencial à existência, sobre o acesso a ele e o seu consumo. O assunto se insere também na problemática do aquecimento global, que adquiriu proporções até antes inimagináveis, pois ameaça o futuro de várias espécies e poderá tornar várias regiões do planeta inabitáveis. Vários anos de negligência, principalmente das nações mais desenvolvidas, nos levaram a essa realidade.

O Senado Federal está atento a esta situação e, oportunamente, já criou duas Subcomissões Permanentes: a de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador

Fernando Collor; e a de Aquecimento Global, presidida pelo Senador Renato Casagrande.

Sr. Presidente, o Senado tem uma grande contribuição a prestar no sentido de dotar o nosso País de instrumentos capazes de preparar-nos para os graves efeitos do aquecimento já inevitável. Como o tema é muito complexo, quero deter-me à gestão da água, ao seu acesso e à constatação de que o melhor uso e democratização da água podem amenizar os efeitos do aquecimento.

Quando se fala, Sr^{as} e Srs. Senadores, em aumento de temperatura e em oferta de água, a situação é verdadeiramente dramática para o semi-árido nordestino, principalmente no que toca ao consumo humano. O Nordeste possui o semi-árido mais populoso do planeta e um quadro hídrico insuficiente para atender à sua população, mesmo diante dos investimentos realizados ao longo dos anos pelos Governos Federais e dos Estados, nos quais o semi-árido se situa.

Estudiosos e cientistas apontam como uma das principais causas desse mega efeito estufa o prejuízo no abastecimento de água para o consumo humano, comprometendo assim várias regiões da Terra e as suas populações, o que provocará forte movimento migratório. Imaginem, então, V. Ex^{as}, um movimento migratório de grande proporção no Brasil de graves desigualdades socioeconômicas e regionais.

Regiões arborizadas e com grandes concentrações de água sofrerão com longos períodos de estiagem, provocando a morte de árvores e a secagem de grandes concentrações de água, o que transformará determinadas regiões em verdadeiros desertos. E algumas regiões do nosso semi-árido se encontram em processo de desertificação.

Sr. Presidente, torna-se imprescindível democratizar o acesso à água entre as regiões. Levar a água de onde tem para onde não tem e realmente integrar o grande manancial hídrico que o Brasil possui. Como já foi dito hoje aqui, 14% da água doce disponível para consumo no planeta está no Brasil.

O problema é grave. Pesquisadores do Inpe, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, divulgaram, no início do mês, um estudo baseado em séries de monitoração do clima cujos dados foram convertidos em equações que projetaram as prováveis modificações climáticas até 2100. De acordo com os resultados obtidos, ao longo do século, a temperatura média do País pode crescer em até 4 graus, o que causará prejuízos para as culturas produtivas, como agricultura e pecuária, além de prejudicar a biodiversidade nas regiões brasileiras.

No caso do aumento do volume de água no oceano, a tendência natural é que o mar avance 40 centímetros a cada século. Mas, com o efeito estufa, esse nível poderá aumentar para 50 centímetros, o que colocará em risco

cerca de 42 milhões de brasileiros que vivem ao longo do litoral. Ficaríamos, então, numa situação extremamente difícil no Nordeste, espremidos entre as ameaças de inundação do litoral e o processo de desertificação do semi-árido com o comprometimento na oferta de água.

Para não ficarmos circunscritos à realidade nordestina, até porque o problema atinge a todos, sem exceção, na Amazônia Legal o aumento da temperatura será ainda maior, podendo chegar a até 8 graus. Sem dúvida, uma projeção assustadora para a região onde vive boa parte das espécies biológicas do mundo.

No meu Estado, pesquisadores alertam que o aumento gradativo do fenômeno poderá alterar o nível de mananciais como rios e açudes, o que comprometerá o abastecimento tanto para irrigação quanto para consumo humano. Segundo o professor Elias Nunes, ambientalista e chefe do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o clima do nosso Estado, que conta com três mil horas de sol por ano e uma temperatura média de 32 graus, é bastante vulnerável aos efeitos do aquecimento global tanto no litoral, por causa do avanço do mar, quanto no interior, por causa do aumento da aridez. Ressalte-se que 90% do território potiguar encontra-se no semi-árido. Com um acréscimo de 4 graus, a vulnerabilidade se acentuará.

Até agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho apenas, no bom sentido, advertido V. Ex^{as} e a população com essas informações. No entanto, não podemos ficar de mãos atadas diante de uma realidade como essa, principalmente nós nordestinos, acostumados à adversidade, como constatarem vários estudiosos e escritores.

Sr. Presidente, três providências básicas se tornam indispensáveis: evitar o desperdício, despoluir nossos mananciais e distribuir democraticamente a água. Nesse contexto, não existe mais espaço para a divisão entre os Estados nordestinos em torno da transposição de bacias do rio São Francisco. Saliento que defendo esse projeto para ser coerente com a minha história de vida, uma vez que, como Governador, marcamos o nosso Governo com uma obra hídrica que levou água a mais de um milhão de pessoas.

Nossas barragens, nossos açudes e nossos mananciais sofrerão de forma sensível as consequências do aquecimento global. As soluções pontuais – cisternas, poços tubulares e dessalinizadores – são importantes, mas insuficientes. Se temos hoje uma temperatura média no semi-árido do Rio Grande do Norte de 32 graus Celsius, imaginem como será com um acréscimo de 4 graus.

Sr. Presidente, outra questão importantíssima é a do destino e tratamento do esgoto, que já foi ventilada aqui pelo Senador Renato Casagrande. O investimento

em saneamento se traduz em mais saúde, como também em uma maior preservação do meio ambiente.

Peço assim a compreensão e a união de todos para que não transformemos as nossas diferenças em barreiras intransponíveis, mas, sim, em ponto de partida para um diálogo saudável que nos leve a melhor solução. O que é inconcebível, inconcebível mesmo, é não adotarmos desde já ações efetivas que tornem os nossos mananciais perenes e amparados no momento das estiagens – que tendem a se tornar mais frequentes – e dos efeitos de uma maior evaporação.

Portanto, falar sobre água no dia de hoje é, sobretudo, falar sobre o problema da oferta de água na nossa região, no nosso Nordeste, para dizer a todos os Senadores que esperamos deles a compreensão e a mobilização em favor das melhores soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu iria falar sobre o Dia Mundial da Água, que transcorre no dia de hoje.

Como já falaram sobre o tema o Senador Renato Casagrande, o Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senadores, vou me ater somente a fazer alguns comentários, não entrando em detalhes. Parabeno os Srs. Senadores que fizeram referência a este dia importante para o planeta Terra.

A Rede Globo, pelo programa Fantástico exibido neste domingo, apresentou dados importantes, do conhecimento de todos. Mas é bom que o Brasil, através da TV Senado e da Rádio Senado, tome conhecimento deles.

Três quartos do planeta Terra são cobertos por água. A Terra, vista do espaço, aparece com a cor azulada, que é exatamente a cor das águas. Desses três quartos de água do planeta Terra, 97,5% são de água salgada, imprópria para uso, e apenas 2,5% são de água doce. Então, Senador Mão Santa, temos que preservar esses 2,5% de águas.

Porém, o maior volume dessa água doce, Senador Wellington Salgado, é de água congelada nos pólos e nos cumes das montanhas, sobrando apenas 14% para ser usada e 0,04% de água potável, própria para consumo.

Então o problema é muito sério. O problema é de todos nós, habitantes do planeta Terra. Aí, Senador Cícero Lucena, que preside a sessão, nós, brasileiros, temos a maior reserva de água doce do mundo. E a maior reserva do mundo de água doce está localizada na Amazônia, da qual eu tenho a honra de ser filho e no nosso Estado do Pará.

A Amazônia brasileira já é motivo de cobiça internacional pelas suas riquezas minerais, pela sua riqueza florestal, pela sua biodiversidade que tem um valor incomensurável. Agora, nós temos que nos prevenir para uma nova cobiça, pois à medida que a água doce do planeta for rareando, como já está acontecendo, teremos, sem sombra de dúvida, o avanço internacional para atender a demanda, a necessidade de água para o resto do mundo voltado para a nossa região.

Então, o dia de hoje, em que se comemora o Dia Mundial da Água, é importante para o planeta. É um dia importante mais ainda para o Brasil. É um dia, Senadora Fátima Cleide, mais importante ainda para a Amazônia, para a nossa Amazônia.

Por quê? Porque, se não cuidarmos das nossas riquezas, estaremos sujeitos à ação da cobiça internacional sobre o nosso território. Sobre tudo aquilo que aqui já foi dito a respeito do aquecimento global, do equilíbrio sustentável, do equilíbrio ambiental, somos todos responsáveis.

É importante que no Dia Mundial da Água também se diga que é necessário melhorar as condições de vida dos amazônidas, que detêm a maior reserva de água e mais de 90% de sua população não têm acesso à água potável, a esgoto tratado. Isso, lamentavelmente, não acontece só na nossa região. São dados, talvez, de valores diferenciados, mas que refletem toda a Nação brasileira.

Quero fazer outros comentários a respeito da questão da água, mas já foram feitos pelos Pares que me antecederam.

Quero aproveitar o restante do tempo que tenho, Senador Cícero Lucena, Senador Arthur Virgílio, para complementar o pronunciamento do Senador Mário Couto, do meu Estado do Pará, sobre a questão da violência. Quero lastimar que a Senadora Ideli Salvatti não esteja presente. Pedi a S. Ex^a que ficasse, Senador Arthur Virgílio, porque ia dar a ela alguns dados trazidos pelo Senador Mário Couto. Refiro-me às transferências de recursos federais para o Estado do Pará, que minguam a cada ano.

Começaram com 14 milhões, passaram para 11 milhões, diminuíram para 6 milhões e terminaram em 2 milhões, no ano passado, Senador Arthur Virgílio. A Senadora Ideli Salvatti, com justa razão, comentou que a Governadora Ana Júlia estava completando noventa

dias de governo e que, portanto, não podia responder de imediato pela questão de segurança. Ora, concordamos com isso e não estamos aqui – nem eu, nem os Senadores Mário Couto e José Nery – para fazer críticas à Governadora Ana Júlia. Se quiséssemos criticá-la, bastava reproduzirmos na tribuna do Senado as notícias que a imprensa brasileira tem divulgado, mas não fizemos isso. A Senadora Ideli Salvatti entende de forma diferente. Poderíamos falar sobre nepotismo, viagem, salão de beleza, mas não queremos. Queremos falar sobre o nosso Pará. Queremos que a Governadora Ana Júlia tenha um governo exitoso, porque, se fizer isso, quem ganha são todos os paraenses, Senador Cícero Lucena.

Estamos aqui para apoiar a Governadora Ana Júlia. Gostaríamos que ela fizesse um contato com o Presidente Lula, Senadora Fátima Cleide, tivesse uma audiência com Sua Excelência. É lamentável o comentário do Presidente Lula na *IstoÉ* desta semana, mencionando o Estado do Pará como um desastre anunciado à gestão da Governadora Ana Júlia.

Não dá para entender isso. Ou o Presidente Lula praticou um “estelionato eleitoral”, Senador Arthur Virgílio, quando esteve na campanha, em Belém, e disse ao povo paraense que votasse na Senadora Ana Júlia porque ela, sendo Governadora, teria todo o apoio do Presidente para que os recursos federais pudessem chegar ao Pará, que era discriminado no Governo do PSDB.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu mesmo disse isso aqui, nesta tribuna, quando, certa vez, o Presidente Lula fez um pronunciamento, dizendo que ele não discriminava Estados governados por Partidos que não eram da sua Base de sustentação. E eu disse aqui a ele que discriminava, sim, e mostrei, com dados, que o Estado do Pará era discriminado nos repasses federais.

Eu queria dizer para a Senadora Ideli Salvatti que, em 2003, quando o Governo Federal transferiu para o Pará R\$11 milhões para a segurança, o Governo do Estado do Pará, com recursos próprios do Tesouro do Estado, investiu R\$66 milhões. Em 2004, quando o Governo Federal reduziu a transferência para R\$6 milhões, o Governo do Estado investiu R\$84 milhões. Ou seja, a cada vez que o Governo Federal reduzia o repasse, o Governo estadual aumentava o investimento na segurança, área prioritária que teve todo o cuidado do Governo passado.

Mas é lamentável que a Senadora Ideli diga, apressadamente, que a Governadora não podia ter resolvido o problema em 90 dias. Mas o Presidente Lula dizia que a solução seria imediata.

Senadora Fátima Cleide, por que Sua Excelência não fez no Pará o que fez no Rio de Janeiro? Parabéns

ao Governador Sérgio Cabral, que esteve com o Presidente e disse a ele da situação caótica provocada pela violência no Estado do Rio de Janeiro, conseguindo do Presidente milhões de reais – parece-me que mais de R\$100 milhões. Conseguiu, inclusive, o deslocamento da Força de Segurança Nacional para o Estado. Por que Sua Excelência não ajuda a Governadora Ana Júlia? Por que não transfere recursos também emergenciais para o Estado do Pará, para sua companheira, para quem foi lá pedir votos e dizer aos paraenses que ia ajudar o Estado? Por que Vossa Excelência, Presidente Lula, não faz isso? Vamos aplaudi-lo aqui. Virei à tribuna parabenizá-lo.

Faça a transferência dos recursos de segurança para atender à Governadora Ana Júlia, que necessita deles para tomar as ações imediatas.

Há uma violência crescente no Brasil. O Congresso Nacional, o Senado Federal, está voltado exatamente para produzir normas e leis no sentido de diminuir essa violência. Estamos criando um fundo de combate à violência. Por uma sugestão, esse fundo de combate à violência teria como uma das suas fontes de recursos o Imposto de Renda.

Propus na CCJC que se retirasse o Imposto de Renda – porque seria prejudicial aos Estados e Municípios – na redução do FPM e do FPE. Propus que nós substituíssemos o Imposto de Renda por uma contribuição. O Senador Mercadante, da base do Governo, concordou, e nós trocamos o Imposto de Renda, Presidente Cícero Lucena, pela Cofins. Esse fundo, quando estiver instalado, vai ter recursos da ordem de R\$2,5 bilhões a R\$3 bilhões.

E mais, apresentei projeto...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro, prorrogarei a sessão por mais 30 minutos, porque temos ainda quatro oradores. Peço a V. Ex^a para concluir o seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente, lamentando apenas ter desviado o curso do meu pronunciamento para fazer este apelo ao Presidente Lula: ajude a Governadora Ana Júlia, do Pará, reencaminhe recursos para o Pará. Foi isso o que Vossa Excelência disse na campanha. Então, não faça um estelionato eleitoral. O povo do Pará aguarda o cumprimento de suas promessas.

Para encerrar, Sr. Presidente.

Como eu dizia, apresentei um projeto para proibir o contingenciamento de recursos na área de segurança. O Governo é muito rápido para fazer contingenciamento. Então, essa queda de transferência de recursos federais se dá porque esses recursos do Fundo Nacional de Segurança estavam e continuam contingenciados. Portanto, além de criar o fundo de combate à violência, vamos aprovar projeto que proíba o contingenciamento

to dos recursos que venham a atender a necessidade de melhorar a segurança pública do Brasil, incluindo, evidentemente, o meu querido Estado do Pará.

Era o que eu tinha a dizer, agradecendo à generosidade do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) – É muito rápido, Sr. Presidente. Não quero deixar de fazer o registro de um tema que acho importante, apesar de já ter tido a oportunidade de me pronunciar hoje.

Faço um destaque do programa da Universidade Aberta do Brasil, de ensino a distância, do Governo Federal, que dará um resultado excepcional e fará uma revolução silenciosa na Educação. Um exemplo é o meu Estado. A partir de julho, teremos sete mil alunos fazendo curso superior a distância. A partir de janeiro de 2008, serão vinte e cinco mil alunos, no Estado do Espírito Santo, em 33 Municípios. Então, trata-se de uma ação importante porque fará com que as pessoas tenham acesso à educação.

No meu Estado temos uma universidade federal, a Universidade Federal do Espírito Santo, com doze mil alunos. Esse programa fará com que tenhamos duas universidades federais no Estado do Espírito Santo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, por permuta com o Líder Arthur Virgílio, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer, antes de mais nada, a generosidade e a bondade do ilustre Senador Arthur Virgílio, por nos ter permitido, por permuta, fazer uso da palavra antes de S. Ex^a.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna para falar de um tema que, ao mesmo tempo, desafia nossa compreensão de futuro e constrange nossa lógica secular de desenvolvimento. Um assunto que nos amedronta e nos instiga, porque trata de nossa sobrevivência como espécie e estabelece uma cabal condenação ao estilo de convivência da raça humana com o seu meio ambiente.

Adentramos o novo milênio com a mesma soberba desbravadora de nossos ancestrais, vislumbrando apenas os avanços econômicos e científicos, mirando as promessas de riquezas, enxergando o mundo com a ótica de mercados tecnológicos esquecendo-nos de olhar para trás e medir nossos passos. Não calculamos nossas pegadas e muito menos mensuramos devidamente os efeitos nocivos de nosso rastro.

Pois bem, nossa caminhada nos trouxe até um ponto crucial de nosso destino; uma encruzilhada que nos vai distinguir de simples primatas predadores, de uma civilização racional e preparada para arquitetar o futuro. Nossa geração incorporou os equívocos do passado, sofrendo as causas de uma ideologia devastadora. Ainda temos muito pouco a oferecer para nossos sucessores, a não ser nosso remorso.

Precisamos, portanto, articular um novo código sobre a exploração dos recursos naturais do planeta. Uma equação atual e urgente deve dar lastro a um factível processo de desenvolvimento sustentado que não subtraia competitividade da iniciativa privada, mas que restitua esperança e vitalidade na defesa ambiental.

Hoje mesmo, ao celebrarmos o Dia Mundial da Água – até porque muitos oradores que por aqui passaram, falaram tanto deste importante dia no contexto mundial –, temos pouco a comemorar e muito a nos preocupar. O Planeta Água desperdiça o seu futuro, jogando pelo ralo o elemento que sustenta a vida do bioma. Nossos rios poluídos e nossos oceanos ameaçados preconizam um inquietante retrato do “Dia Seguinte”, que tanto a ficção procura encenar no cinema e nos livros. Infelizmente, a ganância e a imprevidência têm o efeito devastador de mil bombas atômicas. Afinal, o homem se aparelhou para evitar a guerra nuclear, mas não conseguiu aplacar o seu próprio instinto predador, que se revela a maior arma da destruição da biosfera.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não temos mais tempo! O aquecimento global queima todos os mananciais progressistas, coloca em xeque todos os programas de crescimento econômico que não levem em conta a elaboração de rigorosos projetos de verificação de impacto ambiental.

Meu Estado, Mato Grosso, vive uma contradição em termos: de um lado, se apresenta como a mais promissora região de fronteira agrícola do mundo; de outro, é visto como a principal reserva biológica do planeta. Nossos produtores rurais são celebrados como os novos bandeirantes, heróis de uma economia vacilante, e paradoxalmente são acusados de devastadores contumazes.

A MP nº 2.166 reduz para 20% a autorização de derrubadas em áreas de floresta, diminuindo enormemente a atividade agrária em nosso território. Para os produtores parece uma medida exagerada; mas, para o restante da humanidade, é apenas mais um freio contra os efeitos das agressões à natureza.

Tudo o que foi feito para proteger o ecossistema ainda é pouco, porque estaremos preservando o futuro, um futuro que se mostra sombrio, já que é simplesmente reflexo do passado e do presente, que se sobrepõem

como um fantasma da ganância e da falta de compromissos éticos com os destinos das novas gerações.

Antes de tudo, temos de promover outros modelos de desenvolvimento, paradigmas que conservem o bioma, mas não matem o espírito empreendedor de nossa gente. Articular idéias é criar um mundo novo.

Por isso, Sr. Presidente Cícero Lucena, gostaria de formular um pensamento pró-ativo na preparação de um amplo programa que não só ajude a preservar nosso ecossistema, mas que também devolva a dignidade a centenas de milhares de brasileiros que migraram para as regiões de cerrado e floresta com o sonho de plantar e colher um país produtivo e rico. Proponho, desta forma, ilustre Senador Arthur Virgílio, a criação de um fundo nacional para arrendamento de biomassa. Ou seja, um instrumento para financiar a preservação, valorizando nossos ativos ambientais.

Este postulado nada mais é, Senador Arthur Virgílio, que uma tentativa de criar reservas naturais, estâncias de biomassa, dedicadas à manutenção ecológica, preservando a natureza, sem comprometer o constitucional direito de propriedade.

Com esses recursos, captados com a implantação de contribuições brasileiras e internacionais, feitas de forma voluntária, e multas sobre atividades poluidoras, a União poderá criar indenizações temporárias para produtores rurais atingidos pela MP nº 2166 e também investir em planos de manejo e na defesa de áreas de risco ambiental.

Trata-se, logicamente, de uma proposta ambiciosa, porque inverte a lógica dos programas de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas, pois investe na conservação de matas não derrubadas, protegendo complexos ecossistemas que preservam um universo biológico extraordinário. O arrendamento vai assegurar renda aos proprietários, desestimulando fraudes e manipulação de áreas de reservas, garantindo a parceria dos agricultores no esforço pela preservação. Acredito que o arrendamento temporário de biomassa, além de contribuir para a conscientização dos setores envolvidos, também ensinará que os empresários rurais se capitalizem e possam, em decorrência disso, diversificar suas atividades, investindo em tecnologia e em novas formas de exploração dos recursos naturais, tais como o turismo e a produção farmacológica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise climática que tanto nos assusta pode abrir novas perspectivas para a convivência harmônica entre o ser humano e o seu ambiente. Precisamos aquecer nossa inteligência para buscar saídas e para encontrar, desde já, a esperança de um futuro melhor. E o principal combustível dessa nova era é o debate, debate corajoso

e franco que terá, certamente, no Senado brasileiro a sua principal arena.

Agradeço, Sr. Presidente, e digo que, neste dia em que se comemora o Dia Mundial da Água, todos temos de estar preocupados, sobretudo com as nossas futuras gerações. O Brasil vive um momento diferenciado: busca uma nova política de energia renovável. Temos de nos esforçar ao máximo para dar também a nossa contribuição. Com essa nova política relativa à energia renovável, principalmente a que diz respeito à produção do álcool extraído da cana-de-açúcar e ao biodiesel, poderemos antever e ver um futuro melhor para as nossas futuras gerações.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a oportuna e bela fala do Senador Jayme Campos, trago três tópicos neste final de tarde.

Peço, inicialmente, a transcrição da carta que recebi do Sr. Samuel Furtado, que, por sua vez, transcreve artigo do jornalista Ugo Braga, do *Jornal Correio Brasileiro* de 22 de março, de hoje, quinta-feira, sob o título “TCU suspeita que CGU protege cidades petistas”.

Certa vez, levantei essa lebre aqui. Achava estranho o número de cidades administradas por adversários investigadas pela tal CGU e o número de cidades “aliadas” investigadas. O jornalista Ugo Braga afirma que, segundo auditores do Tribunal de Contas, as cidades com mais de 500 mil habitantes ficam livres das auditorias, e são essas precisamente as que mais concentram administrações do Partido dos Trabalhadores. Portanto, fica aqui o alerta, razão pela qual peço a transcrição do artigo do jornalista e da carta desse cidadão que cumpre seu dever de alertar os parlamentares para que nós próprios, que somos fiscais e opositores nesta quadra, cumpramos o nosso dever.

Sr. Presidente, o Dia Mundial da Água é uma data oportuna para despertar nas populações de todas as partes a importância do apreço e do amor à conservação e ao uso correto desse bem natural.

Como Senador pelo Amazonas, a terra por excelência das águas, quero ressaltar neste plenário, inclusive com um Voto de Aplauso, a iniciativa e o exemplo que vêm do Purupuru, uma pequenina comunidade a trinta quilômetros da sede do Município de Careiro, “Castanho”, à margem da BR-319 e a quase noventa quilômetros de Manaus. Ali, os alunos da Escola Primária Estadual Pedro dos Santos atuam há três anos no Projeto SOS Igarapés, criado com o objetivo de promover a limpeza de igarapés e lagos da região. Ao

longo desses 36 meses, já conseguiram retirar oito toneladas de lixo de vinte lagos e de numerosos igarapés. O trabalho dos alunos não se limita à limpeza: eles visitam os moradores da área para mostrar-lhes a importância da água e de sua preservação.

Não é tarefa fácil essa a que se dedicam os alunos da Escolinha do Purupuru. Eles chegam de barco aos diversos pontos da região onde vivem os seus habitantes. Esses locais são distantes da escola e poucos são alcançados por caminhos terrestres. A quase 80% desses aglomerados só se consegue chegar por via fluvial, mas a distância parece ser um estímulo para os alunos, neste momento engajados exatamente na preservação dos cursos de água amazonenses, seus igarapés e seus lagos.

No ano passado, a pequena Escola do Purupuru ganhou o Prêmio Gestão Escolar, a primeira do interior do Amazonas a merecer o troféu em reconhecimento à iniciativa de limpeza dos igarapés, rios e lagos.

Faço, pois, com alegria, este registro, para exaltar, com toda a força do meu coração, tão meritória iniciativa. Os alunos da Escolinha do Purupuru dizem que mais importante do que a premiação com que foram contemplados é saber que estão sendo úteis nos esforços em favor da preservação da água.

“Nós sabemos – proclamam eles sempre com orgulho – que a nossa própria sobrevivência depende da preservação dos rios, dos lagos e dos igarapés.”

Sr. Presidente, o terceiro tópico é sobre a Emenda nº 3 do chamado Projeto da Super-Receita. Quero chamar a atenção de V. Ex^{as}, Senador Jayme Campos, Senador Eduardo Azeredo, Senador Mão Santa, de V. Ex^a, Sr. Presidente, para alguns tópicos.

Primeiro, o projeto de lei que veio é ruim, nem de leve preenche a lacuna deixada pelo veto à Emenda nº 3. Teríamos mesmo é de regulamentar a lei chamada Norma Geral Antielisão, que, aprovada pelo Congresso, nunca foi regulamentada.

O problema das pessoas jurídicas prestadoras de serviço não é solucionado pelo projeto que o Governo manda. Ouvi com atenção e com respeito a opinião da Liderança do Governo de que não devemos levar em conta o que está escrito ali, porque vamos ter um processo de negociação quase como se não houvesse nada escrito, mas o fato é que, talvez por cacoete, o Governo escreveu algo muito ruim, muito ruim. Vejo que, a menos que a alteração seja próxima de 360 graus, o caminho é a derrubada do veto.

Pelo projeto, Senador Jayme Campos, os fiscais vão poder até interpretar, em lugar da Justiça, o que é certo e o que é errado.

Denuncio no veto e denuncio no projeto o caráter intervencionista do Governo, que resolve definir como

o contratante tem de agir com o contratado que lhe prestará um trabalho.

É intervencionismo puro, é uma cabeça pré-Segunda Guerra Mundial. Final dos anos trinta. Pessoas são prejudicadas porque não têm idade mais para estar no mercado de trabalho – há um preconceito, que não me cumpre discuti-lo agora –, mas que das suas casas prestam um serviço de informática, por exemplo, para três, quatro empresas, como pessoas prestadoras de serviços de pessoas jurídicas.

Por outro lado, sinto que há um outro desejo arrecadatário aí. Eles não se satisfazem, os do Governo, com menos impostos pagos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços. Aham que elas devem ser equiparadas nos impostos que pagam às demais pessoas jurídicas, e isso onera, em pouco que seja, o espectro da tributação brasileira.

Este é um momento histórico, sim, porque o Congresso recupera um poder que ele próprio dele havia aberto mão não só para o Presidente Lula, mas para Presidentes da República. Os anteriores todos tiraram o poder de o Congresso ficar com a última palavra na elaboração das leis, essa é que é a verdade. O processo ficou capenga. Então, o Presidente da República veta, ele pode vetar, é um direito constitucional, mas não é constitucional o Congresso não apreciar o veto – já cedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Se o Congresso não aprecia o veto, quem fica com a última palavra é o Presidente da República e o Congresso fica castrado. Logo, nós recuperamos hoje, em uma decisão corajosa do Presidente Renan Calheiros, da Mesa do Congresso, uma prerrogativa da qual não podemos mais abrir mão.

Finalmente, antes de ouvir o Senador Mão Santa, quero chamar a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, e da Casa para uma advertência que faço precisamente à Central Única dos Trabalhadores, de maneira franca, como é meu estilo de ser. A Central tem interesse mesmo em ver os prestadores de serviços transformados em empregados, porque os prestadores de serviços, pessoa jurídica, não pagam imposto sindical. Então, estão de novo, corporativamente, olhando o lado deles. Apenas isso.

Eu soube hoje, por uma fonte muito idônea de Manaus, que estavam projetando fazer uma campanha nacional com aquela prática fascistóide de retratos dos traidores dos trabalhadores, como se houvesse alguém traindo trabalhador. Traiu o trabalhador quem praticou corrupção; traiu o trabalhador quem silenciou diante de corrupção; traiu o trabalhador quem, de onça brava, de repente virou um gatinho nas mãos do poder. Isto, sim, é traição ao trabalhador. Iriam colocar os retratos daqueles que, como eu, iriam e vão votar pela derrubada do veto.

Já deixo um aviso bem claro, porque acredito que as coisas devem ser feitas de frente, com lealdade, com frontalidade. Brincadeira, leviandade com dinheiro do trabalhador, isto, sim, é traição ao trabalhador. Leviandade, manipulação equivocada, desonesta, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador usados nessa campanha, juntado isso a outros fatos que tornam nebulosa a situação do emprego e do uso de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, vão me levar a propor, se essa brincadeira for avante, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a história do FAT neste País.

Começaria a coletar assinatura numa terça-feira, às duas da tarde. Às quatro e meia da tarde, eu terei número mais do que suficiente para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não precisa do dia seguinte, nem precisa mais do que essas duas horas e meia, indo de companheiro em companheiro, para que ensinemos a uma certa nova classe de ex-trabalhadores, e hoje potentados sindicais, que não há a menor possibilidade de imaginar que vão silenciar a voz daqueles que querem pensar do jeito que acham que devem pensar.

Então, brinquem, senhoras e senhores potentados sindicais, brinquem com essa história de *outdoor* com retratinho de adversários, e nós vamos mostrar que não dá para se usar dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador nessas vilegiaturas a Brasília, nesses gastos supérfluos, nesse desperdício daquilo que é o futuro do trabalhador. Entendo eu, inclusive, que quem age assim, quem faz uso leviano de um dinheiro desses acaba embolsando o próprio dinheiro. Por que não? Se gasta com besteira, se gasta com *outdoor* para inventar mentira sobre os outros, acaba embolsando.

Em outras palavras, eu aceito. O jogo está pronto. Se quiserem fazer *outdoor* com meu retrato, não sou fotogênico. Peço que contatem o meu gabinete, para que coloquem um retrato mais bonitinho um pouco. Não sou fotogênico, tem um ou outro em que saio melhor. Ofereço o retrato com a maior tranquilidade, mas saibam que, em seguida, estarão todos aqui, sentando no banquinho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para explicar fatos nebulosos a respeito do uso ou da malversação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ouçõ o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador ... (microfone mudo)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – A palavra de V. Ex^a não pode ser cassada, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ali é da Liderança do PMDB. É porque ele está assim, sem voz. Mas, Senador Arthur Virgílio, permita-me lembrar a História. Está ali Rui Barbosa, que foi oposição, assim como o seu pai, que está no céu, também foi oposição. Joa-

quim Nabuco nem se reelegeu, mas disse que preferia, porque ele tinha visão de que aquilo era uma nódoa. Realmente, ele não foi reeleito no nosso Nordeste, não pôde nem sobreviver no Brasil porque os poderosos queriam continuar a escravatura. A Europa – Londres, Paris, Lisboa – o consagrou e ele voltou. Então, V. Ex^a comandou essa oposição que é necessária. Agora, Senador Arthur Virgílio, atentai bem! Este Congresso tem que tomar vergonha. Este Congresso Nacional é muito pior do que a Câmara Municipal de Parnaíba, onde fui prefeito, é muito pior do que a Assembléia Legislativa do Piauí, Estado que governei com os bravos. Tem que se entender a coisa. A ignorância é audaciosa.

Ó Lula da Silva! É o tripé de Montesquieu. Veto é constitucional. Eu estou aqui, ô Presidente Lula da Silva. Os vereadores derrubaram meus vetos, quando eu governava o Estado do Piauí. Os Deputados derrubaram vetos que eu dei, e não estou aqui humilhado, estou é exaltado, porque isso faz parte do jogo da democracia. Isto é o que Mitterrand dizia: valorizar os contrapoderes. Então é a hora. Atentai bem! V. Ex^a comandou bem. Tombou como Rui Barbosa tombou. Rui Barbosa perdeu algumas eleições, mas não perdeu a dignidade e a verdade, e nos inspira a estar aqui. Mas, Arthur Virgílio, eu gosto muito de você porque é loiro, e eu acredito em índio loiro, porque lá no Piauí tinha índio loiro do Delta. Eu sou descendente. Acho que os franceses invadiram ali. Eu sei que os Tremembés eram loiros, o português Domingos Jorge Velho os matou. Eu pensei que também tinha índio loiro por lá, porque ô guerreiro bravo! Mas, atentai bem! Que palhaçada nós vivemos para a história. Quatro anos, Sudene. Juscelino Kubitschek – aprenda – foi humilhado aqui na oposição, foi cassado como o pai de V. Ex^a. Ele imaginou para o Brasil o tripé de Montesquieu para segurar a democracia. Juscelino dizia que ia industrializar o sul – indústria automobilística, indústria aérea –, botar Brasília no centro, e, para tirar a desigualdade, a diferença, a Sudene.

Temos de ver, Arthur Virgílio, que agora não se respeita mais nada. Levamos quatro anos, dois meses e vinte e dois dias, Cícero Lucena, debruçados para fazer renascer a Sudene, que foi idealizada por Juscelino Kubitschek para minimizar as desigualdades sociais, que aumentaram, Arthur Virgílio. Naquele tempo, no Sul ganhavam quatro vezes mais do que no Norte e no Nordeste. Hoje, a diferença é de 8,6. A renda **per capita** em Brasília é quase nove vezes maior do que nas cidades do Maranhão. E a Sudene foi criada aqui. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a foi bravo, trabalhou, bem como sua equipe, o Senador Tasso Jereissati. Todos se debruçaram, foram a audiências, foram aos Estados. A lei veio para cá, foi para a Câmara. Mudou. Voltou aqui. Em quatro meses foi vetada. E nós não temos coragem. Temos de aprender

com os vereadores lá de Parnaíba, que fizeram o 19 de outubro. O Piauí foi independente independentemente do grito de Pedro, de Dom Pedro I. Os vereadores de Parnaíba nos orgulham muito mais do que nós deste Congresso, que não tem a moral e ainda tem a petulância de determinados líderes parasitas que estão assaltando a dignidade da pátria querendo tirar o direito democrático construídos pelo povo, gritando liberdade, igualdade e fraternidade, de derrubar o veto do Presidente, entendendo que o Presidente é rei, é absoluto. Não! Ele tem de se curvar ao Poder Legislativo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo seu aparte sempre vibrante, sempre entusiasmado.

Sr. Presidente, encerro fazendo esse alerta mais uma vez. Pensei que o Presidente Lula, consagrado por 58 milhões de sufrágios, chegaria ao Palácio do Planalto antes da posse, até porque não haveria quebra de sequência de governo, e apresentaria um projeto verdadeiro à Nação, convocando a sociedade, Situação e Oposição, a interagir sobre esse projeto, de modo a immortalizar o seu Governo, a se consagrar fazendo o melhor possível pelo País. Já começo a perceber descaminhos.

As denúncias sobre a Infraero estão ficando ensurdecadoras. Nessa marcha e contramarcha da reforma ministerial, os atores não estão se dando conta do que estão protagonizando perante a Nação. Uns dizem assim: “não aceito o Ministério se não tiver o porto”. Outro diz: “eu quero apenas o Ministério do porto”. Outro diz: “eu mereço mais não sei quantos. Só troco aquele por um terceiro. Só quero se for de porteira fechada”. Ou seja, o linguajar está ficando terrível. Isso tudo vai abalando algo que é fundamental para o exercício do poder, a credibilidade.

Essa troca...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a um minuto para concluir.

Essa troca de cargos por apoio... Não sei para que o apoio. Se não há projeto, para que apoio? Vou reafirmar o que sempre disse aqui: monte, Sr. Presidente, um projeto, um elenco de reformas estruturais. Peça o voto à Oposição. Terá o apoio da Oposição para votar matérias em favor do Brasil; apoio gratuito, desinteressado, pensando no País. Não precisa dessa mixórdia, não precisa dessa cena toda, que, daqui a pouco, vai dar em novo escândalo. Estou avisando de novo: do jeito que a coisa vai, daqui a pouco vamos ter o filme lamentável de terror “Mensalão, o retorno”, como já tivemos oito filmes do Rocky, seis filmes do Rambo, não sei quantos do Schwarzenegger. Está desenhado; estamos vendo.

Entendo que se monta um projeto estratégico para o País e depois se vá buscar apoio de Parlamentares.

Mas, buscar apoio de Parlamentares sem ter o projeto, para quê? Se é para evitar CPI, não dá. Fazemos CPI aqui na hora que quisermos. Não dá! Se é para aprovar emendas constitucionais, não há nenhuma do interesse direto do Governo em tramitação, Senador Jayme Campos. Nenhuma! Então, não estou vendo objetividade nisso. Estou vendo permissividade. Estou vendo que estão indo para descaminhos, e esses descaminhos são extremamente perigosos porque podem levar a novos momentos de impasse neste País.

Lamento, porque cheguei a pensar que as coisas poderiam encaminhar-se de maneira melhor, de maneira positiva, de maneira diferente. Mas faço aqui o alerta e deixo bem clara a posição que tomei em relação à Central Sindical, caso seja verdadeira essa história do terrorismo com *outdoors*. Não vou tolerar desperdício, malbaratamento de nenhum recurso público. Agora, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), muito menos!

Eles têm que aprender a respeitar a opinião das pessoas. A minha opinião é a favor da derrubada do veto. Esse é o meu ponto de vista. Lutei por democracia para ter o direito de expor o meu ponto de vista e exijo que os meus adversários tenham direito ao seu ponto de vista.

No Governo passado, Sr. Presidente – e encerro – houve aquela greve, considerada pelo Governo Fernando Henrique uma greve de desabastecimento da Petrobras. Foi tratada com muita dureza pelo Governo, que não estava errado em tratar com dureza aquela greve. No entanto, dois gabinetes na Câmara, apesar da solidariedade de ambos os titulares, abriram-se para o diálogo com os grevistas, mesmo no momento em que a negociação estava fechada: o do falecido e inesquecível Governador Franco Montoro e o meu gabinete. É só se perguntar ao então Presidente da Central Única dos Petroleiros, Sr. Antonio Carlos Spis, se estou falando a verdade ou não. Se ele encontrou abertas ou fechadas as portas do meu gabinete para o diálogo democrático, para a conversa, para a tentativa de se abrir um canal, para a tentativa de se chegar ao entendimento que normalizasse a situação no País, assim como, ainda ao final desse mandato, pugnei por anistia aos petroleiros punidos, por entender que aquilo tinha se passado e que era hora de se botar uma pedra em cima daquilo.

Então, não posso tolerar a postura antidemocrática em relação às posições que adoto, às posições que adotam meus companheiros, porque não adoto posição antidemocrática ou postura antidemocrática em relação a ninguém. Respeito a crítica; respeito o direito de quem quer fazer a crítica de fazê-la. A CUT está avisada.

Era o que eu tinha de fazer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

Hoje, *Dia da Água*, é data oportuna para despertar nas populações de todas as partes a importância do apreço e do amor à conservação e ao correto uso da água.

Como Senador pelo Amazonas, a terra por excelência das águas, quero ressaltar neste Plenário, inclusive com um Voto de Aplauso, a iniciativa e o exemplo que vêm de Purupuru, uma pequenina comunidade a 30 quilômetros da sede do Município de Careiro Castanho, à margem da BR-319 e a quase 90 quilômetros de Manaus.

Ali, os alunos da Escola Primária Estadual Pedro dos Santos atuam há três anos no Projeto SOS Igarapés, criado com o objetivo de promover a limpeza de igarapés e lagos da região. Ao longo desses 36 meses, já conseguiram retirar oito toneladas de lixo de 20 lagos e de numerosos igarapés. O trabalho dos alunos não se limita à limpeza: eles visitam os moradores da área, para mostrar-lhes a importância da água e de sua preservação.

Não é tarefa fácil essa a que se dedicam os alunos da Escolinha de Purupuru. Eles chegam de barco aos diversos pontos da região, onde vivem os seus habitantes. Esses locais são distantes da Escola e poucos são alcançados por caminhos terrestres. A quase 80% desses aglomerados só se consegue chegar por via fluvial. E é até um estímulo para os alunos, neste momento engajados exatamente na preservação dos cursos de água amazonenses, seus igarapés e lagos.

No ano passado, a pequena Escola de Purupuru ganhou o Prêmio Gestão Escolar, a primeira do interior do Amazonas a merecer o troféu, em reconhecimento à iniciativa de limpeza dos igarapés, rios e lagos.

Faço, pois, com alegria, esse registro, para exaltar, com toda a força do meu coração, tão meritória iniciativa. Os alunos da Escolinha de Purupuru dizem que mais importante do que a premiação com que foram contemplados é saber que estão sendo úteis nos esforços em favor da preservação da água. “Nós sabemos — proclamam sempre, com orgulho — que a nossa própria sobrevivência depende da preservação dos rios, lagos e igarapés.”

Parabéns aos alunos da Escolinha de Purupuru.
Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e
§ 2º, do Regimento Interno.)*

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PARLAMENTARES.

Sou apenas um cidadão brasileiro que luta incessantemente por dias melhores. Recentemente fui aprovado em dois concursos público um para o cargo de promotor de justiça em uma unidade da federação e outro para delegado de polícia em outra, sou o que se pode chamar de “concurseiro”, apesar de ter uma jornada dupla trabalhando como advogado militante no interior do Ceará, fazendo o que chamo de advocacia de subsistência.

Gostaria de destacar a Vossas Excelências que nunca tive oportunidade de fazer um cursinho preparatório, tudo o que ganho invisto em livros e em reservas para o custeio de viagens atrás de um sonho: o de me tornar um Promotor de Justiça. No momento estou aguardando nomeação em um dos certames suso mencionados diariamente acesso sites especializados e frequento um Fórum de debates sobre concursos na página eletrônica do Correio Brasiliense.

Ocorre que hoje pela manhã, antes de sair para a sede da Comarca, consultei a referida página uma notícia chamou a minha atenção:

TCU suspeita que CGU protege cidades petistas

Ugo Braga
Do Correio Brasiliense
22/03/2007

06h42-Uma antiga desconfiança da oposição foi parcialmente confirmada ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Após auditar a Controladoria Geral da União (CGU) — responsável, entre outras coisas, por fiscalizar o bom uso do dinheiro público repassado aos estados e municípios —, o TCU encontrou um desequilíbrio favorável ao PT. Cidades com mais de 500 mil habitantes simplesmente não são submetidas à lupa da instituição. E o partido do presidente da República é justamente aquele que administra o maior número de municípios a partir desta linha de corte. Como consequência natural, os prefeitos petistas das grandes cidades receberam e gastaram a maior fatia dos recursos federais sem receber qualquer atenção da “xerife”.

A soma de recursos dentro do caixa dos grandes municípios e fora do escopo da CGU é extraordinária. Em 2005, alcançou R\$ 14,85 bilhões. Os auditores do Tribunal de Contas responsáveis pela análise se mostraram impressionados com o tamanho desses. “Para efeito de comparação, importantes programas do governo federal, como o Bolsa Família e o Atenção Básica à Saúde, tiveram, em 2005, dotações orçamentárias inferiores (R\$ 6,7 bilhões e R\$ 5,4 bilhões, respectivamente)”, escreveram, para mais adiante arrematar: “(…) Infere-se que a atuação da CGU tende a ser menos intensa em relação aos partidos que têm maior concentração eleitoral nas grandes cidades”.

Essa espécie de zona cinzenta, onde a CGU não vai, é composta por 34 municípios. O PT governa oito deles, controla sozinho R\$ 3,47 bilhões, 23,4% das verbas. Anabolizado pela vitória de José Serra em São Paulo, o PSDB vem em seguida, com seis cidades e 21,2% do bolo. Maior partido do país, o PMDB fica em terceiro. Tem três prefeituras e somente 6,4% dos recursos. O PFL administra o mesmo número de cidades, controla 11% do dinheiro. O PSB tem quatro prefeitos e 9,2% dos recursos, seguido do PDT (quatro 13,3%). do PTB (dois e 4,5%) e do PPS (dois e 9,3%). PP e PSDC têm uma cidade cada. Ambos receberam

menos de 1% do dinheiro federal não-fiscalizado.

Fiscais

O TCU foi provocado a respeito do assunto por um requerimento do senador César Borges (PFL-BA), feito há dois anos. Na ocasião, ele supunha outro tipo de atuação política da Controladoria. Para fiscalizar os municípios, a instituição passou a sortear aqueles para onde mandaria seus times de fiscais. Borges enxergou algum tipo de manipulação nos sorteios. Reclamou que, na Bahia, apenas as cidades administradas pelo PFL, cujos prefeitos obedecem à liderança do senador Antonio Carlos Magalhães (BA), eram escolhidas. O então chefe da CGU era o ministro Waldir Pires, petista baiano, adversário histórico do carlismo.

Debruçados sobre os sorteios, os auditores do tribunal nada encontraram a respeito das queixas baianas. Mas, inadvertidamente, descobriram o desequilíbrio nas cidades com mais de 500 mil habitantes e o favorecimento a partidos com mais densidade eleitoral nos maiores centros urbanos. O PT é o principal deles. E aliados do governo Lula estão em nada menos que 22 dos 34 municípios do contingente. Inclusive em Fortaleza, onde a petista Luizianne Lins sofre com as suspeitas de superfaturamento nas festas de fim de ano promovidas pela prefeitura.

Reunidos no plenário da corte, os ministros do TCU aprovaram o voto do ministro Ubiratan Aguiar determinando à Controladoria que inclua todas as cidades brasileiras em sua lista de alvos potenciais. E também listando uma série de rotinas operacionais para aperfeiçoar a fiscalização e inibir a corrupção.

Procurado pelo Correio, o atual ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, avisou, por intermédio da assessoria de imprensa, que ainda não tinha se inteirado dos detalhes da auditoria, nem do acórdão da corte de contas. Mesmo assim, comentou que a atual estrutura da CGU é insuficiente para cobrir os municípios com mais de 500 mil habitantes e que o sistema de trabalho foi criado para otimizar a capacidade operacional disponível.

Observem Vossas Excelências a gravidade do teor dessa matéria, isso enoja pessoas que como eu buscam uma forma lícita de se ganhar a vida, de poder fazer algo pelo seu país.

O PT que se apresentava à Nação como o paladino da moralidade, defensor da classe trabalhadora, traiu a confiança depositada pelos brasileiros que buscavam uma esperança, uma ruptura com a “Direita”, objetivando uma experiência nova com a “esquerda”. Para mim, um verdadeiro “estelionato eleitoral”.

O Partido que se diz dos Trabalhadores, hoje usa esmolas (programas sociais) para manter sua dominação, verdadeiras colônias de parasitas se instalaram nas instituições federais sugando a seiva(recursos) do Governo para atenderem aos projetos de meia dúzia de petistas irresponsáveis e descomprometidos com a “ res publica”.

Pela forma como questões vitais para o nosso país foram tratadas pelo Planalto, a exemplo da questão do gás com a Bolívia, o nosso “Condutor” tenta se firmar como o “ Hugo Chaves” brasileiro, pois só resta dissolver o Congresso e implantar sua “ ditadura vermelha”.

Senhores Parlamentares, perdoem esse desabafo, apenas a indignação não basta para mudar esse cenário, mas ações concretas são o remédio para esse mal.

Espero que quando for nomeado possa contribuir mais efetivamente para a lisura e a moralidade desse país.

Destarte, solicito a Vossas Excelências que cobrem explicações sobre o assunto trazido a baila por essa matéria jornalística, alertem ao povo na Tribuna do Senado sobre esses fatos.

Assim, agradeço antecipadamente e renovo os mais sinceros votos de estima e apreço.

Samuel Furtado

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)
– Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Regimentalmente, a Mesa determina o atendimento do seu pedido.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)
– Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o meu pronunciamento, porque tenho um vôo daqui a pouco.

Saúdo não apenas o Dia Mundial da Água, mas também a assinatura pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Decreto nº 6.063, de 2007, publicado na edição de hoje do **Diário Oficial**. Esse decreto regulamenta, no âmbito federal, os dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Sr. Presidente, acredito que, no dia de hoje, no Dia Mundial da Água, e no dia em que a Câmara Federal homenageou a Campanha da Fraternidade, que tem como tema a Amazônia, um dos melhores presentes que o Governo Federal poderia dar a nós, amazônidas, brasileiros e preservacionistas é este ato de regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Peço que seja dado como lido o meu pronunciamento.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA
SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.**

Senhor presidente,

Senhoras e senhores parlamentares,

Duas boas novas me trazem a esta tribuna no dia de hoje, em que se comemora o Dia Internacional da Água.

A primeira: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 6.063/2007, publicado na edição de ontem (21 de março) do **Diário Oficial da União**, que regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

O decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e regulamenta, em âmbito federal, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal, o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas, para os fins do disposto na Lei nº 11.284/2006.

O decreto, aprovado pela Casa Civil, foi redigido com base em consultas a entidades ambientais e pode dar início à abertura dos editais de licitação pública das florestas.

Esta é uma notícia que muito nos alegra, pois a Lei de Gestão de Florestas, construída inclusive com a contribuição qualificada do Congresso Nacional e já sancionada pelo presidente Lula, aguardava apenas por esta regulamentação para efetivamente entrar em vigor, orientando para a legalidade a exploração econômica equilibrada de nossas florestas.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores,

A segunda boa nova se refere à homenagem prestada na manhã de hoje, na Câmara dos Deputados, à Campanha da Fraternidade 2007, dedicada à Amazônia — e que faço questão de repercutir nesta Casa.

Como é de conhecimento geral, o Brasil todo ocupa 8,5 milhões de km².

A Amazônia toda ocupa 7 milhões de km², incorporando mais da metade do território brasileiro e grande parte da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Peru, da Venezuela.

Possui 22 mil km de rios navegáveis, 1/5 da água doce do planeta — que corresponde a 20% da água doce do mundo e 80% da disponível no Brasil, com uma produção pesqueira atual em torno de 200 mil toneladas por ano.

Contendo 34% das reservas mundiais de florestas, é o maior banco genético da Terra, com 30% de todas as espécies de fauna e flora do planeta e uma fantástica reserva de minerais estratégicos.

Sua porção brasileira, espalha-se pelos estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, o oeste do Maranhão e o norte do Mato Grosso.

Abriga cerca de 23 milhões de habitantes, dentre os quais 163 povos indígenas — que, aliás, muita gente considera que ocupam terra demais, quando, na verdade, pouco mais de 25 mil latifúndios somam um território equivalente ao ocupado por 2 milhões de índios, negros e caboclos amazônidas.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores parlamentares, saúdo a Campanha da Fraternidade da CNBB, que hoje vem dar as mãos ao Congresso Nacional.

E o faço por minha aldeia, com meu coração em Rondônia — minha terra natal e a unidade da Federação que, com muito orgulho, represento nesta Casa.

Um estado jovem e rico constituído sobre delicado mosaico amazônico, formado de diferentes biomas e condições geológicas, cravado no coração da América do Sul — que, no entanto, infla sufocado por um tipo de desenvolvimento recente, desordenado e intenso,

sobre devoradora expansão de monoculturas agropecuárias ao sul e descuidado extrativismo florestal e mineral ao norte de seu território.

Mais grave ainda é que a devastação ambiental em Rondônia cresce de braços dados com a ilegalidade — principalmente no latifúndio especulativo e de propriedade irregular, na extração ilegal da diversidade mineral e madeireira, no comércio desleal, no emprego informal, no trabalho escravo, na corrupção das estruturas públicas.

Portanto, por esta extraordinária Campanha, saúdo a Conferência dos Bispos do Brasil e a missão cristã na Amazônia, na pessoa de Dom Moacyr Grechi — bispo da arquidiocese de Porto Velho — reiterando aqui suas sábias palavras, quando do lançamento da Campanha da Fraternidade 2007 em Rondônia.

Naquela oportunidade, Dom Moacyr convidava a Igreja a ouvir os clamores dos povos da Amazônia, em intenção e em gestos concretos entendendo que a tarefa da Igreja é apoiar e criar novas iniciativas solidárias em favor de nosso povo, reforçando suas lutas e suas propostas de convivência com o meio ambiente, em prol de uma Amazônia soberana para os brasileiros, capaz de construir um caminho alternativo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Para isso, Dom Moacyr Grechi apresentou uma pauta mínima, com que exorta a Igreja a atuar em ampla mobilização nacional em favor de projetos de uso sustentável, econômico-político-social da Amazônia, baseado na convivência com as potencialidades e limites desse bioma, em apoio às iniciativas populares de economia solidária e nas práticas da democracia participativa:

- lutar pela reforma agrária;
- combater a grilagem de terras públicas;
- aprimorar Código de Mineração, proibindo a venda ou a terceirização dos direitos minerais, para impedir a emissão de títulos de fachada e a especulação minerária;
- contribuir com a proteção das áreas de reserva legal (80% do imóvel na floresta amazônica) e de preservação das pequenas propriedades e dos assentamentos;
- estimular governos e organizações sociais nacionais e internacionais a compensar economicamente as populações tradicionais pelo serviço ambiental prestado com a preservação de suas terras;
- apoiar a participação popular no exercício das políticas públicas;
- contribuir para o intercâmbio entre — universidades e Igrejas, voltado à diversidade

biológica e cultural amazônica, em proveito da vida e do futuro da humanidade.

Dom Moacyr aponta também, como tarefa concreta da missão da Igreja na Amazônia, a -mobilização da sociedade em relação a vários Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, voltados

- à definição do limite máximo da propriedade privada da terra;
- à expropriação para a reforma agrária de imóveis onde for comprovado trabalho escravo;
- às penas previstas para a grilagem de terras públicas;
- até às concessões dos meios de comunicação, sobretudo das rádios comunitárias.

Enfim, saúdo a Campanha da Fraternidade da CNBB, juntando-me ao mutirão missionário convocado por Dom Moacyr Grechi em Rondônia, convida de que é urgente que nos alimentemos mutuamente da coragem histórica para ocupar o espaço em crise com as soluções do bom senso e da solidariedade, submetendo o atual sistema auto-degradável à necessidade vital da sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – A Senadora Fátima Cleide será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs Senadores, também quero aqui abordar a questão da água em relação a este alerta triste, feito pela Organização Mundial da Saúde, de que mais de 1 bilhão de pessoas sofrem com a escassez ou com a contaminação da água. E o pior é que esse número pode dobrar até 2025 em consequência do aquecimento global.

Não se trata apenas de alarde, mas de realidade. Sem preservação, os anos que virão poderão ser de grande sofrimento.

O Grupo Intergovernamental de Estudos sobre Mudança Climática previu que até 2.100 haverá o aumento de até quatro graus centígrados na temperatura média da Terra. As secas serão 65% mais frequentes, afetando as regiões que hoje não são semi-áridas. Menos recursos hídricos, mais necessidade de irrigações.

Essa escassez de água, conforme também alerta a Unesco, pode ameaçar a paz à medida que aumenta a rivalidade em torno do seu uso. Pode, ainda, prejudicar sobremaneira os programas mundiais de combate à pobreza.

Os dados de hoje são arrasadores. Uma em cada quatro pessoas do mundo não tem acesso à água potável. Quarenta por cento da população mundial vive sem saneamento básico. No futuro, segundo o mesmo estudo desse grupo, Giec, até dois bilhões de seres humanos poderão padecer com a escassez de recursos hídricos.

Os problemas relacionados à falta de água ou à sua contaminação matam mais de 1 milhão e 600 mil pessoas ao ano. Noventa por cento das vítimas são crianças nascidas em Países pobres. A água contaminada, evidentemente, causa cólera, malária, febre tifóide, dengue, hemorragias e outras doenças.

Srs. Senadores, neste momento deve ser redobrada nossa atenção ao que acontece no Brasil. Temos as maiores reservas hídricas do mundo. O Brasil tem 14% da água doce do planeta, dos quais quase 80% estão concentrados na Amazônia e na bacia do Tocantins. Em Minas Gerais, Senador Mão Santa, temos dez mil cursos d'água. Não é à toa que o Estado é chamado de caixa d'água do Brasil.

Além desse desequilíbrio regional, que concentra água em alguns Estados, devemos, evidentemente, lembrar que o Nordeste não tem essa mesma disponibilidade. Ele sofre com a seca e as demais regiões, com a poluição urbana e industrial dos mananciais.

Há, é claro, o que comemorar neste Dia Mundial da Água, que, no Brasil, será celebrado em Foz do Iguaçu. Apesar de reconhecer que é preciso mais, a ONU considera o modelo brasileiro de gestão de água um exemplo, graças aos avanços nas políticas ambientais que têm sido implantadas nos últimos 20 anos.

De 1990 a 2004, o Brasil conseguiu aumentar de 83% para 90% a proporção de habitantes com acesso à água potável. Isso permitiu que o País se aproximasse da meta prevista nos Objetivos do Milênio – 91,5% dos cidadãos consumindo água de boa qualidade.

Sr. Presidente, é nessas horas que me orgulha muito ter criado, durante minha gestão do Governo de Minas, a primeira Secretaria de Estado do Meio Ambiente do País, movido já por essas questões todas e pela consciência de que as ações de preservação não são complicadas e não demandam grandes custos se pensarmos nos benefícios infinitos do desenvolvimento sustentável e da conservação do nosso Planeta.

O respeito às agendas – Agenda Verde, Agenda Azul, Agenda Marrom – é fundamental e é assim que está estruturado o sistema de meio ambiente de Minas, que tem hoje, sob a gestão do Governador Aécio Neves, praticamente a mesma equipe que participou da criação da Secretaria em 1995.

Termino, Srs. Senadores, com mais uma breve comunicação que não poderia deixar de fazer, até

por se tratar de uma satisfação aos cidadãos do meu Estado, Minas Gerais. Abordo, como o fez o Senador Arthur Virgílio, outro assunto além da questão da água. Tenho que falar outra vez, Senador Mão Santa, das estradas, da situação lamentável das estradas federais do Estado de Minas Gerais.

Recebi hoje a visita do Diretor-Geral do DNIT, Dr. Mauro Barbosa, que teve a delicadeza de me trazer algumas informações, tendo em vista questionamentos que tenho feito seguidamente aqui, mostrando mais uma vez a necessidade de obras fundamentais, especialmente no nosso Estado de Minas Gerais.

A questão da duplicação da BR-040, entre a cidade de Sete Lagoas e o trevo que demanda a Curvelo, ao norte de Minas – o trecho da rodovia que liga Belo Horizonte a Brasília e que já tem projeto pronto, concorrência realizada, recurso previsto, já perdi a conta de quantas vezes estive nesta tribuna para tratar desse assunto e da infra-estrutura de transportes de uma forma geral.

Não posso deixar de cobrar do Governo Federal investimentos nesse setor, pois deles depende diretamente o crescimento socioeconômico do País. Apenas para lembrar, em relação a essa obra de duplicação da BR-040, nesse trecho de cerca de 50 Km, que é palco permanente de acidentes que sobrecarregam de maneira abusiva os nossos hospitais, quero lembrar que aprovei duas emendas do Orçamento da União para 2004/2005, para a duplicação dessa estrada. O Governo não conseguiu gastar esse dinheiro. Felizmente, usou esse recurso em outro trecho da BR-040, entre as cidades de Barbacena–Santos Dumont, lá realizando uma parte da duplicação. No outro ano, simplesmente perdeu o dinheiro porque não conseguiu utilizá-lo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Orçamento deste ano, nas emendas de Bancadas que são indicadas e aprovadas pelos Senadores, conseguimos incluir essa obra novamente, e o valor de R\$45 milhões está previsto para ser utilizado nessa estrada neste ano.

É uma obra do Governo Federal. E estou colocando recurso nessa obra do Governo Federal, já que o Governo demora fazê-lo por conta própria.

A licitação, apesar das inúmeras promessas, ocorreu somente em julho do ano passado. Mas, veja bem, já em julho do ano passado. Então, houve audiência pública em julho do outro ano, em 2005, Senador Mão Santa. Passou-se ano entre a audiência pública e, depois, a licitação. E já está chegando a quase um ano entre a licitação e a ordem de início. A chuva já está parando, está na hora de começar a obra, e, se demorar muito, a chuva volta. E aí serão outra vez mais seis meses sem condições de se fazer obra.

Disse-me realmente o diretor de obra “Olha, na verdade, trabalhamos com seis meses. É um ano de seis meses”.

Reconheço que as dificuldades burocráticas do DNIT, para se fazerem obras no País são muito grandes. Há que se fazer um estudo mais elaborado da forma para se conseguir realizar obras tão necessárias, com cuidados, evidentemente, com a transparência respeitada, com a concorrência, mas não como hoje. Hoje é quase impossível fazer uma obra mesmo, ainda mais neste Governo, que demora a decidir. Aí é que não se resolve mesmo, que as soluções não aparecem.

É evidente que existem algumas questões que precisam ser mais bem estudadas, que são esses passos intermináveis para se chegar à assinatura definitiva de um contrato e o início da obra.

Tenho a informação do Diretor-Geral, e quero trazê-la, mais uma vez, aos eleitores de Minas Gerais, aos moradores de Minas Gerais – cumprindo a minha obrigação como Senador de Estado, estou lutando para que a obra seja iniciada. Essa informação me foi trazida pessoalmente pelo Diretor-Geral, de que, nos próximos dias, a obra começará e os R\$45 milhões da minha emenda serão fundamentais para a sua realização.

Como um bom mineiro, fico com um pé atrás, mas, ao mesmo tempo, dou um voto de confiança de que uma obra tão importante como essa possa, finalmente, ser iniciada.

Sr. Presidente, vou continuar cobrando para que o Governo se preocupe mais com as ações que apenas com as promessas. Fico satisfeito quando tenho alguma notícia e não me cansarei de vir à tribuna para registrar, quando a notícia for positiva.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, estou falando, mais uma vez, das estradas federais de Minas Gerais. Vamos continuar lutando. No Triângulo Mineiro, a situação da BR-050 está quase concluída, mas ainda precisa ser finalizada. Na região da cidade de Patos de Minas, há uma situação crítica. Na região que vai a Araxá, também a situação é muito ruim. De maneira que, além das obras de duplicação, precisamos de obras de conservação.

Então, vamos acreditar e dar um voto de confiança, mais uma vez, sempre atentos no sentido de que as obras tão necessárias para o desenvolvimento de Minas Gerais sejam realizadas. O Estado carece dessas obras porque somos o Estado central, por onde passam estradas para todo o País. Daí termos 28% da malha rodoviária federal passando por Minas Gerais. É a rodovia Rio–Bahia, são as estradas que vêm para Goiás, são as estradas que cortam o País no sentido oeste.

Sr. Presidente, quero registrar aqui, mais uma vez, além dessa questão tão importante da água, as minhas preocupações e esperanças em relação às obras rodoviárias do Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cícero Lucena; Srs. Senadores ex-Governadores Eduardo Azeredo e Mão Santa; Senador Wellington Salgado; senhoras e senhores, permitimo-nos reproduzir aqui uma passagem que julgamos de extrema pertinência para a data de hoje, para esse momento de comemoração do Dia Internacional da Água:

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de São Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados a passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercendência firma das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados, que tinham, às vezes, rigorismo de leis, falham-lhes, hoje, em toda a linha... mas é natural o fenômeno. E não é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática. Porque, há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro na própria natureza que nos rodeia...

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse poderia ser um relato sobre o que o Planeta sofre nos dias de hoje com o aquecimento global e as mudanças climáticas, ou a narrativa de um conto ficcional sobre o futuro com uma temperatura com mais três, quatro, cinco ou até seis graus. Não é uma coisa nem outra, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas o relato do célebre escritor Euclides da Cunha, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, sob o título *Fazedores de Deserto*, em 20 de outubro de 1901, Senador Mão Santa.

O autor de *Os Sertões* assinala, já no início do século XX, as mutações climáticas resultantes de um fenômeno que não fomos capazes de coibir com a devida firmeza nem envidamos os esforços necessários para liquidar: as queimadas. Essa prática centenária, Sr. Presidente, devastou o interior de forma impiedosa, destruindo matas e derrubando árvores.

Se, no passado, por ignorância e desconhecimento, pudesse ser entendida, em certa medida, hoje é injustificável permitir que as queimadas continuem a avançar pela Amazônia, retirando o oxigênio do Brasil, sufocando o pulmão do mundo.

As queimadas aumentaram em 300%, de 2004 a 2005, e podem, de acordo com o relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas, da ONU, interferir de forma significativa no microclima da Amazônia e resultar em redução de até 30% das chuvas, caso a região continue a ser integralmente devastada.

É inaceitável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a sociedade, as empresas e o Governo não nos reunamos num esforço conjunto e pujante para frear a devastação do maior manancial de oxigênio do mundo. Acima de qualquer outra tarefa, essa se coloca como o nosso dever ético diante da humanidade, o nosso dever cívico diante das gerações de hoje e do amanhã.

Sem a Amazônia não haverá amanhã para o Brasil nem para o mundo! Sem a Amazônia será ainda mais difícil reverter os resultados do efeito estufa, que já começamos a sentir de forma implacável e, talvez, irremediável.

O clima está doente, ardendo em febre alta, e a nossa missão, na cura desse paciente crônico, começa certamente pela preservação da Amazônia e seu rico manancial hídrico dentro da nossa extraordinária biodiversidade.

Precisamos colocar em prática, no Brasil, as ações que temos propugnado no cenário internacional. Na Conferência de Estocolmo de 1972, apoiamos a declaração que, entre inúmeros aspectos, salientava a proteção e a melhoria do meio ambiente humano como desejo permanente dos povos do globo e dever de todos os governos.

Esse compromisso é reafirmado, Sr. Presidente, na Conferência Rio-92, que oferece ao mundo uma lição de cooperação. Foi no Brasil que se propuseram a Agenda 21 e a Declaração do Rio, dois documentos fundamentais para dar a prioridade devida à preservação do meio ambiente.

Somos, igualmente, Sr. Presidente, signatários do Protocolo de Kioto de 1995 e uma das maiores referências, se não a maior, no desenvolvimento de combustíveis alternativos, como o biodiesel e o etanol, essenciais para a redução do dióxido de carbono.

Diante dessa postura no cenário internacional, a situação brasileira revela-se paradoxal no campo interno, porque lutamos para reduzir as emissões causadoras do efeito estufa, mas estamos inertes, parados, paralisados, enquanto as queimadas avançam e a Amazônia se consome.

É paradoxal conceber que o Japão e os Estados Unidos nos acenem com a possibilidade de acordos para a utilização do etanol como forma de substituir o consumo de combustíveis fósseis e reduzir a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, ao mesmo tempo em que praticamente ignoramos o avanço irremediável das queimadas.

É paradoxal aceitar que a tecnologia de produção do álcool a partir da cana-de-açúcar revele-se ao mundo como o caminho para contribuir com a redução do efeito estufa, mas, ao mesmo tempo, não consigamos reunir uma força-tarefa nacional para coibir os incêndios criminosos que devastam nossas florestas tropicais.

Nossa mentalidade precisa definitivamente mudar. Nossa forma de ver e enfrentar os problemas da agenda nacional, seja a educação, seja a segurança, seja a questão da sustentabilidade ambiental, precisa modernizar-se e identificar o caminho para o Brasil numa perspectiva de longo prazo, com ações enérgicas hoje, para evitar o pior amanhã.

Nesse particular, entendo que a participação do empresariado é fundamental para o setor produtivo, sobretudo porque, hoje, cresce o grau de conscientização sobre o papel social e ambiental nesse setor.

Os danos ao meio ambiente só poderão ser freados e reparados se começarmos um processo de conscientização ecológica em todos os níveis, no setor público e no setor privado, na escola, na família, em casa e no trabalho, nas repartições e nas empresas.

Sem o esforço de cada um será impossível reverter os males do efeito estufa ou preservar o meio ambiente para o desenvolvimento sustentável. Será impossível, Sr. Presidente, reduzir aquilo que nos assusta a todos, o chamado "aquecimento global", porque os problemas que enfrentamos hoje, como bem salientava há mais de cem anos Euclides da Cunha, têm origem no passado distante.

Se não nos unirmos de forma incondicional para preservar a Terra, veremos um quadro dantesco no futuro próximo. Em 2030, as taxas de mortalidade em países pobres subirão como resultado de doenças provocadas pelo aquecimento global, tais como a diarreia e a desnutrição. Em 2050, mais de um bilhão de asiáticos enfrentarão a escassez de água; as pequenas geleiras da Europa desaparecerão em conjunto com a redução dos **icebergs** e o aumento da neblina nos Es-

tados Unidos. Em meados do século XXI, as doenças relacionadas à mudança climática aumentarão em pelo menos 4,5%, e os ursos polares terão desaparecido. O quadro é preocupante, atemorizador.

Somente com o esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade teremos alguma chance de minorar as conseqüências do efeito estufa e de conseguir manter o mínimo de sustentabilidade planetária.

A esse respeito, acerta o alvo o Congresso Nacional quando cria instância para tratar do aquecimento global a partir da ótica brasileira, por meio de uma comissão recém-instalada no Senado, da qual temos a honra de fazer parte. São duas as subcomissões instaladas no Senado, uma para debater o aquecimento global e outra para debater as mudanças climáticas.

Queremos trazer para esses dois fóruns de debates nossa contribuição não só como Senador, mas também como ex-Governador de Goiás. Em nosso Estado, conseguimos aumentar de 1% para 5% do total o volume de áreas protegidas; lançamos o edital de florestas energéticas e de recuperação de nascentes pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente e implantamos o plano de controle de poluição veicular e o Prêmio Goiás de Gestão Ambiental, entre outras medidas de preservação do meio ambiente.

Além disso, criamos há oito anos o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental com o objetivo exato de discutir e trazer à reflexão essa questão do aquecimento, da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental. Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, somente no ano passado, quase mil trabalhos cinematográficos de mais de cem países foram inscritos com o objetivo de tratar essa questão, essa temática ambiental.

Portanto, foram essas algumas das contribuições que procuramos oferecer a Goiás e ao Brasil, e por extensão ao mundo, por meio da ação realizada no nosso Estado.

Com prazer ouço o nosso ilustre colega, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marconi, V. Ex^a talvez seja um dos mais jovens aqui, mas tem uma grande experiência política, no Legislativo e no Executivo. V. Ex^a traz a experiência de uma realidade; quem preside esta sessão é o Senador Cícero Lucena, que foi Prefeito e Governador; e estamos na frente de Eduardo Azeredo, que também foi Prefeito e Governador. Acredito muito em Deus, no estudo e no trabalho. Governei baseado em um livro intitulado *Reinventando o Governo*, Ted Gaebler e David Osborne. Bill Clinton viu que é complicado, embora tenha sido quatro vezes Governador de Estado – V. Ex^a o foi duas vezes. Ele mandou que se estudasse a democracia; pegou os me-

lhores laureados técnicos, Ted Gaebler e David Osborne, e fez o livro que muito me influenciou. O livro afirmava, resumidamente, que o governo não poderia ser grande demais como um transatlântico, porque, assim como o Titanic, grande demais afunda. Mesmo assim – talvez por influência da Eco 92, que é uma dívida que o povo brasileiro tem com o Presidente Collor –, mesmo influenciado pela idéia de que o governo tem de ser enxuto, criei uma Secretaria de Meio Ambiente e quero lhe dizer que os resultados foram muito bons...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) –... e programas interessantes que vi, como Secretário de Agricultura, enriqueceram. Toda criança já recebia, ao nascer, um cajueiro para plantar. E, assim, hoje o Piauí é o Estado do Brasil que tem mais cajueiros, com a produção da cajuína, da castanha e tal. Idéias como essa eu ficava a pensar enquanto V. Ex^a estava falando. Este País tinha um estudo... Nunca estive tão ruim a educação. Pedro II freqüentava as escolas, as primeiras faculdades que ele criou e o Colégio Pedro II, que era padrão. Eu me lembro de Haddock Lobo... O Pedro Simon tinha o livro de Biologia Geral de Waldemiro Potsch. Muito bom! Ele também era autor de Botânica e Zoologia. E havia capítulo de Ecologia. Nós já tínhamos uma noção. Eu acho que hoje o nosso Presidente da República nunca teve uma inspiração do tipo: “vou assistir a uma aula”. O Pedro II... É só estudar. Aliás, V. Ex^a é muito jovem, e eu lhe recomendaria o livro *As Barbas do Imperador*, escrito por uma mulher. Por 49 anos ele governou. Essa página educacional é das mais belas. Mas naquele tempo o Colégio Pedro II era modelo, e já estudávamos Ecologia. Olha, Senador, eu sou pai, sou avô e nunca vi nessa educação que está aí esses fundamentos. Acho que essas coisas devem voltar. Primeiro, nós devíamos fazer junto. Eu vi como melhorou o Delta, como melhorou a natureza. E tenho o exemplo da minha cidade. A minha cidade, a maior do Piauí, era industrial, é a sede da Federação das Indústrias. Olha, não tem vegetação não! Porque havia duas usinas elétricas à lenha: uma era da prefeitura e a outra, da fábrica do meu avô. Eram aqueles caminhões... E olha que o Piauí é uma praia deserta de vegetação. Então, creio que foi por esses fundamentos. Como deu bom resultado essa Secretaria de Meio Ambiente, creio que era hora de exigirmos que todas as prefeituras, que são 5.600, tenham uma. Precisamos também de uma mudança nesse currículo, já que o mundo e líderes como V. Ex^a e como o norte-americano Al Gore estão influenciando. Só vamos vencer esse calor se todos nós participarmos com estudo e dedicação. E V. Ex^a está comandando esse processo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao ilustre Senador Mão Santa sua colaboração, sua contribuição, por meio desse aparte. Quero informar a V. Ex^a que vou recomendar à minha assessoria que compre imediatamente esse livro sobre D. Pedro II, **As Barbas do Imperador**.

Muito obrigado pela colaboração, Senador Mão Santa.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao ilustre Senador e ex-Governador de Minas, Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Marconi Perillo, quero rapidamente dar um testemunho de sua preocupação com o meio ambiente. Como Governador de Goiás, V. Ex^a sempre esteve atento a um dos problemas mais graves que temos: a questão do desmatamento. V. Ex^a sempre empreendeu a busca por uma legislação para Goiás que coíba o desmatamento das florestas nativas. Então, seu Governo criou uma estrutura de legislação importante para que o carvão produzido seja oriundo de florestas plantadas com esse objetivo, e não de florestas nativas. Eu queria apenas dar esse testemunho, porque sei que foi uma situação vivenciada no seu Governo e que teve a sua atenção especial, assim como de todos os outros setores ligados à questão ambiental.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Ilustre Senador Eduardo Azeredo, agradeço pela contribuição de seu aparte, de seu depoimento. V. Ex^a fez um brilhante trabalho como Prefeito de Belo Horizonte e, depois, como Governador de Minas e foi uma das minhas referências, uma das minhas inspirações como candidato a Governador e, depois, como Governador do Estado de Goiás. Muito obrigado.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agrego ainda neste discurso o compromisso de trazer também uma discussão a esta Casa sobre a inclusão de dois importantíssimos biomas como patrimônio nacional, o cerrado e a caatinga, presentes em oito Estados da Federação, mas que ainda não receberam, infelizmente, a devida proteção.

Sr. Presidente, a viabilidade do Planeta depende de todos nós, jovens e adultos, homens públicos e da iniciativa privada, porque somente de mãos dadas seremos capazes de fazer frente à ameaça criada pelo próprio homem e pelo desejo de produzir sem pensar nas gerações futuras. O efeito estufa ou aquecimento global é uma realidade hoje mais ameaçadora do que foi a possibilidade de um conflito nuclear para a segunda metade do século XX.

Se fomos capazes de envidar todos os esforços para evitar que o pior acontecesse em relação ao conflito nuclear, devemos ser igualmente hábeis e talentosos e ter iniciativa para buscar a redução da emissão

de gases e preservar o meio ambiente em nome da ética, da civilidade e do compromisso com as gerações de hoje e com as gerações futuras.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senador Marconi Perillo.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 230, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento de Eujácio Viana Simões, ex-deputado, ex-prefeito do Município baiano de Iitororó.

Justificação

Baiano, Eujácio Viana Simões foi político respeitado, pecuarista de relevo no Estado da Bahia e seu falecimento, aos 83 anos, deixa enlutados seus amigos, correligionários e a família, à frente a viúva Dita Iraci.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senadores **Antonio Carlos Magalhães – César Borges**.

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento do empresário Asdrúbal Brandão.

Justificação

Asdrúbal Brandão foi proeminente empresário no cenário baiano, onde se notabilizou e exerceu funções importantes, especialmente no Banco do Estado e na Associação Comercial.

Seu passamento entristece a comunidade empresarial baiana e a sociedade do Estado.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senadores **Antonio Carlos Magalhães, César Bordes**.

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento de Isaac Peixoto, ex-prefeito do Município baiano de Nazaré.

Justificação

Isaac Peixoto foi político respeitado pelos cidadãos de Nazaré e sua perda entristece a população do Estado, em especial da região em que militou politicamente.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senadores **Antonio Carlos Magalhães – César Bordes**.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 233, DE 2007

(REQUERIMENTO Nº 18, DE 2007-CRE)

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **VOTO DE CONGRATULAÇÕES** para com a União Européia, em virtude do cinquentenário da assinatura dos Tratados de Roma, marcos no processo de integração das nações da Europa. Requeiro, ademais, que nossos votos sejam transmitidos ao Ilustre Representante das Comunidades Européias no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Há cinquenta anos, com a assinatura dos Tratados de Roma que estabeleciam as Comunidades Européias, o mundo assistia a evento importantíssimo para a promoção da paz e do desenvolvimento do continente europeu.

A partir da nefasta experiência de duas guerras mundiais no espaço de uma geração, a Europa encontrava-se, em 1957, em processo de reconstrução. A grande certeza era de que não se poderia vivenciar novo conflito fratricida no continente e que, nesse sentido, era fundamental a promoção das boas relações entre os países europeus e a integração de seus mercados.

Nesses últimos cinquenta anos, testemunhamos um processo extraordinário de superação das diferenças e de desenvolvimento da cooperação econômica, política, jurídico-institucional, cultural e social entre as nações européias. A partir de uma aproximação econômica, chegou-se a um estágio único de integração em várias esferas, algo sem precedentes na História.

Assim, é neste momento de júbilo por uma experiência exemplar de integração que alcança cinco décadas, que conclamamos esta Casa a felicitar os europeus em virtude da celebração dos cinquenta anos dos Tratados de Roma.

Sala das Sessões. 22 de março de 2007.

Senador MARCO MACIEL ①

②

③

④

⑤

⑥

⑦

⑧

⑨

⑩

⑪

**ASSINARAM O REQUERIMENTO Nº 18 DE 2007 – CRE, OS SEGUINTES
SENADORES:**

- 1. MARCO MACIEL, AUTOR**
- 2. JARBAS VASCONCELOS**
- 3. MARCELO CRIVELLA**
- 4. EDUARDO SUP LICY**
- 5. CRITOVAM BUARQUE**
- 6. EDUARDO AZEREDO**
- 7. HERÁCLITO FORTES, PRESIDENTE**
- 8. MOZARILDO CAVALCANTI**
- 9. INÁCIO ARRUDA**
- 10. FLEXA RIBEIRO**
- 11. MÃO SANTA**

OF. Nº 229/2007 – CRE

Brasília, 22 de março de 2007.

Assunto: Encaminhamento.

Senhor Presidente,

Encaminho Requerimento Nº 18, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Marco Maciel, aprovado na 07ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 22 de março do corrente, nesta Comissão, para as medidas cabíveis.

Respeitosamente,



Senador **HERACLITO FORTES**
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial no plenário do Senado Federal destinada a homenagear a Rádio Bandeirantes, pelo transcurso dos setenta anos do início de suas atividades.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007.



Senador **EFRAIM MORAIS**

Justificação

O SR. EFRAIM MORAIS – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, peço a atenção de Vossas Excelências para uma breve, mas importante comunicação.

Estou apresentando, à Mesa do Senado Federal, requerimento em que solicito a realização de uma sessão especial em homenagem aos 70 anos da Rádio Bandeirantes, que serão completados no próximo dia 6 de maio.

O requerimento se justifica pela inequívoca importância da Rádio Bandeirantes para a história dos meios de comunicação no Brasil.

Fundada em 1937, a Rádio Bandeirantes foi uma das primeiras rádios comerciais do País, tendo participado, portanto, de todo o esplendor da Era de Ouro do rádio brasileiro, nos anos 40. Tornou-se, com o passar do tempo, referência em duas áreas cruciais da radio-difusão: as notícias e as transmissões esportivas.

Sempre atenta às novas tecnologias, a Rádio Bandeirantes foi pioneira, em 1990, na transmissão via satélite, operando então com 70 emissoras FM e 60 emissoras AM em nada menos que 80 regiões do País. E, também, uma das rádios brasileiras mais acessadas via internet, e uma das primeiras a disponibilizar sua programação por esse meio.

Seu Centro de Documentação e Memória (CE-DOM) é um dos principais arquivos sonoros do País

e passa, atualmente, por um processo integral de digitalização. Trata-se, sem dúvida, de uma das iniciativas privadas mais notáveis para a preservação da história não só do rádio, mas também do próprio Brasil.

Com 43 emissoras afiliadas e integrando a Rede Bandeirantes de Rádio e TV, a Rádio Bandeirantes é representante legítima da força e da modernidade do rádio brasileiro. Nada mais justo, portanto, que lhe prestarmos, na forma de uma sessão especial, uma merecida homenagem pelo transcurso de seu septuagésimo aniversário.

Peço, assim, o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação do mencionado requerimento.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 235, DE 2007

Requer Voto de Aplauso aos alunos da Escola Pedro dos Santos, da pequena comunidade de Purupuru, no Município de Careiro Castanho, no Amazonas, pelo lançamento do Projeto SOS Igarapé.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso aos alunos da Escola Pedro dos Santos, da pequena Comunidade de Purupuru, no Município de Careiro Castanho, no Amazonas, pelo lançamento de programa em favor da limpeza de igarapés do Estado, o Projeto SOS Igarapé.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso seja cientificado o diretor da Escola, Sr. Paulo Amaro, e, por seu intermédio, os seus alunos.

Justificação

Localizado a 30 quilômetros da sede do Município de Careiro Castanho, lindeiro à BR-319, a pequenina comunidade de Purupuru dá um notável exemplo de preservação da natureza. Ali, os alunos da Escola Estadual Pedro dos Santos – engajaram-se num programa merecedor de aplausos, o Projeto SOS Igarapé. O programa existe há três anos e, até agora, os alunos já retiraram de diversos igarapés e

lagos da região, cerca de oito toneladas de lixo. Além desse trabalho de limpeza, os escolares procuram, com ensinamentos e aulas práticas, conscientizar e motivar os moradores de Purupuru, com o propósito de evitar que continuem a ser atirados dejetos e objetos inservíveis nos cursos d'água. O Voto de Aplauso, que requeiro ao Senado da República, é oportuno, sobretudo levando em conta a data de hoje, o Dia da Água.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 236, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, da Sra. Celi Menezes Bomfim, fundadora da Casa de S. Francisco de Assis e da Creche Santa Clara.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Celi Menezes Bomfim ocorrido no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Dona Celi, especialmente ao seu marido, o advogado Benedito Bomfim e, por seu intermédio, a suas duas filhas e aos cinco netos.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. A Sra. Celi Menezes Bomfim dedicou quase toda a vida às causas sociais no Rio de Janeiro, fundando a Casa de S. Francisco de Assis e a Creche Santa Clara. Sua dedicação a essa causa em muito concorria para minorar as dificuldades de alimentação e assistência médica a famílias menos favorecidas pela sorte. Antes disso, foi membro do Partido Comunista Brasileiro. Foram 30 anos de trabalho obstinado, contando com a ajuda de amigos e com quase nada do Poder Público.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 237, de 2007

Requer Voto de Aplauso ao médico Valdir de Aquino Ximenes, pelo lançamento da obra literária O Quinto Livro, no dia 20 de março de 2007, em Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao médico Valdir de Aquino Ximenes, pelo lançamento da obra literária **O Quinto Livro**, no dia 20 de março de 2007, em Brasília.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso seja cientificado o homenageado.

Justificação

O Dr. Valdir de Aquino Ximenes, médico pediatra formado pela UnB, exerce sua profissão como servidor do Superior Tribunal do Trabalho. Ele é também escritor e autor de diversos livros. Agora, lança um novo, intitulado **O Quinto Livro**, pelo que é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2007

Requer a realização de Sessão Especial em 19 de abril de 2007, em comemoração ao aniversário de Brasília.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial no dia 19 de abril do corrente ano, para homenagear a cidade de Brasília pela passagem do seu 47º (quadragésimo sétimo) aniversário.

Justificação

Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade desde 1987, Brasília é a cidade síntese do Brasil. Votor das principais decisões governamentais, a Cidade encanta o visitante, e acolhe de braços abertos brasileiros de todos os recantos.

No dia 21 de abril, comemora-se o aniversário dessa cidade – patrimônio e orgulho do Brasil – fruto do trabalho de legiões de brasileiros, que ouviram o chamado e aceitaram o desafio do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, o maior estadista brasileiro do século, de tornar realidade o sonho de interiorizar a Capital do País.

A comemoração do aniversário de Brasília é um imperativo de ordem cívica. Assim, contamos com a aprovação do presente requerimento pelos nossos ilustres pares no Senado Federal, com a finalidade de prestar uma justa homenagem à cidade, seus idealizadores e pioneiros.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007

Senador Adelmir Santana
PFL-DF

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 227, de 2007, de iniciativa do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do próximo dia 28 de março, seja dedicado a comemorar os 85 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica ao Plenário que, desde já, ficam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que a apreciação das matérias constantes da pauta foi transfe-

rida para a sessão deliberativa ordinária do dia 27 do corrente, terça-feira, conforme acordo entre as Lideranças Partidárias.

São os seguintes os itens adiados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 24-5-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 334, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 334, de 2006, que autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA a efetuar doação de área ao Governo do Estado do Amazonas, objeto de ocupação, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, para atender ao interesse público social.

Relator revisor: Senador Arthur Virgílio

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 29-5-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 336, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 336, de 2006, que abre crédito

to extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de trezentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que *altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final: 2-4-2007

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, de 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, de 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, de 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final: 2-4-2007

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006
(Em regime de urgência, nos termos
do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

16

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família*.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na

Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, a Srª Senadora Lúcia Vânia, o Sr. Senador João Tenório, a Srª Senadora Marisa Serrano e os Srs. Senadores Mário Couto e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para

registrar a matéria intitulada “A platéia continua a esperar”, publicada pela revista Exame em sua edição de 14 de Março de 2007.

A matéria destaca que desde 2003 quando o Presidente Lula prometeu um “espetáculo de crescimento”, o Brasil coleciona um PIB “ridículo”, superior apenas ao Haiti, um país miserável e em guerra civil.

VidaReal

J.R. GUZZO

A platéia continua a esperar

Entra ano e sai ano e nada de começar o espetáculo do crescimento prometido pelo presidente Lula

TALVEZ NUNCA TENHA HAVIDO ANTES, NA HISTÓRIA “deste país”, um espetáculo mais demorado para começar. Entra ano e sai ano, em cada um deles o governo anuncia que a casa agora está arrumada e garante que o crescimento vai chegar aos tantos ou tantos por cento — e até agora a platéia continua esperando que o show comece. Está esperando desde 2003. Vai ter de esperar durante 2007, pois 2006 já se foi e o número oficial para o crescimento da economia, que acaba de ser anunciado, ficou em 2,9%. Era mais ou menos o que já se sabia desde o fim do ano passado, quando ficou claro que as previsões do governo tinham virado paçoca de novo. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, havia prometido que o PIB iria crescer por volta dos 5% em 2006. O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, chegou a dar como “garantido” um crescimento dessa ordem. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometia aqueles 5%. Não há de ser nada. No fim do ano, diante da comprovação de que tudo não havia passado de falatório ao acaso. Lula disse que já tinha “esquecido” 2006. Agora, no dia seguinte ao anúncio dos 2,9%, o ministro Mantega assegura que as perspectivas são ótimas e que o PIB de 2007 com certeza crescerá num ritmo “parecido” ao de 2004, quando chegou a aumentar 4,9%.

É claro que os números do PIB não animam ninguém; quanto às previsões de crescimento feitas agora, o máximo que se pode dizer é que têm o mesmo valor das anteriores. Mas também não parece ser o caso de um laudo de PT, ou perda total, como dizem os avaliadores das companhias de seguro. No mesmo momento em que se anunciava o crescimento de 2006, o Brasil passou a marca dos 100 bilhões de dólares em suas reservas externas — isso sim algo que jamais tinha acontecido na história do país. A inflação está nos níveis mais baixos desde que foi dobrada pelo Plano Real. Os 2,9% de aumento do PIB não refletem o vigoroso e consistente crescimento do Nordeste

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

— que é, justamente, onde a economia mais precisa crescer. Também não há dúvida de que setores importantes da atividade econômica estão crescendo bem acima do número final de 2006. É um bom sinal, enfim, que desta vez o governo não tenha jogado a culpa de tudo no governo anterior. O próprio presidente Lula parece ter se cansado de falar na “herança maldita”. Em vez disso, preferiu dizer que o presidente da República não pode, sozinho, fazer com que a economia cresça no ritmo que se deseja. Não pode mesmo, como também não se pode esperar que o crescimento venha só com a redução da taxa de juro, ou só com alterações no câmbio, ou só com isso ou só aquilo. Será que essa atitude mais realista vai se refletir em ações concretas, como Lula também está prometendo, para remover as travas que impedem, dentro do próprio governo, o avanço da atividade produtiva? É algo que resta a ver, mas seria muito pior se o presidente estivesse dizendo o contrário.

E pior ainda se a gente fosse pinguim, como observou Lula depois de ver, no dia seguinte ao anúncio dos números do PIB, um documentário sobre a brutal e desesperada existência dos pinguins no mundo gelado da Antártida. Ali, sim, a vida é dura.

Deu tilt

Entre os defeitos de fábrica que têm marcado desde o começo o governo Lula, existe um, em especial, que até agora ninguém foi capaz de consertar: o sistema de transmissão. Pelo manual básico dos governos, toda vez que um comando é transmitido para a máquina, entram em ação peças que executam a instrução recebida. No caso brasileiro acontece o contrário: as peças entram em ação, mas anulam o comando. Sabe-se muito bem onde está a fonte desse tilt perene. Ele é resultado de um curioso método de gestão pública, desenvolvido a partir de 2003, pelo qual se nomeia para cargos da administração gente que opera contra os objetivos, decisões e desejos do governo — ou seja, os que deveriam comparecer diariamente a seus postos para fazer a máquina funcionar trabalham, justamente, para impedir que ela funcione.

Como todo defeito que realmente se preze, esse tem a tendência de surgir sempre nos piores momentos — ou, mais exatamente, tem uma predileção malvada para bloquear as decisões mais corretas que o governo, a duras penas, consegue tomar. É um episódio claro de sabotagem contra a orientação oficial o que está acontecendo, por exemplo, na área da biotecnologia. O governo decidiu, já há tempo, promover uma cautelosa abertura em relação aos produtos transgênicos. Mas integrantes que ele próprio nomeou para compor a Comissão Técnica de Biossegurança, em que cada projeto de transgênico tem de ser aprovado por dois terços do plenário, bloqueiam de maneira sistemática qualquer proposta que apareça, de sementes a vacinas. Há, no momento, dez projetos enterrados ali — impedindo assim que o Ministério da Ciência e Tecnologia cumpra uma das tarefas-chave que lhe foram conferidas pelo governo. O ministro Sérgio Rezende diz, com toda razão, que os inimigos dos transgênicos vivem “no início do século 20”, quando se queria proibir a vacina contra a febre amarela. Vivem com a cabeça no século passado, mas é hoje que utilizam seu poder de voto e de veto.

Por que um governo precisaria de oposição se tem em seus quadros gente que se comporta assim? Os principais inimigos do governo Lula, hoje, estão dentro do próprio governo Lula. Fica cada vez mais difícil, diante disso, levar a sério o “novo ministério” que o presidente ainda não montou. A coisa toda, em si, já é uma comédia — entre outros prodígios, conseguiu produzir uma

possível ministra apresentada como absolutamente perfeita para ocupar nada menos do que três ministérios diferentes, a ex-prefeita Marta Suplicy. Mas, ainda que houvesse alguma intenção real de melhorar o desempenho do poder público com a formação da nova equipe, a pergunta é: para que serve um ministério se os ministros, e o próprio presidente que os comanda, não conseguem executar as decisões que tomam? Ninguém sabe responder.

Agradável + agradável

Há certas coisas na vida política do Brasil de hoje que têm a alarmante tendência de se tornar coisas certas sempre que se cruzam o Erário e gente com o poder de usá-lo. Tornam-se certas não porque sejam corretas — ao contrário, estão sempre erradas. São certas apenas no sentido de que acontecem com certeza, como a passagem diária dos ponteiros do relógio pelo meio-dia e pela meia-noite. Elas são fruto da aplicação de uma Lei Geral das Coisas Tortas, pela qual sempre que for possível a um político fazer algo de errado em relação ao Tesouro Nacional o erro vai ser feito. Esse é, hoje em dia, o grande ponto de união entre os partidos brasileiros, sejam eles quais forem. Na hora de discutir, todos discutem tudo. Na hora de receber, são todos contra o Erário.

O dia-a-dia da política brasileira é uma aula permanente sobre esse fenômeno. Tem freqüentado o noticiário, nos últimos dias, o singular caso do deputado Henrique Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, parlamentar do alto clero, com longa experiên-

cia na Câmara e considerável prestígio entre os colegas. Dá-se que o deputado Alves utilizou a “verba indenizatória” de 15 000 reais que recebe com seu salário para pagar a publicação de reportagens com elogios a ele mesmo na *Tribuna do Norte*, jornal do qual é proprietário. É o tipo do negócio esquisito. Por que o homem teria de pagar para que o próprio jornal fale bem dele? Se é o dono, pode mandar que publiquem o que bem entender. Já é muito ruim, em si, que exista a tal “verba indenizatória” — que não indeniza coisa alguma e funciona apenas como uma vigiarice legal para vitaminar a remuneração dos parlamentares. Fica pior quando esse dinheiro é usado para pagar propaganda pessoal. E pior ainda quando quem o recebe é uma empresa que pertence ao próprio deputado. A impressão final é que ele descobriu uma maneira de unir o agradável ao agradável: faz elogios a si mesmo e ainda ganha um dinheirinho com isso.

O Brasil seria um país de sorte se o deputado Henrique Alves fosse o único político, ou um dos poucos, a fazer isso. Infelizmente, não é assim. Ele apenas age como a grande maioria de seus colegas — e a expectativa é que continuem seguindo nessa mesma toada, com o apoio da grande coligação multipartidária que se formou contra o Erário. Até certo tempo atrás, os políticos ainda tinham algum receio de que o PT fizesse cara feia diante dessas tenebrosas transações. Mas o PT de hoje é o primeiro a achar que não há nada de errado com elas — e, se nem o partido mais ético da história “deste país” se incomoda com as verbas indenizatórias e outras espertezas do mesmo tipo, por que o deputado Alves haveria de se incomodar? Aí também já é querer demais. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ex-embaixador em Washington aponta ditadura em Caracas e ataca Itamaraty”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que em depoimento ao Senado, Roberto Abdenur, reforça críticas à condução ideológica da política externa brasileira. Segundo o ex-diplomata, reiterou sua acusação de que o engajamento ideológico ganhou peso nas promoções da carreira diplomática. A exposição convenceu os sena-

dores de interferir mais diretamente na formulação da política externa e inclusive chamar os embaixadores para prestar contas de suas ações.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-embaixador em Washington aponta ditadura em Caracas e ataca Itamaraty

Em depoimento no Senado, Abdenur reforça críticas à "condução ideológica" da política externa brasileira

Denise Chrispim Marx
BRASILIA

O ex-embaixador em Washington Roberto Abdenur falou ontem no Congresso e reforçou suas críticas contra o que julga configurar condução ideológica da política externa brasileira. Também ampliou seus ataques a tópicos da agenda internacional caros ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Aposentado no final de janeiro, depois de 44 anos de atividade diplomática, Abdenur mostrou sentir-se suficientemente liberado para afirmar que o modelo político do presidente Hugo Chávez fez da Venezuela uma "ditadura". Defendeu ainda que o Brasil teve a oportunidade de concluir a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e destacou que a cooperação Sul-Sul tem ocorrido em detrimento das relações do Brasil com os Estados Unidos.

As divergências e frustrações do veterano diplomata, expostas de forma restrita em entrevista à revista *Veja* no início do mês, desta vez foram expandidas ao longo de seis horas de audiência pública na Comissão de Política Exterior e Defesa Nacional do Senado Federal. Abdenur fora convocado a pedido dos senadores tucanos Eduardo Azeredo (MG) e Flexa Ribeiro (PA), justamente pelo impacto de sua entrevista. Ao terminar sua exposição, os senadores mostravam-se convencidos

Abdenur diz falar 'em nome de amigos e colegas de geração'

de que terão de interferir mais diretamente na formulação da política externa e inclusive de chamar os embaixadores em serviço no exterior para prestar contas de suas ações.

Abdenur afirmou que não tinha a pretensão de "demolir ou denegrir" nem o Itamaraty nem qualquer diplomata em particular. Também observou que falava "em nome de amigos

CRÍTICAS

Roberto Abdenur Ex-embaixador do Brasil em Washington

"(A Venezuela de Chávez) é verdadeiramente uma ditadura, o que não é compatível com o compromisso democrático dos sócios plenos do Mercosul"

"A minha remoção não correspondeu à minha relação com Celso Amorim nem com a minha posição de veterano na carreira. Não houve a consideração que eu merecia. Essas circunstâncias me tocaram. Eu não sou um robô"

"O chefe da casa não tem o direito de impor a seus subordinados as suas preferências. Nem de poesia nem de futebol nem de política externa"

"A China está indiscutivelmente se liberalizando. Mas não é economia de mercado"

e colegas de geração". Mas, em seu depoimento, sustentou que houve uma fracassada tentativa de doutrinação da diplomacia, por meio da obrigatoriedade da leitura de títulos com mensagem "nacional-desenvolvimentista e antiimperialista" pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O ex-embaixador reiterou sua acusação de que o engajamento ideológico ganhou peso nas promoções da carreira diplomática. Essa ousadia quase lhe custou o constrangimento de ter de apontar nomes em audiência secreta, sugerida pelo presidente da Comissão, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), mas no final não aprovada.

Assim como criticou, Abdenur elogiou várias iniciativas da política externa de Lula. Dentre elas, a formação do G-4, grupo no qual Brasil, Alemanha, Japão e Índia agem conjuntamente em favor da conversão de todos os quatro em membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Também mostrou-se favorável à

aproximação do Brasil com a África, os países árabes e outras regiões do mundo. Elogiou a condução das negociações da Rodada Doha, a presença brasileira no Haiti e a formação da parceria estratégica entre Brasil, Índia e África do Sul (Ibas).

Em uma série de perguntas do senador Pedro Simon (PMDB-RS), Abdenur não pôde escapar de reconhecer que sua remoção da embaixada do Brasil em Washington, "48 horas depois da reeleição do presidente Lula", o frustrou. Conforme explicou, quando convidado para o postopor Amorim, foi informado de que o ocuparia até o final do governo Lula - o que significaria sua saída em 2007. Questionado sobre a amizade de longos anos com Amorim, enfatizou que mesmo relações antigas podem ter "alterações". "Minha remoção não correspondeu a minha relação com Celso Amorim nem com a minha posição de veterano na carreira. Não houve a consideração que eu merecia", afirmou. "Essas circunstâncias me tocaram. Não sou robô."

O diplomata fez questão de demonstrar cautela e respeito ao mencionar o presidente Lula, de quem disse ter recebido a missão - "cumprida" - de aprofundar as relações com os Estados Unidos. Também afirmou que o assessor Marco Aurélio Garcia sempre foi "interlocutor positivo e receptivo" sobre as relações do Brasil com os EUA.

Ironicamente, Abdenur contou que ingressou na carreira motivado pelo idealismo desenvolvimentista e antiimperialista que prevaleceu nos anos 60. Fazia parte de um grupo de jovens próximos ao chanceler Saraiva Guerreiro, a quem o então embaixador dos Estados Unidos, Anthony Mokey, chamava de "barbudos e terceiro-mundistas e antiimperialistas". Nesse grupo estavam também Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães - embora sem barba. •

Livros obrigatórios criam polêmica

Suplicy diz que leituras eram sugeridas e Abdenur rebate

Uma das críticas do embaixador Roberto Abdenur ao Itamaraty, a de que o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães obrigava os diplomatas a ler certos livros claramente antiimperialistas, gerou uma breve polêmica entre ele e o senador Eduardo Suplicy. "As leituras eram apenas sugeridas", disse o senador. "Não, elas eram forçadas", replicou no ato Abdenur.

Quatro títulos foram mencionados - e, com exceção da biografia do Barão do Rio Branco, do diplomata Álvaro Lins, os demais foram definidos por Abdenur como o retorno "de uma política nacional-desenvolvimentista, antiimperialista e protecionista" dos anos 60. Os outros livros eram *Chutando a Escada* (Unesp), do coreano Ha-Joon Chang, *Pensamento Econômico Brasileiro* (Record), de Ricardo Bielschowsky, e *Brasil, Argentina e EUA: Conflito e Integração* (Record), de Luiz Alberto Moiz Bandeira.

Para Abdenur, importantes leituras "é uma coisa ultrapassada". O Itamaraty, comentou, "não é um Vaticano em que os

'Se expor a realidade é ser antiamericano, eu sou', diz autor

padres tenham de dizer o mesmo missário" e "o chefe da casa não tem o direito de impor aos subordinados suas preferências. Nem de poesia nem de futebol nem de política externa".

De sua casa em Saint-Leon, cidadezinha perto de Heidelberg, na Alemanha, o professor Moiz Bandeira rebateu a acusação de que seu livro tenha "ranço ideológico". "Se expor a realidade é ser antiamericano, então eu sou", disse ele. "Se um livro, por dizer que os EUA fracassaram no Iraque, é antiamericano, então o meu é".

Bandeira lembra que seu livro recebeu importantes elogios de figuras como Rubens Ricuperro. *Chutando a Escada* é uma análise em que o coreano Chang sustenta que países desenvolvidos procuram impedir que os mais fracos sigam os caminhos que os tornaram fortes. Eles "chutam a escada" para que outros não tenham como subir. E *Pensamento Econômico* é um compêndio de ideias econômicas importantes que influíram na formação da economia brasileira. • D. C. M. e G. M. F.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Executivo congela R\$16,4 bi do Orçamento, metade na área social”, publicado pelo Jornal **O Estado de S. Paulo** de 16 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que só no Ministério da Saúde, o contingenciamento de recursos vai atingir R\$5,8 bilhões. Ainda segundo a matéria, esse corte foi feito para alimentar o PAC, Programa de Aceleração da Economia, menina dos olhos do presidente Lula, que agora

sacrifica bandeiras históricas do seu partido, como a área social, para satisfazer seu projeto de poder.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Executivo congela R\$ 16,4 bi do Orçamento, metade na área social

Só no Ministério da Saúde, contingenciamento de recursos vai atingir R\$ 5,8 bilhões

Ribamar Oliveira
Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

Metade do corte de R\$ 16,4 bilhões anunciado ontem pelo governo em suas despesas de custeio e investimento vai sair da área social. Só o Ministério da Saúde vai perder R\$ 5,8 bilhões com o chamado contingenciamento. Das pastas da Previdência, Educação, Desenvolvimento Social, Trabalho, Cultura e Esportes vão sair outros R\$ 2,85 bilhões. Até mesmo os ministérios responsáveis pelas obras de infraestrutura, como Cidades e Transportes, carros-chefe do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram afetados pelo bloqueio orçamentário, mas nesse caso os cortes têm um destino certo: as emendas parlamentares.

O contingenciamento, como é chamado na área técnica, não identifica quais programas de cada pasta serão atingidos e se são ou não despesas decorrentes de emendas parlamentares. Mas a equipe econômica distribuiu os cortes de modo a congelar justamente os gastos propostos pelos congressistas.

“Não temos nada contra as emendas dos parlamentares, mas elas têm de caber no nosso esforço fiscal”, disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Segundo ele, o governo poderá liberar até R\$ 4 bilhões dos R\$ 14 bilhões das emendas até o fim do ano. Hoje, contudo, os técnicos admitem que as despesas previstas por emenda estão “informalmente” bloqueadas e só serão liberadas de acordo com a posição de deputados e senadores na aprovação do PAC.

Na prática, o governo preparou o corte de modo a ajustar o orçamento de custeio e investimento dos ministérios a um mon-

tante semelhante ao que tinha proposto originalmente ao Congresso – antes, portanto, das emendas. Assim, em geral, as pastas que mais perderam recursos foram justamente aquelas mais beneficiadas por emendas, como Turismo, Esportes, Cidades e Integração Nacional.

Uma das poucas exceções foi o Ministério da Saúde, que ficou com menos recursos até do que o proposto pelo governo no projeto que enviou ao Congresso. No projeto, a Saúde recebeu R\$ 37,4 bilhões. Com as emendas parlamentares, subiu para R\$ 40,6 bilhões, mas com os cortes caiu para R\$ 34,8 bilhões.

No ano passado, para se ter uma ideia, o contingenciamento retirou apenas R\$ 600 milhões da Saúde – quase 10 vezes menos do que o atual corte. O valor de R\$ 34,8 bilhões reservado pe-

Pastas beneficiadas por emendas parlamentares são as que mais perdem

lo governo para o setor também é inferior ao gasto do ano passado (R\$ 35,5 bilhões) e está abaixo do previsto pelo piso constitucional da Emenda 29, que prevê a correção das despesas anualmente pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo o ministro, esses números poderão ser alterados no decorrer do ano à medida que a receita cresça mais do que está sendo previsto. Neste momento, porém, o governo preferiu sacrificar a área social para permitir uma maior expansão dos gastos com infraestrutura.

As projeções do Ministério do Planejamento indicam que os investimentos deste ano poderão

CONTINGENCIAMENTO

Onde haverá corte

R\$ 107,337 bilhões** é o total previsto em lei para gastos com custeio e investimento	R\$ 20,546 bilhões foi o valor retido no total	R\$ 4,159 bilhões são reservas ainda não liberadas	R\$ 16,387 bilhões é o total do contingenciamento
---	---	---	--

EN REAIS	QUANTO TEM NO ORÇAMENTO	QUANTO FICOU DEPOIS DO CORTE	O VALOR DO CORTE	REDUÇÃO
Saúde	40,688 bi	34,876 bi	5,812 bi	14,3%
Cidades	3,907 bi	1,517 bi	2,390 bi	61,2%
Transportes	8,534 bi	6,367 bi	2,166 bi	25,4%
Turismo	1,762 bi	400,0 mi	1,362 bi	77,3%
Defesa	7,117 bi	5,827 bi	1,291 bi	18,1%
Integração Nacional	2,240 bi	975,0 mi	1,265 bi	56,5%
Educação	9,790 bi	9,131 bi	659,4 mi	6,7%
Agricultura	1,472 bi	816,7 mi	655,2 mi	44,5%
Esporte	1,256 bi	643,9 mi	612,0 mi	48,7%
Justiça	2,148 bi	1,595 bi	552,2 mi	25,7%
Planejamento	1,079 bi	560,3 mi	519,0 mi	48,1%
Previdência	1,473 bi	1,087 bi	385,8 mi	26,2%
Presidência	1,122 bi	774,6 mi	347,3 mi	31,0%
Desenvolvimento Agrário	2,364 bi	2,074 bi	289,8 mi	12,3%
Des. Social e Combate à Fome	10,764 bi	10,496 bi	267,9 mi	2,5%
Fazenda	2,334 bi	2,074 bi	259,8 mi	11,1%
Ciência e Tecnologia	3,593 bi	3,345 bi	248,1 mi	6,9%
Minas e Energia	622,4 mi	393,5 mi	238,9 mi	38,4%
Cultura	645,3 mi	406,8 mi	238,5 mi	37,0%
Meio Ambiente	651,2 mi	438,5 mi	212,7 mi	32,7%
Relações Exteriores	1,011 bi	803,3 mi	208,1 mi	20,6%
Comunicações	611,0 mi	416,7 mi	194,3 mi	31,8%
Trabalho	904,4 mi	736,4 mi	168,0 mi	18,6%
Des., Indústria e Comércio	580,3 mi	470,1 mi	110,2 mi	19,0%
Encargos/Transf.	514,4 mi	447,9 mi	66,5 mi	12,9%
AGU	150,9 mi	125,9 mi	25,0 mi	16,6%
Vice-Presidência	2,6 mi	2,4 mi	200 mil	7,7%
Total	107,337 bi**	86,791 bi	20,546 bi	19,4%

*Não inclui despesa de pessoal, gasto previdenciário e outras despesas obrigatórias.

**Inclui o valor da lei orçamentária mais créditos de medida provisória.

chegar a R\$ 26,8 bilhões com os acréscimos do PAC – 88% a mais do que em 2006. Por enquanto, contudo, o governo só liberou R\$ 17,1 bilhões para obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos. Outros R\$ 3,15 bilhões estão livres de contingenciamento, mas ainda não foram distribuídos entre os ministérios.

Do total de investimentos programados, R\$ 11,3 bilhões fazem parte do chamado Projeto Piloto (PPI) e poderão ser descontados do cálculo do superávit primário – a economia que o governo tem de fazer para pagar juros da dívida. Mas essa manobra contábil depende de aprovação do Congresso. Por enquanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias permite que o governo desconte apenas R\$ 4,6 bilhões. Só depois da mudança na lei que o governo poderá propor ao Congresso a ampliação dos gastos com o PPI.

Ao mesmo tempo em que corta R\$ 16,4 bilhões de custeio e investimento (ou R\$ 20,5 bilhões se considerados os R\$ 4,1 bilhões que ainda não foram distribuídos pelos ministérios), o governo está informando que os outros itens de seu gasto deverão ficar R\$ 11,8 bilhões acima do previsto. Com isso, a redução efetiva de despesas prevista na programação divulgada ontem será de apenas R\$ 4,6 bilhões em relação à lei orçamentária aprovada.

Só as despesas da Previdência e da Assistência Social vinculadas ao salário mínimo ficarão R\$ 3 bilhões acima do previsto pelos parlamentares, de acordo com os números oficiais. O governo também já está considerando a ampliação de investimentos decorrentes do PAC e de outras medidas provisórias baixadas pelo presidente Lula este ano, como a que destina R\$ 343,5 milhões para a infraestrutura dos Jogos Pan-Americanos de Rio.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Risco de crises na América Latina é real”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 2 de Março de 2007.

A matéria destaca que a consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU), alertou que a América Latina é a região emergente mais vulnerável a uma desaceleração acentuada da economia dos Es-

tados Unidos e a um maior aperto monetário nos países ricos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Risco de crises na América Latina é real’

Consultoria britânica não exclui o Brasil, que continua vulnerável a mudanças nos mercados

João Caminoto
CORRESPONDENTE
LONDRES

A consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU) alertou que a América Latina é a região emergente mais vulnerável a uma desaceleração acentuada da economia dos Estados Unidos e a um maior aperto monetário nos países ricos, dois dos grandes temores que estão ajudando a alimentar a correção negativa nos mercados iniciada na terça-feira.

O Brasil não escapa dessa avaliação. A consultoria salientou que o Brasil e outros grandes países latino-americanos fortaleceram os fundamentos econômicos nos últimos anos e, por isso, não deverão enfrentar dificuldades de financiamento caso ocorra uma crise internacional. Uma crise, no entanto, não é o cenário mais provável cogitado pela EIU, que prevê crescimento de 3,3% para o PIB mundial em 2007, desempenho inferior aos 3,9% de 2006, mas ainda considerado positivo.

“Entretanto, o risco de crises financeiras na América Latina ainda é real”, disse a consultoria num relatório. “O elevado nível da dívida pública do Brasil (cerca de 50% do PIB em 2006) e o fato de precisar rolar um quarto da dívida interna a cada ano significa que o País continua muito vulnerável a mudan-

ças no sentimento dos mercados de capitais internacionais.”

Segundo a consultoria, os elevados juros no Brasil têm estimulado substanciais fluxos de capital estrangeiro em busca dos retornos mais altos. Os principais riscos de curto prazo para a estabilidade dos mercados financeiros mundiais estão ancorados na economia americana, cujas perspectivas não justificam os ganhos acumulados nos últimos meses em Wall Street. “Qualquer correção nesse desequilíbrio teria implicações para os mercados financeiros em geral.”

A EIU observou que América Latina é caracterizada pela dependência do consumo americano, embora esteja diminuindo por causa do crescimento da China. “Grandes necessidades de financiamento externo na região, decorrentes da rolagem substancial da dívida externa, continuam preocupando.”

Segundo a EIU, o crescimento da América Latina deverá cair dos cerca de 5% em 2006 para a média de 4,1% em 2007 e 2008. “E o impacto positivo de uma recuperação nos Estados Unidos em 2008 será compensado pela queda dos preços das commodities.”

Para a EIU, o ajuste iniciado na terça-feira com a queda de quase 10% na Bolsa de Xangai reuniu quase todas as ameaças à economia mundial. ●

FMI não vê risco para crescimento

... A queda das bolsas no mundo todo nos últimos dias não afetará o crescimento global, cuja projeção foi mantida em cerca de 5% para este ano, afirmou o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Segundo a informação que temos até agora, vemos (as quedas) mais como uma correção do que uma mudança fundamental na direção do mercado”, disse ontem, em Washington, o porta-voz do Fundo, Masood Ahmed. “Achamos que a perspectiva

mais provável para este ano continua sendo um crescimento mundial robusto, que calculamos em pouco menos de 5%, e não vemos nenhuma razão para mudar esse número”, explicou Ahmed.

Ahmed lembrou que, ao anunciar suas perspectivas econômicas, o FMI alertou sobre “a possibilidade de um aumento na turbulência nos mercados financeiros”. “Esta semana demonstra que as avaliações de risco podem mudar rapidamente.” ● EFE

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Foco no ICMS será entrave, diz secretário”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de Março de 2007.

A matéria destaca que o secretário de Fazenda de São Paulo, Mauro Ricardo Costa, avaliou que a reforma tributária defendida pelo governo Lula dificilmente será bem sucedida, se continuar restrita a mudanças no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e à ques-

tão da prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARISA SERRANO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Foco no ICMS será entrave, diz secretário

Mauro Ricardo defende revisão ampla, que envolva outros tributos

Nilson Brandão Junior
RIO

O secretário de Fazenda de São Paulo, Mauro Ricardo Costa, avaliou ontem que a reforma tributária defendida pelo governo do presidente Lula dificilmente será bem-sucedida, se continuar restrita a mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à questão da prorrogação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

“Se for uma reforma tributária ampla, acho que haverá envolvimento de todos os governadores e prefeitos. Se for uma reforma que envolva apenas o ICMS e as prorrogações da CPMF e DRU, acho que seria de difícil tramitação”, opinou o secretário. Indagado sobre as chances de a reforma ser aprovada, ele respondeu que acha “possível, porém difícil”.

Mauro Ricardo, que ontem participou no Rio de um encontro sobre guerra fiscal, argumentou que é necessário discutir outros tributos, o formato de

arrecadação e a responsabilidade entre os entes da Federação.

No encontro, foram avaliadas medidas para eliminar a guerra fiscal – política de incentivos e benefícios que fomenta a briga por empresas – no Sudeste, entre outros tópicos da reforma. Não houve, porém, nenhuma decisão conjunta.

O projeto do governo de unificar a legislação sobre o ICMS também foi criticado por Mauro Ricardo, que apóia a autonomia dos Estados nesse assunto. Ele frisou que, em princípio, todos defendem a necessidade da reforma tributária; o problema, ponderou, é quando chega a hora de acertar os detalhes. “É quando começa a haver divergência”, comentou.

COOPERAÇÃO

Ao final do encontro, o secretário de Fazenda do Rio, Joaquim Levy, comentou que o objetivo do encontro foi promover troca de informações, discutir o que é factível na reforma proposta pelo governo e também aumentar a cooperação entre os Estados.

Uma das idéias lançadas é a de apresentar ao governo federal um sistema híbrido de cobrança do ICMS, que prevê arrecadação na origem ou no destino, conforme o setor. Atualmente, o ICMS incide basicamente nos Estados em que é feita a produção.

O governo estuda tributar as mercadorias no destino, mas não há consenso entre os governadores. Muitos Estados perderiam arrecadação, além de tornar sem efeito a guerra fiscal e medidas compensatórias já adotadas pelos governos.

Mauro Machado explicou que defende a tributação do ICMS em 4% na origem da produção e em 14% no destino. De acordo com ele, São Paulo, o maior produtor de bens do País, ainda assim teria alguma perda de receita, mas, por outro lado, ajudaria a eliminar a guerra fiscal e a fuga de empresas.

ÁLCOOL

Ontem, São Paulo decidiu retomar um convênio sobre cobrança de impostos relativos ao álcool anidro, abandonado em 2002. O Estado resolveu permitir que o álcool produzido em seu território volte a ser remetido para o Rio com diferimento na cobrança do imposto – ou seja, o Rio passa a tributar o produto nas refinarias, antes de ser adicionado à gasolina nas distribuidoras. ●

MAURO RICARDO COSTA

Mauro Ricardo Costa
Secretário de Fazenda de São Paulo

“Se for uma reforma tributária ampla, acho que haverá envolvimento de todos os governadores e prefeitos. Se for uma reforma que envolva apenas o ICMS e as prorrogações da CPMF e DRU, acho que seria de difícil tramitação”

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “No Senado, ex-embaixador reforça críticas ao Itamaraty”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 28 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que em depoimento, Roberto Abdenur, ex-embaixador brasileiro em Washington, apontou viés ideológico na diplomacia brasileira. Segundo o diplomata, leituras indicadas defendem uma política protecionista e instigam a reação ao EUA.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

No Senado, ex-embaixador reforça críticas ao Itamaraty

Em depoimento, Roberto Abdenur aponta viés ideológico na diplomacia brasileira

Segundo diplomata, leituras indicadas defendem política protecionista e instigam a reação aos EUA, o que considera ultrapassado

CLÁUDIA DIANNI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em depoimento ontem na Comissão de Relações Exteriores do Senado, o ex-embaixador em Washington Roberto Abdenur reforçou suas críticas ao que entende por viés e direcionamento ideológico na execução da política externa e na formação e promoção de diplomatas no Itamaraty.

Em mais de seis horas de depoimento, Abdenur também criticou a ênfase da política externa brasileira à “diplomacia sul-sul”, em detrimento à alocação de recursos para fazer promoção comercial nos EUA.

As críticas também foram feitas ao presidente Hugo Chávez, da Venezuela. “A Venezuela é verdadeiramente uma ditadura, portanto, não é compatível com o Mercosul.”

No mês passado, ele disse à revista “Veja” que “há um subtrato ideológico vagamente antiprotecionista, antiglobalização e antiamericano totalmente superado na política externa”, criticou a imposição de leituras feitas pelo secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães e disse que os que não compartilhavam da mesma visão ideológica da cúpula do Itamaraty são prejudicados nas promoções.

A entrevista gerou reação no Itamaraty e uma forte discussão entre especialistas, o que

levou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a convocar Abdenur. Ele concedeu entrevista à revista dois dias depois de deixar o posto em Washington.

Na sessão, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes (PFL-PB), colocou Abdenur em uma saia justa ao propor uma sessão secreta para que o embaixador detalhasse quando houve direcionamento ideológico nas promoções do Itamaraty.

Abdenur foi salvo pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que sugeriu que a sessão seria constrangedora, e pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), para quem não era da competência da comissão propor tal sessão.

Segundo Abdenur, as supostas preferências ideológicas não prejudicam a qualidade dos serviços prestados pelo Itamaraty porque todos são bem preparados, mas reforçou: “Vi pes-

soas de alta competência deixarem de ser promovidas ou terem suas promoções atrasadas porque não eram vistas como aliados”. A assessoria do Itamaraty informou que o órgão não comentaria o depoimento.

Os livros criticados por ele foram “Pensamento Econômico Brasileiro”, de Ricardo Bielschowsky; “Chutando a Escada”, de Ha-Joon Chang; e “Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul — da Tríplice Aliança ao Mercosul”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira.

“A leitura obrigatória desses livros tem o objetivo de dizer que é hora de voltarmos ao Brasil do nacional desenvolvimentismo protecionista dos anos 60 e 70 e reagir ao imperialismo, uma visão ultrapassada.”

Sobre a obra de Moniz Bandeira, Abdenur disse que o livro “tem um forte elemento doutrinário e até panfletário, porque atribuiu quase todos os conflitos na região aos EUA.” A Folha Moniz Bandeira disse ter a impressão que “se promove atualmente uma espécie de terrorismo ideológico, acusando qualquer crítica aos EUA como anti-americanismo”. Por causa da polêmica, o chanceler Celso Amorim suspendeu as leituras na semana passada.

Abdenur também elogiou Lula, dizendo que ele atuou para manter a segurança na economia, suas relações com autoridades americanas, a atuação do Brasil no G20, na Rodada Doha, na defesa por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e até a aproximação com a África.

BIBLIOTECA

» Os livros citados por Abdenur

Chutando a Escada

266 págs, R\$ 37

de Ha-Joon Chang. Trad. de Luiz Antônio de Araújo. 1ª Edição, 2004. Esgotado. Ed. Unesp (Graça da Sé, 108, CEP 01001-900, São Paulo, SP, tel. 0/xx/11/3242-7171)

O acadêmico chinês defende que os países desenvolvidos estariam tentando “chutar a escada”, pela qual subiram ao topo, ao impedir que os países em desenvolvimento utilizem políticas que eles usaram

Brasil, Argentina, EUA: Conflito e Integração na América do Sul

680 págs, R\$ 84

de Luiz Alberto Moniz Bandeira. 1ª Edição, 2003. Ed. Revan (av. Paulo de Frontin, 163, Rio Comprido, CEP 20260-010, Rio de Janeiro, RJ, tel. 0/xx/21/2502-7495)

Com prefácio de Samuel Pinheiro, secretário-geral do Itamaraty, o livro trata da relação entre os três países desde a guerra da Tríplice Aliança até o Mercosul. Afirma ainda que a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) seria nociva aos interesses do país

Pensamento Econômico Brasileiro

484 págs, R\$ 50

de Ricardo Bielschowsky. 3ª Edição, 2000. Ed. Contraponto (av. Franklin Roosevelt, 23 sl. 1405, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-120, tel. 0/xx/21/2544-0206)

O autor faz uma análise das controvérsias ideológicas do pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964

[+] BALANCA: EUA IMPORTAM MAIS, MAS PARTICIPAÇÃO DO BRASIL É ESTÁVEL

Entre 2003 e 2006, o volume de exportações do Brasil para os EUA passou de US\$ 17,9 bilhões para US\$ 26,4 bilhões, segundo dados do Departamento de Comércio norte-americano — um crescimento de 147%. A participação do Brasil nas importações dos EUA, porém, apenas oscilou no período. De 1,42%, em 2003, subiu para 1,46% em 2005, mas, em 2006, voltou a 1,42%.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB –AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Estaremos perdidos”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 24 de janeiro do corrente.

O jornalista, em seu artigo, destaca a declaração do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que afirmou que se o país não crescer a 5%, estaremos perdidos. Para o jornalista, a afirmação do ministro “é uma demonstração lapidar de como funciona – ou não funciona – o governo Lula. Previsões sem conexão com a realidade são produzidas sem a menor preocupação com os seus efeitos”.

O jornalista destaca, ainda, que, ao lançar o Programa de Aceleração do Crescimento, o atual governo “pretende dar uma aula sobre sua inação nos últimos quatro anos”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Estaremos perdidos”

BRASÍLIA - A frase-síntese do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi captada pelo jornalista Guilherme Barros, ontem na **Folha**, ao reproduzir uma fala importante do ministro da Fazenda, Guido Mantega: “Se o país não crescer a 5%, todos estaremos perdidos”.

A afirmação peremptória do ministro é uma demonstração lapidar de como funciona —ou não funciona— o governo Lula. Previsões sem conexão com a realidade são produzidas sem a menor preocupação com os seus efeitos.

Não é certo, mas é possível que Guido Mantega saiba que não “estaremos perdidos” se o país não crescer a 5%. Por que então um ministro de Estado produz tal declaração catastrofista? Uma hipótese é a dificuldade para se expressar. No governo Lula, compreensível. Outra possibilidade é a desídia com que o titular da Fazenda trata a sua função, lixando-se para a imprecisão de suas declarações.

Na cerimônia na qual apresentou o PAC a duas dezenas de governadores e políticos em geral, Guido Mantega utilizou um conjunto de transparências de qualidade sofrível. Flechas indicavam obviedades como a conexão entre “crescimento acelerado” e “investimento público e privado”.

Ao lançar o PAC, o governo parecia pretender dar uma aula sobre a sua inação nos últimos quatro anos. Submeteu a platéia qualificada a ouvir uma lista de obras irrelevantes, como a criação de 700 vagas no estacionamento de um aeroporto de Minas Gerais.

O governo Lula até hoje não enfrentou crise internacional de relevância. A China cresce sem parar. Até a Argentina anda tranqüila.

Com o seu time de ministros, uma turbulência internacional seria fatal para Lula. Guido Mantega apareceria com suas previsões mal feitas e poderia falar, sem medo de errar: “Estamos perdidos”.

frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

**22-3-2007
quinta-feira**

10:00 – Reunião com Presidentes de Comissões Permanentes no Senado Federal

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

10:30 – Senador Efraim Morais, acompanhando o Ministro das Relações

Exteriores da Nova Zelândia, Winston Peters

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

11:00 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada à leitura de expedientes

Plenário do Senado Federal

11:30 – Juiz João Leite de Arruda Alencar, Presen- te do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:00 – Senhor Fernando Brites, Presidente da Fe- deração das Associações Comerciais do Distrito Federal e Diretor de Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:30 – Deputado Paulinho, da Força Sindical acom- panhado de dirigentes sindicais

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

13:00 – Clésio Múcio Drumond, Presidente da União Nacional de Vereadores, acompanhado de Vereado- res, para a entrega da honraria “Presidente 2007”

Sala de Audiência da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS